

O SENTIDO SOCIAL E POLÍTICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Edina Souza Ramos Mendes

Tese de Doutoramento em Sociologia

Março 2016

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Sociologia, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Casimiro Manuel Marques Balsa, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 10 de Março de 2016.

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,

Lisboa, 10 de Março de 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro á Deus por ter me dado forças nas horas mais nebulosas desse processo.

Esta tese teve importante participação de pessoas e instituições que contribuíram direta e indiretamente:

Á UNIMONTES, pela oportunidade e incentivo á qualificação do seu quadro de professores.

Aos colegas do Departamento de Política e Ciências Sociais, pelo apoio e compreensão.

Á Universidade Nova de Lisboa (UNL) e á Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – FCSH da UNL, pela recepção e confiança, especialmente ao Professor Casimiro Balsa pela atenção, paciência e apoio.

Á SENAES, pela disponibilização dos dados do Sistema de Informação em Economia Solidária - SIES/2010-2012.

Aos colegas da ITCP/Unimontes, pelo companheirismo e parceria.

Aos companheiros dos fóruns de Economia Solidária por me ajudarem á compreender a economia solidária no Brasil.

Aos Professores do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social, da Unimontes – PPGDS, que me apresentaram a proposta de doutoramento na UNL e depositaram-me confiança.

Agradecimentos especiais:

Ao meu esposo, Laurenício Mendes, que não mediu esforços para me apoiar em tudo que precisei.

Á Ângela Maria Koerich pela amizade sincera e apoio incondicional em todos os momentos desse processo.

Ao meu filho, Guilherme Augusto, pela paciência, carinho e muita torcida.

Aos meus familiares, irmãos, irmãs e sobrinhos (as), pelo apoio, atenção e por acreditarem em mim.

À Profª. Luciene Rodrigues, colega de trabalho, pelo companheirismo e incentivo.

O SENTIDO SOCIAL E POLÍTICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Edina Souza Ramos Mendes

RESUMO

Esta tese trata da Economia Solidária (ES) no Brasil, como um projecto político de transformação social, inserido em suas formas de empreendimentos econômicos solidários (EES) e de movimento social. O objetivo foi perceber quais os sentidos que estão sendo construídos, que apontam elementos da centralidade do trabalho e da dimensão da participação social, como recuperação dos laços comunitários e exercício da cidadania, e os fatores de correlação e sustentabilidade entre os EES. Procurou mostrar as concessões entre lógicas econômicas distintas, o campo de mobilização social e política, os seus sentidos e significados na construção de expectativas e interesses. A análise foi feita a partir de dados do Sistema de Informação em Economia Solidária (SIES), documentos, carta de princípio e relatórios do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A tese mostra que os sentidos atribuídos ao trabalho e à participação política, como processos emancipadores, são uma prática corrente nos Empreendimentos Econômicos Solidários; enquanto nas estruturas sociais e políticas ainda não se passou da expectativa à realidade.

Palavras-chave: Trabalho – Economia – Solidariedade - Autogestão – Participação

POLITICAL AND SOCIAL SENSE OF SOLIDARITY ECONOMY

Edina Souza Ramos Mendes

ABSTRACT

This thesis concerns with the Solidarity Economy (SE) in Brazil, as a social transformation political project, set in their ways of solidary economic enterprises (EES) and social movement. The goal was to see which senses are being built, that link elements of the work centrality and social participation dimension, in a way to recover community ties and citizenship, and the correlation and sustainability factors between the EES. Tried to show the concepts between different economic logic, social and political mobilization, their meanings and significances in building expectations and interests. The analysis was made from Information in Solidarity Economy System (SIES), documents, letter of principle and Brazilian Forum reports ES. The thesis shows that work and political participation attributed meanings, as emancipatory processes are common practice in the ESS; while the social and political structures have not yet passed from expectation to reality.

Keywords: Work – Economy – Solidarity – Self-management - Participation.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
LISTA DE ABREVIATURAS	ix
 APRESENTAÇÃO	 1
 CAPÍTULO I – ECONOMIA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE	 6
1.1 Economias não capitalistas	6
1.2 A Ruptura dos laços sociais, no desenvolvimento da Economia de Mercado	12
1.3 A degradação do trabalhador e do trabalho	15
1.4 Trabalho e Labor	18
1.5 Fundamentos e princípios do trabalho na Economia solidária	22
1.5.1 A Solidariedade	24
1.5.2 A Cooperação no conceito de Capital Social	25
1.5.3 A Autogestão como emancipação do Trabalho	27
1.5.4 O Desenvolvimento Solidário	29
 CAPÍTULO II- A TRAJETÓRIA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA:	 33
2.1. A construção social da economia solidária	33
2.2. Origens da Economia Solidária no Brasil	41
2.3. A Organização e estrutura do Movimento de Economia Solidária no Brasil	45
2.4. Sobre o Caráter e a forma dos Movimentos Sociais	51
2.5. Pobreza e Exclusão	59
2.6. Cidadania e Políticas Públicas	66
 CAPÍTULO III – UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SÓCIO POLITICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	 77
3.1. Definição e Papel dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES	78

3.1.1. A expansão dos Empreendimentos Econômicos Solidários	80
3.1.2. A Localização dos Empreendimentos Econômicos Solidários	81
3.1.3 A forma de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários	82
3.2. A Motivação para a Criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários	83
3.3 Participações em redes, Fóruns e Movimentos Sociais	85
3.4 A Auto-sustentabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários	86
3.5 O Sentido Social e Político da Economia Solidária – Uma análise	89
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	 93
 Referências Bibliográficas	 95
 Lista de Figuras	 105
Lista de Gráficos	105
Lista de Quadros	105
Lista de Tabelas	105

LISTA DE ABREVIATURAS

ES – ECONOMIA SOLIDÁRIA

EES – EMPREENDIMENTO ECONOMICOS SOLIDÁRIO

EAF – ENTIDADE DE APOIO E FOMENTO

GP – GESTORES PÚBLICOS

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

SENAES – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

CUT – CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

MST – MOVIMENTO DOS SEM TERRA

ANTEAG – ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS AUTOGESTIONÁRIA E DE
PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA

PACs – PROJETOS ALTERNATIVOS COMUNITÁRIOS

SIES – SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA

FBES – FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

ITCP – INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES

APRESENTAÇÃO

O trabalho de tese, aqui apresentado, tem como objeto a Economia Solidária, definida como conjunto de atividades de produção, distribuição e consumo e cujo termo refere-se às organizações coletivas, denominadas de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, protagonizada pelas classes populares, caracterizada pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho e pelo engajamento comunitário e político (SINGER, 2000, GAIGER, 2003).

O termo “economia”, na perspectiva desse trabalho, pressupõe interação entre as pessoas e dessas como o seu meio, articulados com componentes sociais, culturais, afetivos, etc., resultando na satisfação das suas necessidades materiais e não materiais. (POLANYI, 2000). A “solidariedade” se fundamenta no princípio de democracia societária, resultando de ações coletivas e baseia-se tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa, conduzindo ao mesmo tempo, à auto-organização e ao movimento social. (LAVILLE, 2009).

No entanto, as idéias dominantes, nas sociedades de mercado e capitalistas, afirmam que a economia tem seu único registro na ação racional, motivada por interesses individuais e pelo lucro, que a sociabilidade do trabalho só é reconhecida na venda da força de trabalho e que a solidariedade reside numa relação vertical e de poder, resultando em um modelo de sociedade e de economia onde prevalecem as desigualdades, pobreza e exclusão. Considera-se que entre os fatores que incidem sobre essas idéias e práticas, assim como seus resultados, relacionam-se ao rompimento dos laços entre o econômico e o social, anunciado pela economia clássica.

O objetivo foi analisar os aspectos sócio-políticos da economia solidária, como um projeto alternativo ao capitalismo, assim como, perceber em que medida é um espaço efetivo de mudança da racionalidade social e econômica fundada na idéia do sujeito calculista e identificar elementos que apontam para o protagonismo político e para a autonomia financeira dos sujeitos que criam os Empreendimentos Econômicos Solidários - EES.

Buscou-se, através de referencial teórico, de pesquisa documental e do Banco de Dados do Sistema de Informação em Economia Solidária-SIES, referente mapeamento de

2010/2012, no Brasil, perceber a sua construção social e política em uma abordagem descritiva e quantitativa com recursos de análises univariada e multivariada. As variáveis relacionadas aos objetivos propostos se relacionam com as motivações que levaram as pessoas a criarem um EES; os níveis de participação em fóruns, redes de economia solidária, movimentos sociais e sindicais, ações comunitárias e a relação entre o faturamento e o ramo de atividade dos EES.

Esses aspectos baseiam-se nas hipóteses de que a economia solidária representa o resgate dos laços entre o social e o econômico nas sociedades contemporâneas, o processo de humanização do trabalho pela autogestão e a orientação pela participação não apenas nas práticas produtivas como meio de sobrevivência, mas também na participação sociopolítica.

A escolha do tema relaciona-se com a estreita convivência da pesquisadora com o mesmo, desde final da década de 1980, no campo profissional e na imersão nos debates e construções do seu marco prático e teórico, nos espaços do movimento social. Nesse processo, observa-se que a economia solidária preconiza que outra economia é possível, onde o centro deve ser a satisfação material e imaterial do ser humano em sua relação com o outro e na relação respeitosa com a natureza, procurando resgatar valores humanos, éticos e democráticos em contraposição à lógica da economia capitalista que enfatiza a produção de riquezas materiais em detrimento das pessoas e da natureza. Essas organizações em torno da economia solidária podem indicar elementos que vão para além do aspecto econômico, ou seja, colaboram para um aumento ou mudanças da capacidade política e do protagonismo dos trabalhadores.

O interesse das ciências sociais, humanas e tecnológicas, pelo tema, resultou na criação de Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares - ITCPs, envolvendo pesquisadores e estudantes universitários em processos de incubação de EES, de produção de conhecimentos e desenvolvimento da economia solidária, no âmbito da extensão universitária. As ITCPs tiveram origem em 1992, a partir do movimento em prol da cidadania contra a fome e a miséria, na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, onde surgiu a primeira cooperativa popular na perspectiva da economia solidária.

Uma das motivações para esse trabalho de tese é o vínculo da pesquisadora com a ITCP da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, projetada e apresentada, pela mesma, ao Departamento de Ciências Sociais, em 2007. Entre os objetivos desse

projeto destaca-se: Formação em cooperativismo popular, autogestão e trabalho em equipe; capacitação gerencial e produtiva; construção coletiva de estratégias de comercialização; motivação do meio acadêmico a refletir, discutir e produzir novos conhecimentos no campo da economia solidária que apontem alternativas e adequações sociotécnicas; desenvolver ações junto ao poder público de apoio e reconhecimento da economia solidária.

As atividades da ITCP/Unimontes se desenvolvem na região Norte de Minas, cujo histórico em economia solidária, demonstra que, desde a década 1980 existiam projetos alternativos de geração de renda como enfrentamento ao intenso processo de empobrecimento da população provocado pela modernização, com destaque no ramo de agronegócio, mineração e das políticas estatais de irrigação de produção de frutas para a exportação, projetos agropecuários e implantação de florestas homogêneas com a monocultura do eucalipto para o abastecimento de pólos siderúrgicos do Estado, rompendo com as bases de subsistências, desarticulação do comércio local e a expulsão das famílias de suas terras.

Buscar o sentido social e político da economia solidária, em uma perspectiva sociológica, é conceber que a construção social da realidade possui uma existência independente da nossa própria vontade, mas são marcados por uma particular contextualização (BERGER e LUCKMANN, 1978). Os indivíduos não sofrem passivamente a realidade social, mas se relacionam numa reciprocidade de perspectivas na medida em que as pessoas se unem e constroem uma realidade comum, ainda que as razões efetivas possam ser diversas. O processo de construção da realidade é permanente e intersubjetivo. A intersubjetividade é constitutiva do social. Sem ela seríamos individualmente encerrados numa experiência não comunicável, incapazes de construir coletivamente as instituições (SCHUTZ, 1959). É na própria experiência das interações que os membros do grupo elaboram os códigos e a linguagem com os quais se confrontam e que darão sentido ao seu universo (GARFINKEL, 1967).

A compreensão sociológica e filosófica do termo “sentido¹” ou significado, em seu contexto de origem, segundo Bendassolli, P., & Guedes (2014) faziam a distinção entre sentido como algo individual e significado como produções compartilhadas, coletivas. Esta

¹Etimologicamente a palavra sentido origina-se do latim *sensus*, que remete à percepção, significado, sentimento, ou ao verbo *sentire*: perceber, sentir e saber. Verifica-se que pode ser adotada como sinônimo de significado.

distinção pode ser localizada nas tradições empiristas (Bacon, Locke, Berkeley, Hume) irracionais (Descartes, Malebranche, Espinoza, Leibniz), respectivamente. Essas duas correntes pretendiam dar respostas a questões sobre a origem e a validade do conhecimento, e o estatuto do real. Uma das principais tentativas de integrar criticamente o empirismo e o racionalismo foi feita por Kant (1724-1804), ao afirmar que o conhecimento começa pela experiência (juízo *a posteriori* empírico), mas não se esgota nela (juízo *a priori* analítico). A validade do conhecimento estaria, portanto, para além da experiência. A fenomenologia (Husserl), a hermenêutica (Dilthey) e a fenomenologia existencial de Heidegger colocam o sentido no nível da consciência, e não apenas no das sensações e impressões. O significado atribuído ao mundo é responsabilidade da consciência, e a questão fenomenológica passa a ser a de interrogar como um objeto vem a ter sentido para essa consciência e, ao mesmo tempo, como a própria consciência se constitui em sua relação com o objeto. Um exemplo desta postura pode, em alguma medida, ser encontrado na obra de Karl Marx (Marx & Engels, 1965/1932), quando estes autores defendem ser por meio do trabalho que o sujeito se constrói como tal, e, no mesmo processo, constrói o mundo social em que vive. Ao trabalhar, o trabalhador se exterioriza (como sujeito) e se objetiva no produto de seu trabalho, este lhe permite afirmar em relação aos outros e em relação ao mundo.

No campo do trabalho, Antunes (2000, *apud* Tolfo & Piccinini, 2007) destaca que, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho, é necessária uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação, realização e pertença que trazem sentido para a vida dos indivíduos. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Para que haja uma vida dotada de sentido, é necessário que o indivíduo encontre na esfera do trabalho o primeiro momento de realização. Se o trabalho for autodeterminado, autônomo e livre, será também dotado de sentido ao possibilitar o uso autônomo do tempo livre que o ser social necessita para se humanizar e se emancipar em seu sentido mais profundo. A busca de uma vida dotada de sentido a partir do trabalho permite explorar as conexões decisivas existentes entre trabalho e liberdade. O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. É valorizado tanto pelos defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas. Contudo, há que identificar as

diferenças presentes neste consenso. Para os capitalistas, a valorização do trabalho ocorre a partir da existência da propriedade e privada e obtenção de excedente por meio da mais-valia (o lucro). Já, no pensamento marxista o trabalho mercadoria defendido pelos detentores do capital, não tem valor ou sentido para o trabalhador que se vê impedido de exercer sua liberdade e criatividade no trabalho exercendo suas funções com um sentimento de estranheza perante o todo, ou seja, alienado.

No primeiro capítulo, busca-se compreender os conceitos de economia, trabalho e solidariedade a partir dos processos de transformação das sociedades e a materialização dessas categorias nas diferentes formas e contextos de produção e reprodução da vida. Aborda-se a as consequências desse processo nas dinâmicas atuais da economia e do trabalho agregando o pensamento crítico sobre a lógica racional capitalista.

No segundo capítulo, percorre-se sobre o processo de construção social da economia solidária, desde as suas origens e sua redescoberta no Brasil e como se organiza enquanto fórum de articulação. Busca-se perceber que processos de pobreza e exclusão e a luta pela cidadania estão intimamente ligados com a construção da economia solidária.

No terceiro capítulo, apresenta-se o resultado do trabalho sobre os dados do SIES e a análise sobre o sentido social e político da economia solidária, buscando percebê-lo no conjunto das discussões teóricas, dos processos históricos e das motivações e dos níveis atuais de participação sociopolítica dos EES. Esse sentido não se encontra em aspectos isolados, mas no seu processo de construção, através das teorias e práticas.

CAPÍTULO I – ECONOMIA, TRABALHO E SOLIDARIEDADE

A trajetória histórica da economia e do trabalho é marcada por rupturas dos laços sociais em diferentes contextos, interferindo nas dinâmicas atuais das sociedades e na apreensão da solidariedade. O trabalho como uma atividade vital, livre e consciente, que torna possível a existência material e a reprodução da vida humana, é questionado sobre a sua centralidade. O pensamento crítico da nova sociologia econômica e da sociologia do trabalho traz análises fundamentais sobre os processos de rupturas entre o econômico e o social e para a compreensão do pensamento econômico solidário, como uma das perspectivas de retomada desses laços nas sociedades contemporâneas.

Resgatar o sentido social que está na própria origem etimológica da palavra economia – gestão, cuidado, cuidar da casa e dos seus habitantes, que envolve tanto ciência como racionalidade social, significa recriá-lo à luz da contemporaneidade e da história marcada por uma visão e prática reduzida à acumulação de riquezas materiais. (ARRUDA, 2003, PERRET, B., ROUSTANG, G., 1993)

“nunca retornaremos a natureza humana pré-capitalista, mas, lembrar como eram seus códigos, expectativas, necessidades, alternativas, pode renovar nossa percepção da gama de possibilidades implícitas no ser humano”. (Thompson, 1998).

Thompson se refere às características atribuídas às sociedades rurais e às áreas manufatureiras e mineiras, da Inglaterra, no século XVIII. Para o autor, paradoxalmente, a cultura tradicional é também rebelde, na medida em que resiste às racionalizações e inovações da economia. Nesse sentido, os códigos, expectativas, necessidades e alternativas das sociedades pré-capitalistas, estão associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho.

1.1. Economias não capitalistas

Com base na ideia de que economia e sociedade são mutuamente enraizadas, Polanyi (2000) critica a tradição dos economistas clássicos na naturalização dos arranjos econômicos, baseando a lei do mercado na hipótese de Adam Smith sobre a alegada propensão do homem, no seu estado natural, para a barganha, permuta e troca. Ao

naturalizar a vocação humana de barganha, a economia clássica difunde que o que motiva a produção e a troca de bens é o interesse material. No entanto, nem na história e nem na antropologia há conhecimento da existência, nas chamadas sociedades primitivas, de economias movidas por esse interesse materiais. Pelo contrário, estudos etnográficos constataam, nas sociedades primitivas, “ausências de motivações de lucro, de remuneração pelo trabalho e, especialmente, a ausência de qualquer instituição separada e distinta baseada em motivações econômicas”. Percebe-se, então, que comportar-se como um comerciante no mercado não é "natural" no homem, como preconiza o liberalismo clássico.

A sobrevivência dessas sociedades, do ponto de vista da imbricação do econômico e do social, é garantida pelo cuidado mútuo e por laços sociais estabelecidos por códigos de honra ou generosidades e por obrigações sociais recíprocas e os bens materiais só servem para satisfazer plenamente as necessidades de todos. Quanto à organização produtiva, circulação e distribuição eram disciplinadas por princípios gerais de comportamento. Polanyi as descrevem através de três princípios: reciprocidade, redistribuição e domesticidade.

Na produção, a exemplo dos Ilhéus de Trobriand da Melanésia Ocidental, a reciprocidade consiste na organização sexual da sociedade no que diz respeito à família e ao parentesco e aos papéis que cada um deve desempenhar na produção e na subsistência da família. Ao oferecer os melhores produtos da colheita, o responsável pelo sustento da família é recompensado com crédito e honra de um bom marido e um bom cidadão, mas não por benefícios materiais, imediato. Se ele não apresenta bons resultados, sua reputação será atingida. A exibição cerimonial desses produtos é a garantia da qualidade do seu trabalho. Portanto, a reciprocidade protege a produção e a subsistência da família.

O princípio da redistribuição/circulação se relaciona às chefias e aos territórios. Uma parte substancial de toda produção da ilha é entregue pelo chefe da aldeia ao chefe geral, que a armazena. O sistema de armazenamento é parte importante do processo. Nas ocasiões das festas e cerimônias estes produtos são trocados, presenteados, ou redistribuídos, de acordo com as regras estabelecidas.

Nessa dinâmica, o processo econômico é realizado e instituído na interação entre as pessoas e dessas como o seu meio, articulados com componentes sociais, culturais, afetivos, etc., resultando na satisfação das suas necessidades materiais e não materiais, ou seja, “a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não

age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social”. (POLANYI, 2000:65)

O princípio da domesticidade consiste na produção para prover as necessidades domésticas próprias, contra a produção voltada ao lucro e nada tinha em comum com a instituição de mercados. Esse princípio de autosuficiência não deve ser afetado pela existência de uma produção acessória para o mercado, ou seja, “enquanto os mercados e o dinheiro fossem meros acessórios de uma situação doméstica autosuficiente, o princípio da produção para uso próprio poderia funcionar” (POLANYI, 2000, p. 74). A pressão da concorrência agrícola não é sentida pelos que usam seus produtos no consumo pessoal e não como objetos de comércio (WEBER, 1999)

A recusa ao excedente está relacionada à recusa do “excesso inútil”. Nada poderia estimular a sociedade primitiva a desejar produzir mais, a alienar o seu tempo em trabalho sem finalidade, enquanto esse tempo é disponível para a festa, o jogo, a guerra. A estreita dependência do meio natural circundante traduzia socialmente na intensificação dos laços de solidariedade intragrupal e tribal (CLASTRES, 1974, FERNANDES, 1949).

Marcel Mauss (2003), no seu “Ensaio sobre a Dádiva” (1922), chama a atenção para o que ele considera de fenômenos sociais totais. As trocas de bens, riquezas e produtos entre coletividades que se obrigam mutuamente (clãs, tribos, famílias,...), não são apenas de coisas úteis economicamente, são antes de tudo, amabilidades, festas, ritos, serviços militares, danças, feiras, etc. dos quais o mercado é apenas um dos momentos e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. São fenômenos políticos e familiares e, ao mesmo tempo, econômicos do ponto de vista das formas particulares da produção e distribuição, compreendidos por Polanyi como princípios de reciprocidade e redistribuição.

Tanto para Mauss, como para Polanyi, isto não significa privação de mercado econômico, pois o mercado é um fenômeno humano, com regimes de troca diferenciados. No caso dessas sociedades é um mercado antes dos mercadores e antes da instituição da moeda.

Mauss observa a existência, no interior das mais diversas formas de trocas e de prestações, um movimento de solidariedade, instituindo uma dupla relação entre quem dá e quem recebe, conforme exemplos a seguir:

- 1) Em Samoa (Polinésia), aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma e retribuir é parcela de sua natureza e substância. A coisa dada não é inerte, ele tem que retornar. Essa troca gera riquezas, mas a abundância de riquezas deve ser repartida com quem não tem, por um princípio de justiça;
- 2) A hospitalidade entre os Pigmeus da ilha do Norte servem para trocas voluntárias, obrigatórias, importantes para o grupo local e família. A finalidade é antes de tudo moral, seu objeto é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas;
- 3) Entre os Trobianeses (Melanésia), a troca por dádivas consiste em dar, da parte de uns, e receber, da parte de outros, os donatários de um dia sendo os doadores do outro dia. Um verdadeiro ritual que busca mostrar liberdade e autonomia, ao mesmo tempo grandeza, permeando toda a vida econômica e moral dessas sociedades;
- 4) Entre os Indígenas do Noroeste americano, a retribuição é feita de forma dispendiosa de modo a transformar em obrigados aqueles que o obrigaram. A essência está na obrigação de dar. Não há um instante que não haja a obrigação de convidar os amigos, de partilhar com eles os ganhos de caça e de colheita que vem dos deuses e dos totens. Não se tem o direito de recusar uma dádiva. A recusa é demonstrar que se teme ter de retribuir. A obrigação de ter de retribuir faz parte de todo ritual, e as coisas trocadas forçam as dádivas a circularem, a serem dadas a retribuídas.

As condições sociais que favorecem esse movimento de troca de dádivas se baseiam no desempenho do papel das relações pessoais na produção de relações sociais que constituem a estrutura de uma sociedade. No entanto, é necessário que essas relações sociais sejam favoráveis de forma que os indivíduos e grupos que se encontram nelas tenham todo interesse de autoprodução e reprodução, em mostrar-se desinteressados. (GODELIER, 1996).

Nesse sentido, as experiências de trocas solidárias, em expansão pelo mundo, desempenham papel importante na produção de novas relações sociais, ainda que não, nas estruturas da sociedade. Em diversos países, nos últimos trinta anos, começaram a aparecer diferentes formas de fazer transações sem moeda. As experiências pioneiras

aconteceram no Canadá, em 1983. Na Argentina, a Rede de Trocas, iniciada em 1995, é considerada uma forma de economia solidária, já que nela todos colaboram entre si, sejam produtores e consumidores: todos tomam da rede na mesma medida que oferecem. A moeda nela utilizada não pode ser acumulada nem utilizada no mercado formal. Existem mais de 1000 grupos em todo o país, em 22 províncias, como parte da Rede Global de Trocas Solidárias. Estima-se em mais de 450.000 sócios ativos que concorrem a mais de uma feira semanal. Os produtos, serviços e conhecimentos que hoje se intercambiam incluem desde alimento não industrializado, comida caseira, roupas, artesanatos, serviços diversos para a casa, serviços médicos, turismo, jardinagem, astrologia, tarô, análises clínicas, terapias tradicionais e alternativas, homeopatia, etc. São experiências que envolvem um ritual que vai para além do econômico expressos em valores trocados subjetivamente, como: carinhos, olhares, abraços, ideias, experiências, alegrias, sorrisos, valores, confiança.

Todos são necessariamente produtores e consumidores. Os membros da Rede não podem, por definição, somente produzir e não consumir, porque se acumulariam “papéis” que não valem nada em outros espaços de intercâmbio. Tampouco se pode somente consumir e não produzir, porque a pessoa não teria como obter esses produtos e serviços que somente se “trocam” com moeda social e não podem ser obtidos com dinheiro. A base de funcionamento da Rede é a confiança e que reter muitos créditos prejudica o conjunto. Ao contrário do que acontece no mercado formal, nas trocas solidárias não é necessário que as contas “fechem”, mas sim que as necessidades sejam satisfeitas em condições de solidariedade, desenvolvimento da habilidade empreendedora e da responsabilidade que cada membro tem sobre sua comunidade. A adoção de princípios como orientação das práticas da rede, é a garantia de uma homogeneidade.

Isto mostra que é possível outra forma de economia e que novas relações sociais não dependem, necessariamente, que “os agentes devam ter sido imersos desde a infância, em um universo no qual a troca de dádivas seja socialmente instituída em disposições e crenças” (BOURDIEU, 1996). É necessária uma mudança de atitude e uma mudança de paradigma para promover esta transformação.

A dádiva não diz respeito a momentos isolados e descontínuos da existência social. Ela está por toda parte na sociedade contemporânea. Trata-se de observar no cotidiano o que circula entre os atores a favor do vínculo social, tais como: dinheiro, carro, móveis,

roupas, mas também sorrisos, gentilezas, palavras, hospitalidades, presentes, serviços gratuitos, dentre muitos outros bens materiais e simbólicos de que a sociedade dispõe para se reproduzir por meio dos atores que a constitui (GODBOUT, 1992, MARTINS, 2005).

As sociabilidades que estrutura a vida associativa, constituem a “sociedade primária moderna”. Essas relações pressupõem reciprocidade e confiança e através do movimento de dar, receber e retribuir é que tecem as comunidades. Entretanto, as regras que valem para as sociedades primárias, não podem valer tal e qual, nem para o mercado, nem para o Estado (CAILLÉ, 1990). Nesse caso, a economia solidária representa uma alternativa ao mercado capitalista e a proposição de novas regras para a sociedade.

A diferença da lógica de troca de mercantis e a lógica das trocas de dádiva, é que na primeira, no fim da transação os parceiros ficam independentes e sem obrigações entre si, na segunda coisa dada não é alienada e quem dar continua a conservar os direitos sobre aquilo que deu e a retirar dela, em seguida, uma série de vantagens. Ela funda novas relações onde testemunha um estado de endividamento generalizado de cada um para com os outros, que faz com que as contas nunca estejam saldadas e ninguém se possa considerar desobrigado. (GODELIER, 1996, CAILLÉ, 1990).

O que está em questão, nessa primeira abordagem, é a desconstrução da idéia de que o “homem econômico” prevalece sobre o ser social e que toda ação econômica é motivada por interesses individuais, utilitaristas. A economia de reciprocidade, redistribuição e domesticidade, numa visão substantiva (Polanyi) e das dádivas (Mauss), sugerem mudanças nas convicções a respeito da ação humana na produção e reprodução da vida e uma ampliação das questões não levadas em conta pela maioria dos economistas convencionais, entre elas convicções culturais e instituições sociais que, superficialmente, parecem não estar relacionadas com a economia.

Apesar das economias não capitalistas serem vistas com desprezo por parte da visão conservadora de mercado, observa-se que, mesmo nas sociedades industriais o desenvolvimento da lei de mercado não conseguiu modificar o ser social do homem, em todas as regiões agrícolas, em todos os tempos e lugares, ou seja, essa trajetória também é feita de resistências.

1.2. A Ruptura dos laços sociais, no desenvolvimento da Economia de Mercado

Observamos na seção anterior que, nas sociedades primitivas, as coisas ou as trocas circulam inseridas nas relações pessoais, no interior de laços comunitários diretos, personalizados, regulados por normas sociais. A ruptura dessas relações inicia com a difusão das idéias sobre o que motiva a produção e a troca de bens é o interesse material, provocando uma mudança na motivação da ação por parte dos membros da sociedade, ou seja, a motivação do lucro passa a substituir a motivação da subsistência ou da satisfação das necessidades humanas. (Polany, 2000).

Para assegurar a circulação das coisas e a divisão entre quem produz e quem consome, o mercado introduz mecanismos que permitem o estabelecimento de relações despersonalizadas entre os indivíduos e estabelece um espaço em que as coisas se permutam através dos mecanismos dos preços que apenas está ligada às coisas tornadas mercadorias. A coisa que circula já não transporta o laço social, está dissociada do produtor que passa a fabricar coisas não porque o fato de produzir pudesse ser útil ao consumidor, mas porque ela poderia ser indiretamente, útil a ele mesmo. A sociedade torna-se “utilitarista”, ou seja, nomeou a utilidade e dissociou-a do uso. (GODBOUT, 1992)

O cálculo das utilidades justificou as atividades econômicas pelo único fato de serem lucrativas. Essa visão possibilitou considerar como ponto pacífico que tudo o que é benéfico ao indivíduo é benéfico à sociedade. Por analogia, tudo o que engendra um lucro também serve para a sociedade. Nessa perspectiva, só o crescimento das riquezas, seja qual for o seu beneficiário, é considerado critério do bem comum, (BOLTANSKI, 2009)

Essa ruptura afeta, em primeiro lugar, a economia tradicional chamada por Weber (1999) de economia de necessidade. Para ele, o homem não deseja por “natureza”, ganhar cada vez mais dinheiro, mas simplesmente viver como estava acostumado a viver, e ganhar o necessário para este fim. Esse conflito significa o estranhamento á essa nova racionalidade do mercado, causando as seguintes indagações:

“A velha ordem econômica indaga: como posso proporcionar, nesse pedaço de terra, trabalho e manutenção para o maior número possível de homens? O capitalismo pergunta: desse pedaço de terra, como posso produzir o maior número possível de colheitas, com o menor número de trabalhadores?”(Weber, 1999).

Nesse caso, a resistência de mudança para uma nova ordem passa pela motivação ligada a tradição e os costumes e menos pelo interesse racional. Porém, outras motivações ligadas á valores religiosos, éticos, afetos, podem estar envolvidas e obstruir o processo. Entendemos que a coexistência de setores tradicionais na agricultura, em pleno capitalismo de mercado, se deve á ausência de motivações racionais e rebeldia ao sistema.

Na separação da economia dos outros domínios da existência, ("os negócios são os negócios"), onde as transações econômicas cessaram de ser concebidas sobre o modelo das trocas domésticas ("nos negócios não existem sentimentos"), o interesse econômico impôs-se como um princípio de visão dominante, senão exclusivo (BOURDIEU, 2006), provocando a desarticulação de unidades domésticas de produção, caracterizadas por uma relação filial e de aconchego familiar entre mestres aprendizes (Thompson, 1998) e cuja forma de organização do trabalho continha uma forte coesão e concentricidade (Di Masi, 2001).

- A habitação e a oficina conviviam sob o mesmo teto e muitas vezes ocupavam o mesmo espaço;
- Os trabalhadores eram também, em grande parte, os próprios membros da família artesã e proprietários da casa oficina e dos poucos meios de produção;
- O chefe da família era também o chefe do negócio, detinha os seus segredos de produção, o poder de decidir, de formar e disciplinar;
- A aculturação acontecia pelo aprendizado; o aluno, mesmo quando estranho à família, era afiliado a ela e compartilhava os seus modelos de vida e de trabalho;
- As tarefas domésticas e profissionais confundiam-se tanto no plano temporal como espacial;
- A oficina produzia e geria o seu produto em todas as fases: o projeto técnico, o design, o abastecimento de matérias-primas, a fabricação, a venda;
- O mercado era restrito e muitas vezes o cliente colaborava com o projeto do objeto, conferia aos poucos o processo produtivo e o seu andamento;
- Os quarteirões constituíam um conjunto contíguo e coordenado de estruturas para a vida doméstica, o trabalho, o comércio, o lazer e a oração;

- As diversas oficinas interagiam dentro da comunidade, trocando pessoal e experiências, mas cada uma constituía um sistema auto-suficiente;
- Na vida laborativo familiar, a dimensão afetiva e emocional prevalecia sobre a racional.

Nessa direção, se tudo é vendido e comprado, o mercado se torna o espaço fundamental de sociabilidade para todos os tipos de troca, inclusive da força de trabalho (Arendt, 2007). Isto significa que a organização do trabalho no desenvolvimento do sistema de mercado foi acompanhada de mudanças na organização da própria sociedade.

Com a mudança na estrutura produtiva, voltada para a indústria, os mestres tenderam a apartar-se da produção, transformando-se em detentores do capital. Os oficiais e os aprendizes perderam o domínio relativo dos meios de produção, transformando-se em vendedores de sua força de trabalho. (POLANY, 2000, DE MASI, 2001, BAUMAN, 2001). Apesar das resistências e conflitos, a indústria moderna inaugura uma extrema divisão do trabalho em que os trabalhadores, na sua maioria, passam a depender do emprego para seu sustento e por outro lado, o capital do trabalhador para a sua autorreprodução (MÈSZÁROS, 2002), marginalizando as formas de trabalho autônomas e artesanais rurais.

Em sua análise sobre a divisão social do trabalho, Durkheim critica esses grandes agrupamentos no processo de industrialização.

“O artesão, o pequeno industrial que resistem á essa corrente e persevera obstinadamente em suas modestas empresas cumprem tão bem com o seu dever quanto o grande fabricante que cobre o país de fábricas e reúne sob suas ordens todo um exército de operários” (Durkheim, 1999).

Para ele, o progresso tecnológico, provocado por essa divisão do trabalho, não justificam os danos causados. Neste sentido, pode-se até suportar essa realidade, mas não haveria motivos para querê-la, pois as atividades econômicas que sempre acompanham a civilização estão de longe de servir ao progresso da moral, entendido como a subordinação dos interesses particulares ao interesse geral.

A questão da moralidade passa pela afirmação da economia política de que os sujeitos sociais são egoístas amorais, e que o egoísmo amoral, por intermédio do mercado, “máquina para transformar os vícios privados em virtudes públicas”, é a condição da justiça e da felicidade coletivas. (Caillé, 1990). Nesse sentido, o utilitarismo econômico

tenta se tornar o organizador do modo como os indivíduos se comportam e se relacionam (Weber, 1997) restringindo o papel da sociedade política frente ao mercado.

1.3. A degradação do trabalhador e do trabalho

A acumulação do capital depende de um tipo de subordinação, com base na divisão social hierárquica do trabalho, conforme observação feita por Marx em *O Capital I*:

“A subordinação técnica do operário á marcha uniforme do meio de trabalho e a composição particular do corpo de trabalho, formado por indivíduos de idade e sexos diferentes, criam uma disciplina bem militar, que se torna o regime absoluto das fábricas e desenvolve, amplamente, o já mencionado trabalho dos supervisores e a distinção dos operários em trabalhadores e supervisores, em soldados e suboficiais da indústria”.

Essa hierarquização produz uma organização desigual e isto é reproduzido em todas as instituições da sociedade. Desde a escola á fábrica fundamenta-se na hierarquia e isto representa a matriz da alienação do trabalhador. Na medida em que ele deixa de desenvolver suas capacidades intelectuais e sociais e é transformado em mecanismo automático de um trabalho parcial, sofre um processo de degradação, pois, deixa de pertencer a si mesmo, mas á profissão que escolheu. Ao se dedicar contínua e unicamente à fabricação de um só objeto, acaba por executar esse trabalho com destreza singular, mas perde ao mesmo tempo a faculdade geral de aplicar o espírito no trabalho. Fica cada dia mais hábil e menos laborioso (GORZ, 1998).

Essa desapropriação de si é tão mais profunda quanto mais riqueza produzir. O trabalho se transforma, então, em atividade lesiva, desinteressante e em fonte de sofrimento para o trabalhador. Em relação aos produtos do trabalho, o trabalhador não detém a propriedade nem o controle sobre os frutos do seu trabalho, não determina o quê nem o porquê do que é produzido. Em relação à atividade de trabalho, o trabalhador não controla como o produto é produzido, pois, participa como executor de um processo concebido por outros; em relação à espécie, o trabalhador, ao se sujeitar a esse processo de desapropriação de si, não se desenvolve plenamente como ser humano (ARANHA, 2001).

Para Frederic Taylor, a fábrica é lugar de esforço, dedicado exclusivamente, ao trabalho subordinado, expresso na frase: “Você não é pago para pensar, mas para trabalhar”. Os papéis diretivos são separados claramente dos papéis executivos e estes são

classificados, cronometrados, prescritos, sem deixar qualquer margem de discricão. Para evitar conflitos e obter alta produtividade não são necessários gestos de caridade, de gentileza ou simpatia pessoal, são necessárias gratificações econômicas aos operários mais aplicados, é preciso que haja confiança recíproca entre direção e dependentes, superiores capazes de falar a mesma linguagem dos trabalhadores, encorajando-os a discutir juntos os problemas que surgem aos poucos no curso da produção.

No princípio de Henry Ford, também não há necessidade de o operário pensar. Sempre que possível, o operário faz apenas uma coisa, com um só movimento. Neste sentido, não é necessário nem o corpo inteiro dos operários, bastam simples músculos humanos para movimentar os compartimentos de sua linha de montagem. (DI MASI, 2001)

Percebe-se que esse aperfeiçoamento de métodos de controle do trabalhador está associado com a separação entre a concepção e a execução do trabalho, entendido como trabalho intelectual e manual e subdividido infinitamente, criando um poderoso individualismo (ARENDT, 2007).

No processo de reorganização da estrutura produtiva do capitalismo, a partir de 1980, com o objetivo de atender melhor as metas de produtividade em consonância com as novas exigências do mercado internacional, na chamada globalização ou mundialização da economia, implanta-se uma nova dinâmica do trabalho no interior das fábricas. Supõe-se agora, um trabalho em equipe, de troca constante de informação e participação dos trabalhadores na gestão da produção. A produtividade da empresa está assentada em planejamento e na resolução dos problemas que surgem em diferentes situações. O saber intelectual que foi relativamente desprezado tornou-se para o capital, muito mais valiosa para a produção de valores de troca. Fala-se agora, no trabalho cooperativo, fundado sobre a polivalência e a rotação de tarefas.

No entanto, ao retransferir o *savoir-faire* (saber fazer) para o trabalhador, o capital o faz apropriando-se crescentemente da sua dimensão intelectual, das suas capacidades cognitivas, procurando envolver mais forte e intensamente a sua subjetividade em que predominam a incerteza das expectativas, identidades frágeis e desenraizamento. (ANTUNES, 2005, HIRATA, 1991).

Os componentes do processo de modernização na estruturação produtiva, tais como, a automação, a revolução informacional, a microeletrônica e as novas formas gerenciais, não significam de fato uma saída para a autonomia dos trabalhadores frente ao

capital. Elas representam produções intensivas, repetitivas, fatigantes e pesadas, e uma jornada maior de trabalho. As condições de trabalho são muito intensificadas e o profissional é sobrecarregado por uma pesada cobrança. A individualização sufocante e a responsabilização desse trabalhador têm sido responsáveis por suicídios em vários países do mundo. (HOBSBAWM, 1995).

Esse processo desencadeou, também, profundos problemas de precarização dos laços empregatícios, aumento das formas de emprego precário, flexibilização no uso da mão de obra. A terceirização aparece como um dos importantes fatores de desregulamentação do trabalho, ou seja, a estreita articulação e parcerias entre as grandes e pequenas empresas. O propósito das grandes empresas é de flexibilizar suas estruturas, descentralizar seus serviços e articular redes externas de parceria. Há também um movimento crescente de aquisição, fusão, concentração e incorporação de empresas menores pelas maiores, em âmbito nacional e internacional. (CASTELL, 1998). (DEDECA, 1997, DELGADO, 2001, GENTILI, 1998).

Para Hobsbawm (1995), o aumento do desemprego de longa duração, está nas formas de organização da sociedade e não nas novas tecnologias de gestão e as exigências de novas competências no trabalho produtivo, pois as formas de organização do trabalho são determinadas pela sociedade e não pela tecnologia. Nesse sentido, o desemprego é uma arbitrariedade social. Esse processo de transformação é assimétrico e heterogêneo e corresponde muito mais à eliminação de obstáculos técnicos do que de obstáculos econômicos, pois, na esteira do processo de globalização e da evolução do capitalismo, o mundo tornou-se imensamente rico. Entretanto, a expansão do acesso a bens de consumo e serviços generalizados não se fez acompanhar por uma distribuição da riqueza.

O automatismo se transforma em mecanismo destruidor, enquanto ele impossibilita qualquer segurança de integração do sujeito econômico na divisão social do trabalho, através do emprego e da satisfação de suas necessidades. Até mesmo a própria subsistência é constantemente ameaçada e destruída. Esses desequilíbrios básicos se reproduzem em todos os níveis da sociedade capitalista, especialmente na relação entre o automatismo do mercado e o equilíbrio ecológico que, em longo prazo, é a base natural de qualquer possibilidade de satisfação das necessidades. (HINKELAMMERT, 1986).

Pode-se dizer, então, que a crise geral da sociedade do trabalho não está relacionada com o desemprego, mas, consiste no fato de que, hoje, a riqueza social é produzida,

sobretudo, pela ciência da informação e do saber em geral. No entanto, o emprego continua como balizador do desenvolvimento e da distribuição de renda. Mesmo que o tempo de trabalho seja a unidade de medida em vigor, não é mais verdadeira.

1.4. Trabalho e Labor

Esse processo exposto acima tem provocado nas ciências sociais e humanas, uma crise de paradigmas sobre o trabalho, originando teorias que defendem fim do trabalho ou o fim da centralidade do trabalho, com base no rompimento da tradicional construção da identidade social dos trabalhadores. (OFFE, 1989, CASTEL, 2008, GORZ, 2007).

As concepções que perpassam essa análise enfatizam que os sujeitos sociais têm a sua inserção social, sua existência e sua identidade social, relacionada ao lugar que ocupam no mercado de trabalho assalariado, o que implica sua renda, seu status, sua proteção.

Sem emprego, “os operários” ficaram “invalidados”, se tornaram “sobrantes”, inúteis ao mundo, fracassados, sem lugar na sociedade. (Castel, 2008)

Essa questão suscita a crítica que o trabalho é muito mais do que o mero trabalho assalariado no sistema de mercado de trocas, ele é uma atividade humana de transformação de si mesmo ao transformar a natureza em coisas úteis. Para Marx, é categoria fundante do mundo dos homens porque é o momento predominante na produção de novas situações objetivas e subjetivas que caracterizam a história humana.

“Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o Homem e a Natureza, um processo em que o Homem, por sua própria ação, mede, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. [...] Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao Homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonharia mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera”. (Marx, 1996)

O seu estatuto de centralidade se dá pelo fato de suas propriedades e modos de efetivar-se desenvolverem somente no ser social já constituído. Embora seu aparecimento seja simultâneo ao trabalho, a sociabilidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem, etc., encontra sua origem a partir do próprio ato laborativo. O trabalho está no centro do processo de humanização do homem.

O fato de buscar a produção e a reprodução da sua vida Societal por meio do trabalho e luta por sua existência, o ser social cria e renova a próprias condições de sua reprodução. O trabalho é, portanto, resultado de um pôr teleológico que o ser social idealiza em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais (ANTUNES, 1990)²

No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (Marx, 1996).

O trabalho, entendido no seu sentido mais genérico e abstrato, como produtor de valores de uso, é expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza. Mais tarde, nas formas mais desenvolvidas da práxis social, paralelamente à essa relação homem-natureza desenvolvem-se a práxis social interativa, também com vistas à produção de valores de uso, fundamentando a intersubjetividade no trabalho.

“Esse problema surge assim que o trabalho torna suficientemente social, passando a depender da cooperação entre muitas pessoas, independentemente do fato de já tenha emergido o problema do valor de troca” (Lukács, *apud* Antunes, 1990).

Dizer que uma vida cheia de sentido encontra na esfera do trabalho seu primeiro momento de realização é totalmente diferente de dizer que uma vida cheia de sentido se resume exclusivamente ao trabalho. Essa é uma relação entre trabalho e liberdade. O

² Antunes utiliza os elementos da ontologia do ser social de Lukács para discorrer sobre elementos da centralidade do trabalho.

trabalho, então não pode ser eliminado da condição humana, faz parte do agir humano e se apresenta como fundamento ontológico de todas as formas da práxis social.

O universo da sociabilidade humana, do trabalho concreto, se constitui pela atividade de criação ou produção de coisas socialmente úteis. Nessa relação “trabalho e vida produtiva” o trabalho não se restringem à fábrica ou às atividades consideradas “produtoras de riquezas”, subordinadas ao lucro do capital. A produtividade é medida e aferida, não no caráter das coisas que produz, mas, em relação às necessidades do processo vital ou reprodução da vida. (ARENDT, 1991).

Contrariamente à esse pensamento, na perspectiva marxista e da economia política, compreende-se por trabalho produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém por isto, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, cujo núcleo principal é o proletariado industrial. Por trabalho improdutivo compreende-se as formas de trabalho utilizadas como serviço, seja para o uso público ou para o capitalista e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca, inseridos no setor de serviço, banco, comércio, etc. até aqueles que realizam atividades nas fábricas, mas não criam diretamente valor.

Essa distinção, segundo Arendt, faz com que uma sociedade de operários julgue os homens segundo as funções que eles exercem no processo de trabalho. No entanto, a força de trabalho é apenas um meio de produzir um fim necessariamente superior, isto é, um objeto de uso ou de troca, mas, a sociedade de operários confere à força de trabalho o mesmo valor superior que atribui à máquina.

Entendemos que essa distinção contradiz o sentido ontológico do trabalho na medida em que o corpo social interprete fim de emprego com fim de trabalho e o pensamento que o desempregado deixa de ser trabalhador. A práxis social do trabalho pode interagir em outros espaços que não seja o trabalho industrial. Porém, esse questionamento não significa o alheamento ao problema do desemprego.

A expressão “classe-que-vive-do trabalho”, tem como primeiro objetivo conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Quando tantas formulações vêm afirmando a perda da validade analítica da noção de classe, nossa designação pretende

ênfatar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao contrário dos autores que defendem o fim das classes sociais, o fim da classe trabalhadora, ou até mesmo o fim do trabalho, a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, aprender sua efetividade sua processualidade e concretude. (ANTUNES, 1995)

Essa classe inclui todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, part time, o novo proletariado dos *Mc Donald's*, os trabalhadores hifenizados os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas, os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal”, que muitas vezes são diretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural.

Uma coisa é a necessidade do capital em reduzir sua dimensão variável e aumentar a parte constante; outra coisa é imaginar que, eliminando o trabalho vivo, o capital possa continuar se reproduzindo. Nesse sentido, a tese da eliminação do trabalho abstrato não encontra respaldo teórico e empírico para a sua sustentação nos países capitalistas avançados como os EUA, o Japão, a Alemanha, e muito menos nos países do chamado Terceiro Mundo. A inovação técnica é um estímulo intrínseco ao modo de produção capitalista, pois reduz o tempo de trabalho necessário, assim como o valor da mercadoria e da força de trabalho.

As atividades de serviço modificam profundamente as relações entre a esfera econômica e a sociedade. Neste tipo de atividade, o reconhecimento do valor social do trabalho não passa pela mediação objetiva da mercadoria, não obedecem a regras específicas determinadas pela materialidade dos processos de fabricação, pela limitação física e pela necessidade de uma organização hierarquizada do trabalho.

Por outro lado, a identidade da classe operária, associada à consciência do confronto contra o patronato, à contestação política do sistema capitalista e a constituição de uma contracultura, entra em crise. A relação de oposição engendrada pela exploração da

força de trabalho dos operários é uma relação estruturante, suscetível de ser institucionalizada na base de uma representação dos interesses em causa.

A defesa, por cada grupo, dos seus interesses materiais ou identitários já não participa num mecanismo de integração maciça e deságua no corporativismo ou no retrocesso comunitário. Estamos perdendo de vista a raiz ideológica do comunismo e o sentimento real de solidariedade da classe operária, nas lutas sociais que marcaram o início da revolução industrial. O esforço passa a ser individual, enfraquecendo as lutas sociais no local de trabalho e desarticulando a coerência entre conflito, solidariedade e progresso.

Para Mészáros (2002), os termos “posição de classe”, “interesse de classe”, “capital”, “trabalho”, “antagonismo de classe”, “consciência de classe” etc. são termos que não têm qualquer significado se tomados separadamente um do outro. Eles guardam sentido somente quando relacionados ao quadro geral de referência do qual são partes constituintes. Como um conjunto de conceitos interdependentes e coerentes, eles se destinam a apreender a estrutura dinâmica da sociedade capitalista, de tal forma que seja possível a avaliação da multiplicidade de fenômenos constantemente mutáveis em suas perspectivas próprias. Apesar disso, o fato de que esses conceitos sejam as categorias mais fundamentais da sociedade capitalista não significa que eles sejam algum tipo de decalque abstrato do capitalismo em geral, insensível às modificações históricas dos fenômenos sociais.

1.5. Fundamentos e princípios do trabalho na Economia solidária

O trabalho numa situação subordinada não se manifesta como centralidade, mas se encontra relegada a uma posição muito secundária. As relações de concorrência exigidas pelo mercado capitalista produzem formas de sociabilidade empobrecidas, que assentam no benefício pessoal em lugar de se basearem na solidariedade. É esta redução da sociabilidade ao intercambio e ao benefício pessoal que está no centro do conceito de alienação em Marx e é ela que inspira críticas e propostas contemporâneas que procuram alargar as esferas em que o intercambio se baseia na reciprocidade e não nos ganhos monetários.

Em uma sociedade de mercado, onde cada um representa o êxito ou o fracasso existente no mercado, onde as identidades estão marcadas pelo mercado, a economia solidária propõe uma sociedade onde as identidades e as diferenças sejam reconhecidas e

valorizadas, onde haja intercambio de culturas, onde os gêneros não respondam ao modelo patriarcal, mas que haja igualdade e complementariedade entre os gêneros e etnias.

Oferecer resistência às consequências danosas do capitalismo liberal, mediante a elaboração de uma ética do bem comum, assegurando-se as condições de possibilidade da vida humana, implica uma mudança das relações sociais de produção capitalistas. Nesse sentido, a economia solidária propõe a recuperação ou aquisição, por partes dos trabalhadores e trabalhadoras, da capacidade de tomar decisões, desenvolver conhecimentos relacionando com a solução de questões concretas, recuperarem o controle e a propriedade sobre os meios de sobrevivência e do trabalho.

Este processo significa uma progressiva retomada de poder do homem por ele mesmo, superando a dependência, a sua extrema precariedade, a pobreza e a insegurança, tornando-o novamente capaz de empreender, de criar, de trabalhar de maneira autônoma e de controlar as condições de sua própria existência. Esse desenvolvimento humano no trabalho se torna central na economia solidária e a eficiência econômica seria uma consequência desse desenvolvimento que implica aspectos culturais, ético, políticos, etc. (RAZETTO, 1997, SANTOS, 2003, CORAGGIO, 2012, EID, 2004),

O eixo que fundamenta uma nova racionalidade é o princípio da cooperação baseado em trocas solidárias, que vem contrapor as praticas competitivas estabelecidas pela economia capitalista e se tornar a afirmação de uma nova pratica econômica que pode se constituir em uma alternativa à crise global do capitalismo. Em oposição à racionalidade burguesa surge a necessidade de se edificar uma nova racionalidade alicerçada em novos princípios baseada na cooperação entre os indivíduos.

Se o mercado apoderou-se apenas progressivamente, num processo histórico, de todas as mediações sociais, então algumas destas articulações lhe podem ser atualmente retiradas, sem que as pessoas simplesmente se furtem à sociabilidade. Um dos exemplos é o das empresas autogestionárias e da articulação de outras modalidades de organização produtiva. (NASCIMENTO, 2008, ABDALLA, 2002)

Em síntese, fundamenta-se no trabalho como uma práxis social interativa, de lugar de idealização e realização, de produção de coisas úteis com valor de troca, de respeito ao humano e à natureza e de uma economia orientada pela suficiência, pelo comércio justo, de respeito ao consumidor.

Entre os princípios que orientam o ser e o fazer do trabalho na economia solidária caracterizando-a como uma socioeconomia, não capitalista, destaca-se: a solidariedade, a cooperação, a autogestão, resultando em um desenvolvimento solidário em consonância com a recusa à posição liberal que reduz o vínculo societário à troca contratual.

1.5.1. A Solidariedade

Durkheim (2004) acreditava que diante da desordem social causada pela revolução industrial, a coesão social só seria garantida pela solidariedade e esta só poderia ser reconhecida pelos seus efeitos na sociedade no processo adaptação e pacificação na nova ordem social, pelos laços sociais no caso das sociedades rurais e pelo direito, nas sociedades industriais.

O termo solidariedade, segundo Laville (2009) foi introduzido pelo filósofo francês Leroux, em 1841, a fim de demarcar o vínculo social-democrático da caridade em contraposição à filantropia e à visão organicista da sociedade.

A solidariedade filantrópica concentra-se na “questão da urgência” e na preservação da paz social. Esse conceito tem como o objeto o alívio dos pobres e sua moralização por meio de emprego de ações paliativas. Este tipo de solidariedade pode se converter em instrumento de poder e dominação, pois não há reciprocidade. Do ponto de vista da dádiva, estabelece uma dívida que jamais pode ser honrada. Os vínculos de dependência pessoal que a solidariedade filantrópica promove correm o risco de colocar o recebedor (beneficiário) em situação de inferioridade, portando um dispositivo de hierarquização social de manutenção das desigualdades.

A solidariedade horizontal, ou seja, como princípio de democracia societária consiste na auto-organização dos indivíduos para a solução dos problemas comuns, resultando de ações coletivas que se baseiam tanto na ajuda mútua, como na expressão reivindicativa. Esse tipo de solidariedade supõe a existência de uma igualdade de direitos entre as pessoas que nela se engajam e a liberdade de acesso ao espaço público para todos os cidadãos e empenha em aprofundar a democracia política mediante uma democracia econômica e social.

Uma das expressões dessa solidariedade (MANCIE, 2001) está nas Redes e nas Cadeias de produção, comercialização e consumo solidários como fatores do

desenvolvimento e da equidade. A partir da consciência de fazer parte de um sistema orgânico e abrangente, cada sujeito contribui para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para todos.

Para o autor, o exercício das liberdades nas Redes Solidárias consiste nas lutas por condições materiais (liberdade para alimentar-se, trabalhar produtivamente, morar, saúde, etc.), por condições políticas que assegurem a autonomia privada e pública (participar, opinar, decidir, etc.), por informação e educação, pois mesmo tendo condições políticas e materiais para concretizar suas escolhas, se as pessoas não dispuserem de informações suficientes e de qualidade relevante para as suas decisões ou não souberem como refletir adequadamente sobre as informações de que dispõe, o exercício de sua liberdade fica prejudicado. Sem a democratização da educação e da informação, a cidadania fica obliterada, pois embora haja alguma liberdade no ato de escolher, as escolhas acabam sendo induzidas por aqueles que selecionam e fornecem determinadas informações e não outras e por fim a condição ética, o exercício da liberdade de alguns pode aniquilar a liberdade de muitos ou vice-versa. A moral e o direito que impõem certos padrões para o comportamento pessoal e social que negam às pessoas a realização de sua liberdade de sua condição feminina, homossexual, negra, indígena, infantil, etc. - ou que reproduzem privações sociais (como tantas leis injustas), oblitera a realização das liberdades públicas e privadas. A ética que preserva e promove a liberdade se assenta no desejo de que cada pessoa possa viver eticamente sua liberdade o mais plenamente possível e no imperativo de promovê-la desse modo. Assim, a liberdade privada não pode realizar-se aniquilando as condições de possibilidade da liberdade pública; e esta, por sua vez, deve respeitar qualquer livre exercício humano da liberdade pessoal, desde que este não inviabilize outros exercícios de liberdade pública e privada eticamente orientados.

1.5.2. A Cooperação no conceito de Capital Social

Para Putnan (2000), a cooperação voluntária só existe se for garantida por relações de confiança. Os indivíduos agem simultaneamente com outros se têm segurança e um bom conceito sobre a reputação e a confiabilidade destes. No mais, Putnam lembra que a cooperação voluntária é mais fácil numa sociedade que tenha herdado um bom estoque de Capital Social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. As

regras de reciprocidade regulam o convívio mútuo entre as pessoas. Como o Capital Social é uma teoria da cooperação entre os indivíduos e essa cooperação nasce das relações pessoais, é necessário que a reciprocidade seja assegurada dentro da organização social. Na verdade, a cadeia de relações sociais permite transmitir e disseminar mais que informações, ela potencializa a confiança entre as pessoas. “Confio em você porque confio nela, e ela me garante que confia em você”. Dessa forma, os vínculos de confiança mútua derivam de como as pessoas, de uma mesma comunidade, cooperativamente se comportam e evitam lesar umas às outras.

A confiança pode ser considerada um ativo negativo, desde que as relações pessoais ocorram verticalmente. Este seria, para o autor, o caso da máfia, que apesar de apoiar suas ações em relações de confiança, não existe ali reciprocidade entre as pessoas. Logo, para haver confiança mútua é necessário que as relações pessoais ocorram horizontalmente. Quando isso ocorre, a confiança passa a se apoiar em relações de reciprocidade, e esta pode ser constatada na permuta de serviços, na troca de presentes, no mutirão para construir e/ou reformar uma casa, no amparo da comunidade em casos de morte, de doença e outros transtornos.

A reciprocidade é mantida por regras de convívio cívico - uma espécie de garantia social e estão embasadas na confiança e na reciprocidade presentes nas relações sociais. Quando um indivíduo rompe com seus vínculos de reciprocidade, ele conseqüentemente perde suas relações sociais no interior da organização social e sofre sanções por parte dos outros membros da cadeia de relações. Essas sanções nem sempre configuram penalidades cíveis, mas uma espécie de punição moral, onde o indivíduo é excluído das relações de confiança e reciprocidade do grupo social ao qual pertence.

Dessa forma, as relações sociais são importante recurso disponível à coletividade, transformando-se em capital ao assumir o caráter de bem público e ao ser compartilhado pela população. Contudo, ao ser compartilhado, o Capital Social não é gasto, ao contrário, o uso o faz crescer, aumentar a confiança entre as pessoas, na medida em que assegura o benefício mútuo dos membros da sociedade.

As cadeias de relações sociais propiciam o fluxo e o intercâmbio de informações, e mostram como a ação coletiva pode compartilhar conhecimentos e estabelecer diretrizes para a promoção do desenvolvimento. Um grupo de pessoas bem articuladas tem mais

chances de obter resultados positivos tanto em pequenas ações internas na sua comunidade, quanto em grandes projetos coletivos de desenvolvimento.

1.5.3. A Autogestão como emancipação do trabalho

O estado de alienação, para Gaiger (2003), é superado quando a autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza e que o leva para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento às aspirações não apenas materiais ou monetárias. Neste sentido, a autogestão reside numa experiência de emancipação do trabalho e na superação do seu estado de alienação, provocando uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando o trabalhador foi separado dos objetos por ele produzidos e converteu-se em propriedade de outrem, em mercadoria adquirida e destinada ao uso do capital. Para o autor, com base em pesquisas empíricas, a cooperação na gestão e no trabalho, no lugar de contrapor-se aos imperativos de eficiência, atua como vetor de racionalização do processo produtivo, com efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente ao trabalho individual e à cooperação, entre os assalariados, induzida pela empresa capitalista. O trabalho consorciado age em favor dos próprios produtores e confere à noção de eficiência uma conotação bem mais ampla, referida igualmente à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e ético-morais. No entanto, a natureza “não capitalista” de uma organização econômica não se mede com segurança pelo caráter coletivo do seu sistema de propriedade, mas, faz parte de uma revolução paradigmática que gera um novo estilo de vida e gesta um novo espírito adequado a uma nova civilização. Ela entrelaça com o feminismo, o despertar da Agroecologia, da permacultura, e o revigoramento das formas familiares de produção agrícola, expressões do contra movimento de defesa da sociedade diante do fundamentalismo de mercado. Um dos desafios éticos da autogestão é construir novo estilo de vida, assumir prática de consumo solidário, pois a autogestão do ponto de vista apenas organizativo, não é suficiente para quebrar o espírito capitalista e subordinar, assim, o mercado às finalidades supremas da sociedade. Autonomia e heteronomia coexistem. A autonomia absoluta é autismo, anomia, e a heteronomia plena é alienação, impotência, servidão. É o paradoxo da auto-organização com autolimitação, para ser autônomo é necessário depender do mundo externo.

Ao se referir sobre as barreiras físicas e sociais das longas jornadas de trabalho, Marx afirma, que “além do limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura”. Nesse sentido, o limite do ‘reino da necessidade’ não pode ser o lugar da autogestão. O apelo da autogestão convida á participação social, cultural, política.

A sua prática educa, conscientiza, realiza o ser humano no trabalho. Como luta emancipatória, além da democracia política, as práticas autogestionárias possibilitam outras revoluções, tais como a revolução feminina que está abolindo a opressão do homem sobre a mulher, a democratização de instituições civis, como sindicatos, partidos, escolas, centros científicos, igrejas, etc.

Do ponto de vista da gestão administrativa, (Singer, 2002, Souza; Cunha; Dakuzaku, 2003, Singer, 2002, Nascimento, 2008). Discorrem que as formas de organização do trabalho, pressupõem formas democráticas, onde as ordens e instruções fluem de baixo para cima e as demandas de informações de cima para baixo, exigindo um esforço adicional dos trabalhadores, pois além de cumprir as tarefas ao seu cargo, tem que preocupar com os problemas gerais da empresa. Modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente, com base nos princípios cooperativistas de propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular; controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos e a gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho.

Na medida em que uma comunidade de compras elimina as etapas do comércio intermediário é um pequeno passo de desvinculação em face da lógica do dinheiro. Um dos modos de garantir a igualdade é a alteração dos princípios da divisão do trabalho para um novo modelo que pressupõe a rotatividade entre as tarefas, tanto operacionais quanto administrativas, visando eliminar o estado de alienação do trabalhador nas diversas etapas do processo produtivo. Nas situações em que os sócios das iniciativas de economia solidária demonstram desinteresse em engajar-se nas atividades adicionais que a prática democrática exige, é fruto de uma cultura engendrada na nossa sociedade de divisão do trabalho que leva a uma provável lei do menor esforço.

Os desafios práticos da autogestão - (Albuquerque, 2003, Lechat e Barcelos, 2008) chamam a atenção para os comportamentos costumeiros, herdados do outro sistema. Os indivíduos, na maioria das empresas capitalistas, são reduzidos a uma única tarefa; portanto, passar a ter consciência e participação tanto dos processos operacionais quanto administrativos demanda um maior esforço e uma quebra de paradigma. Se a desatenção virar hábito, informações passam a se concentrar em uma elite dirigente, mas, em geral não é a direção que sonega informações aos sócios, e sim estes que preferem dar um voto de confiança para que a direção decida no lugar deles. A superação desta concepção passa por um fenômeno multidimensional que ultrapassa a noção de gerência, abrangendo aspectos políticos, técnicos, psicossociais etc., que mostram a possibilidade de construção de uma verdadeira democracia onde as decisões são tomadas no coletivo. Não basta querer implantar a autogestão, é preciso criar condições para sua efetivação. A autogestão não é uma qualidade que um empreendimento possua ou não, é um processo de constante gestação que pode sofrer avanços, mas também retrocessos. É um processo que exige vigilância.

1.5.4. O Desenvolvimento Solidário

O termo “desenvolvimento solidário” é usado por Singer (2004) para expressar uma concepção de desenvolvimento como um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. Esse desenvolvimento deve gradativamente tornar a relação de forças entre empreendimentos que não visam apenas nem principalmente aos lucros e os que sim o fazem, mais favorável aos primeiros. Se e quando a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar à satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.

Esse desenvolvimento supõe desconstruir a noção de mercado ou troca mercantil, concebida pela economia clássica, que implica o pressuposto de escassez caracterizando a realidade e meio ambiente econômico a priori, através da ênfase sobre a noção de recursos

raros e a visão de natureza humana, cujo comportamento reduz-se a uma questão de escolha racional, como se o próprio da ação e conduta humana fosse de proceder sempre a um cálculo utilitário de consequências, ou na axiomática do interesse. (FRANÇA FILHO, 2007)

O desenvolvimento solidário envolve uma inversão da relação de subordinação do social pelo econômico e participação política nas decisões, conforme proposição de (SEN, AMARTYA, 2000).

“O desenvolvimento econômico do modo como conhecemos pode, na realidade, ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. Esta questão diz respeito à fonte de autoridade e legitimidade. No caso de alguma parte da tradição não puder ser mantida juntamente com as mudanças econômicas e sociais que possam ser necessárias por outras razões, as pessoas diretamente envolvidas têm que ter a oportunidade de participar da decisão do que deve ser a escolha. Havendo indícios de conflito real entre a preservação da tradição e as vantagens da modernidade, é necessária uma resolução participativa, e não uma rejeição unilateral da modernidade”. (SEN, AMARTYA, 2000)

Para Sen, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos. No entanto, a insegurança econômica não está relacionada às liberdades políticas e civis, pois mesmo na ausência de insegurança econômica as pessoas podem ser privadas de participar de decisões cruciais referentes a assuntos públicos. Essas privações restringem a vida social e a vida política, e devem ser consideradas repressivas mesmo sem acarretar danos para a vida das pessoas e da natureza.

A liberdade dos indivíduos é um elemento básico para analisar o desenvolvimento. É uma relação de mão dupla, ou seja, expansão das capacidades das pessoas para levar o tipo de vida que elas valorizam pode ser aumentada pela política pública, mas também, por outro lado, a direção da política pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

A liberdade substantiva é um princípio fundamental para o desenvolvimento solidário. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. É a condição de agente do indivíduo como membro de ações econômicas, sociais e políticas, interagindo no mercado e até mesmo envolvendo-se, direta e indiretamente, em atividades individuais ou conjuntas na esfera política ou em outras esferas.

A solidariedade não pode ser reprimida e nem desvalorizada. Riane, Eisler (2000) concebe o “sistema de participação” como um sistema onde a responsabilidade e o respeito circulam nos dois sentidos em vez de somente de baixo para cima, e as estruturas sociais e econômicas são configuradas de maneira a que a contribuição seja feita de todos os níveis, respaldando as relações solidárias e de respeito mútuo. As políticas e práticas econômicas nesse sistema são concebidas para defender as nossas necessidades básicas de sobrevivência e as nossas necessidades de comunidade, criatividade, significado e solidariedade.

É necessário, também, estabelecer uma ligação entre ecologia dos recursos naturais e uma ecologia social que se preocupe com a integração harmoniosa da economia no desenvolvimento político e cultural das sociedades. O equilíbrio é rompido a favor de uma regulação das relações sociais pelo mercado em detrimento da base comunitária das sociedades tradicionais, quando a emancipação face aos grupos primários está adquirida, quando o econômico se tornou hegemônico face ao cultural e político. As consequências são visíveis na medida das inúmeras catástrofes ambientais, extinções de espécies animais e vegetais, aumento da pobreza. (PERRET, BERNARD, ROUSTANG, GUY, 1993).

A questão do crescimento sempre está associada ao sentimento, de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento com o objetivo de acumular cada vez mais bens, sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada. Em qualquer concepção, o desenvolvimento deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social” (Castoriadis, 1997, Vasconcelos, 1998).

Constata-se, então, que o rompimento entre economia e sociedade foi a raiz das mudanças nas motivações humanas, na sua relação com outro e com a natureza. No entanto, a reflexividade social nos aponta possibilidades do resgate à essa conexão como condição de solução dos problemas sociais, econômicos e políticos das sociedades contemporâneas, através da solidariedade, cooperação e autogestão, que devem resultar no desenvolvimento solidário.

CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E CONTEXTOS

Concomitante ao processo de rupturas do sentido de interdependência do econômico e do social, com consequências nefastas para a vida em sociedade e da natureza, a história mostra um movimento constante de oposição e resistências á esse processo, ou seja, o capitalismo tem sido sempre desafiado e novas trajetórias vão sendo construídas.

2.1. A construção social da economia solidária

A economia solidária alimenta a sua *práxis* no cooperativismo revolucionário do século XIX, difundido pelo pensamento e prática do socialismo utópico de Robert Owen (1771-1858), Pierre Proudhon (1809-1865), Charles Fourier (1772-1837), e Saint-Simon (1760-1825). Também inspirados pela idéia de uma sociedade igualitária subjacente à obra de Thomas Morus (1477) os “Socialistas Utópicos”, propuseram alternativas ao modo de produção e de reprodução da vida impostos pelo sistema de mercado capitalista.

Entre as idéias e práticas dos “socialistas utópicos”, o movimento Owenista se tornou referência para a economia solidária, devido amplitude dos seus projetos e pelo que representa para a história do cooperativismo que, demonstrou em suas práticas uma possibilidade de um modo de produção e comercialização alternativo ao capitalismo.

Com base numa reforma da consciência humana, a ser atingida pelo reconhecimento da realidade da sociedade, Owen afirma. "Se qualquer das causas do mal não puder ser removida pelos novos poderes que os homens estão a ponto de adquirir... eles saberão que tais males são necessários e inevitáveis e cessarão de fazer queixas infantis e inúteis". Nesse caso, entende que as tendências inerentes às instituições de mercado deveriam ser contidas por uma direção social consciente, efetivada através da legislação. (Polanyi, 2000).

Em sua concepção, a organização do total da sociedade, sob o princípio do ganho e do lucro, deveria ter resultados de longo alcance, sendo que o efeito mais óbvio do novo sistema institucional era, sem dúvida, a destruição do caráter tradicional das populações

organizadas e sua transmutação em um novo tipo de gente, migratório, nômade, carente de auto-respeito e disciplina. Esse princípio envolvido era desfavorável à felicidade individual e social e o problema da pobreza era apenas o aspecto econômico desse acontecimento.

Ao propor ao governo britânico que os “fundos de sustento dos pobres” fossem invertidos na compra de terras e construção de “Aldeias Cooperativas”³. No pensamento de Owen, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados. Essa proposta inspira que, conseguir trabalho para os desempregados não se trata simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas, uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista (SINGER, 1998).

Vale ressaltar que as Aldeias cooperativas foram inspiradas em experiências, que se tem conhecimento, iniciadas em 1696 com as corporações profissionais e mais concretamente no “College” de Bellers⁴, quando a sociedade já debatia entre o sistema de salários e o “direito de viver”. A idéia contida nesta prática é que a centralidade do trabalho não está no salariado, mas no ser social do trabalho (Lukács).

“A idéia era fazer do trabalho, e não do dinheiro, o padrão pelo qual será valorizado tudo que é necessário”. (POLANYI, 2000)

As experiências Owenistas dos Centros de escambo, dos Bazares de trocas, bolsas equitativas de trabalho, dos Clubes de trocas, dos mercados sem intermediários, das moedas próprias (1832-33), reproduzidas e difundidas na economia solidária, revelam uma lógica de “mercado” como espaço de relações entre pessoas e não entre produtos e como meio de satisfação das necessidades, em vez do lucro.

Essas iniciativas se originavam da crítica sobre degradação e a miséria que a fábrica representava, não em termos de rendimentos, mas principalmente pela dependência à ela para a mera subsistência. Também da destruição do ambiente social do trabalhador (vizinhança, sua posição na comunidade, sua profissão, etc.) bastante desfavorável à felicidade individual e geral. Para Polanyi (2000), essa é a apreensão da idéia do que

³ A Aldeia Cooperativa é uma organização integral de produção e consumo, originando armazéns de consumo, associações de trocas entre as cooperativas.

⁴ Bellers, em 1696, organizou os pobres e desempregados, em um "College" ou corporação, de todos os tipos de profissões úteis, que trabalhariam umas pelas outras sem qualquer assistência pública.

poderia parecer apenas um problema econômico, no entanto, era, essencialmente, um problema social.

A cooperativa de consumo conhecida mundialmente como Os “Pioneiros de Rochdale”, criada em 1844, também compõe as referências da economia solidária atual. Trata-se dos criadores dos princípios do cooperativismo, presentes no conceito de autogestão, tais como: Controle democrático; Um sócio, um voto; Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos; juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito; Distribuição de parte do excedente proporcional às compras; Vendas à vista, sem crediário; Vendas só de produtos puros, não adulterados; Neutralidade política religiosa (RIQUE,1999).

Sob essa orientação, de princípios como igualdade, justiça e liberdade, os cooperados de Rochdale abriram caminho para um movimento que logo se espalhou pela Europa e pelo mundo. Em 1881, já existiam mil cooperativas de consumo, com cerca de 550 mil associados.

As formas tradicionais do cooperativismo brasileiro, atualmente criticada pela economia solidária, têm seu marco inicial em Minas Gerais, onde foi formalizada a primeira Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889. Assim como os tecelões de Rochdale, os precursores brasileiros eram cooperados de consumo, mas a Sociedade Cooperativa oferecia produtos diversificados, desde gêneros alimentícios até residências e crédito. A partir da organização mineira, outras rapidamente surgiram pelo País, normalmente formadas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários. Outras estavam vinculadas a empresas, as quais estimulavam a cooperação entre os funcionários, principalmente no Estado de São Paulo. Ainda no século XIX, as organizações que se destacaram no cooperativismo brasileiro foram organizações agropecuárias. A primeira registrada foi a Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli, fundada no Rio Grande do Sul, na região de Veranópolis, em 1892. A partir daí, esse segmento se desenvolveu com vigor no Sul do País, estimulado por imigrantes europeus e asiáticos. Por volta de 1910, o setor ganhou impulso também em Minas Gerais, no Sudeste do Brasil, na organização da produção e a comercialização do café.

A cooperativa mais antiga ainda em funcionamento no Brasil é do ramo de crédito, idealizada por um padre jesuíta, em 1902, formada por colonos de origem alemã que

habitavam Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. A organização nasceu com o nome de Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis e desde 1992 adota a denominação Sicredi Pioneira.

Na década de 1930, as cooperativas foram definidas como sociedades de pessoas, e não de capital, e tiveram garantida a isenção de alguns impostos. Em 1964, ao ganhar a primeira política nacional de cooperativismo, o País oficializava também a intervenção estatal no setor. Em 1970 foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e formado um grupo de estudos para elaborar uma lei própria para o sistema, composto por representantes do cooperativismo e do governo. A Lei do Cooperativismo (de nº 5.764) foi aprovada em 16 de dezembro de 1971, detalhando a classificação, a constituição e o funcionamento das sociedades cooperativas e determinando para a OCB o papel de representação de todo o movimento e criava-se a Secretaria Nacional de Cooperativismo (Senacoop). Na nova Constituição Federal o cooperativismo brasileiro conquistava sua independência e a garantia de apoio do Estado. Apenas o ramo crédito continua tendo controle estatal, pelo Banco Central do Brasil.

Porém, a revolução social socialista começa com a implantação de instituições anticapitalistas resultantes das lutas do movimento operário contra certas tendências iminentes do capitalismo, como a concentração da renda e da propriedade, da exclusão social e a destruição de empresas e postos de trabalho. (SINGER, 1998). A Economia Solidária seria o retorno do ideal da “organização democrática da produção e consumo”, embasada nas práticas originadas do “socialismo utópico.

O que distinguiria este novo cooperativismo seriam à volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Ou seja, a idéia significa organizar unidades de produção, em geral pequenas, em função delas mesmas e não de um grande capital centralizador (...) a cooperativa desempenhará o papel de uma grande franqueadora múltipla, atuando em qualquer setor, mas será possuída e comandada pelos seus próprios associados (SINGER, 1999).

O lastro histórico da economia solidária com o cooperativismo de crédito de Rochdale se destaca no movimento de finanças solidárias que ao longo deste período, assumiu diversas formas organizacionais e diversificou as modalidades de sua intervenção. Principalmente a partir dos anos de 1970, surgem várias iniciativas de microcrédito.

Graemen Bank, em Bangladesh; cooperativismo de crédito; Organizações de microcrédito e microfinanças; Bancos comunitários (ou comunitários); Fundos solidários; Moedas sociais; Bancos alternativos; Sociedades de garantia; Redes de estudo, intercâmbio de experiências e de fomento.

As finanças solidárias propõem mudar as relações de poder entre produtores, intermediários e consumidores, configurando, na aproximação entre ética e a economia, como dimensões da vida social. São realizadas pelos próprios atores locais, que envolvem a solidariedade e a confiança no centro da elaboração das atividades financeiras e que não se destinam à geração de lucro. Desse modo, participam da construção de outro tipo de relação com o dinheiro, voltadas para o apoio à atividades socioprodutivas e sócio-organizativas, cujo investimento é fundado em critérios de utilidade social e não de rentabilidade do negócio (COELHO, 2003)

Na busca de democracia econômica associada à utilidade social, agregando recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários, surge o conceito de Economia Social, na Europa. (Defourny, 2009). A sua forma e conteúdo, desde suas origens, ameaçavam os poderes instituídos que nelas viam possíveis focos de contestação à ordem estabelecida e por isto, vigiada e controlada. As associações operárias e camponesas inspiravam em várias correntes de idéias que marcaram todo o itinerário da economia social, salientando seu pluralismo político-cultural, desde as origens.

Atualmente ocorre uma florescência de práticas socioeconômicas, a partir de iniciativas locais, serviços de um tipo novo, designados sob o termo "serviços de proximidade" ou "serviços solidários" como ajuda a domicílio, jardinagem, consertos domésticos (*bricolage*) etc., e para outros, invenção, como é o caso dos serviços que giram em torno da questão da «mediação social» nos bairros, geralmente vinculados à idéia de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local. (França e filho, 2007)

O que constitui a economia, no pensamento e nas práticas da economia solidária (Laville, 2009), é a interdependência das relações entre os homens e entre estes e os meios naturais onde buscam sua subsistência, em oposição ao sentido formal do termo economia que provém do caráter lógico da relação entre fins e meios, acepção que também origina a definição do econômico por referência à escassez, acarretando uma ruptura total entre o econômico e o “ser vivo”, resultando na confusão entre a economia e economia mercantil.

Os diversos comportamentos econômicos nas sociedades (França Filho, 2007, Laville, 2009), admitem uma pluralidade de princípios que permite dar conta de uma ampla dimensão da vida econômica, em especial aquela regida prioritariamente pela solidariedade, esquecida pela teoria econômica convencional, ou neoclássica.

Neste sentido, um olhar para o comportamento econômico das sociedades, a partir dos princípios da economia substantiva de Polanyi, ou seja, do mercado auto-regulado, da redistribuição, da administração doméstica e da reciprocidade e o re-arranjo destes princípios na modernidade através de sistema de direito jurídico-político que passa a regular as relações de trabalho, considerado meio fundamental de produção e distribuição de riquezas, poderíamos visualizar três formas de economia embutidas na economia social e solidária.

- a) **Economia mercantil**- fundada no princípio do mercado auto-regulado. Trata-se de um tipo de troca marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, limitando a relação a um registro puramente utilitário, pois neste tipo de troca/relação o valor do bem (que se mede pelo seu preço) funda a lógica do sistema, ao contrário do primado do valor do laço, do liame (ou da relação social) que se busca numa lógica reciprocitária;
- b) **Economia não mercantil** - fundada na redistribuição. Isto é, marcada pela verticalização da relação de troca e pelo seu caráter obrigatório, pois aparece a figura de uma instância superior (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de distribuí-los; e finalmente,
- c) **Economia não monetária** - fundada na reciprocidade. Isto é, um tipo de sistema de relação de trocas orientado segundo a lógica da dádiva, tal como formulada/descrita por M. Mauss, compreendida em três momentos: aquele do dar, do receber e do retribuir. Neste tipo de sistema, os bens circulam de modo horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo livre e obrigada, a doação (ou esse registro de lógica) é essencialmente paradoxal.

Na prática, não há tipos puros de economias, trata-se, portanto, através da referência à noção de economia plural de se pensar outra forma de produção e distribuição de riqueza, isto é, uma economia não necessariamente contra o mercado, mas uma

economia com mercado, entretanto sob condição que este seja submetido a outros princípios, ou melhor, que ele seja enraizado (*encastré* é o termo exato em francês, assim como *embeddedness* em inglês) junto a outros registros de práticas.

O que está posto nessa questão da pluralidade econômica é que a lógica do ganho material compromete quando se torna única e sem limites e que a resposta a essa questão só pode ser buscada em invenções institucionais amparadas em práticas sociais, pois são estas que podem indicar os caminhos de uma reinserção da economia em normas democráticas. (Laville, 2009).

Em toda a América Latina, em a economia solidária vem sendo utilizada para especificar esse movimento de resistência dos trabalhadores a essa nova realidade do mundo do trabalho. A noção de Economia Popular é utilizada para identificar uma realidade heterogênea, um processo social que pode ser identificado com “a aparição e expansão de pequenas atividades produtivas, comerciais no interior de setores pobres e marginais das grandes cidades da América Latina. (Razeto, 1991). E se tratando de Economia Popular tem como alicerce a solidariedade ou como muitos dizem: ajuda - mútua ou encontra nas práticas sociais comunitárias os meios necessários para se consolidarem enquanto proposta econômica viável. Mas o que destaca segundo Orlando Núñez é que a Economia Popular está composta de pobres, desempregados, trabalhadores individuais, cooperativados, associados ou agrupados em redes, e também pelos operários do campo e da cidade que se identificam por um projeto comum, de desenvolvimento nacional, alternativo ao capitalista. (NÚÑEZ, 1995) É a noção de Economia Popular, que em termos conceituais se aproxima da Economia Popular Solidária, representa uma leitura diferenciada do fenômeno e seus acontecimentos em todo o continente Latino Americano.

Os empreendimentos de economia solidária surgem geralmente em “cachos”, sob o impulso de uma dinâmica sócio-econômica fruto de sucessivas crises (Lechat, 2002). A partir da segunda metade da década de 1970, um dos componentes da nova crise que se expressa em mudanças na estrutura produtiva do mercado capitalista, provocando fechamento de empresas e desregulamentação dos direitos trabalhistas, impulsionando uma série de novas iniciativas de economia solidária, para salvar ou criar empregos, através de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores.

Essas novas iniciativas, como modo coletivo de organização de trabalho compreendem desde formas domésticas de produção até formas mais cooperativas e

democráticas de organização e trabalho, em muitos casos, fortemente não monetarizadas. No entanto, garante a sobrevivência de largas parcelas da população. Nesse caso, a ES no Brasil tem um caráter mais popular. No entanto, nem todas as atividades desenvolvidas nas economias populares têm o caráter solidário. Em vários casos o objetivo principal é a sobrevivência, sendo a solidariedade um fator secundário, tendo nas atividades apenas como alternativas de geração de renda. (TIRIBA, 2000)

No caso da Europa, as novas iniciativas compreendem mais um caráter de articular a criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas, com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou, simplesmente, geração de atividades econômicas, com finalidades sociais (França e Filho, 2007)

A atual dinâmica da economia solidária, de modo especial na Europa, faz alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário.

“Estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da *Gemeinschaft* (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim)” (FRANÇA FILHO, 2007)

Nesse sentido, as novas dinâmicas comunitárias, contidas nessas iniciativas, circunscrevem em novas formas de solidariedade. Um traço forte de tal fenômeno é sua diversidade. Algumas iniciativas procuram afirmarem-se mais o caráter político, outras apenas remodelando uma prática assistencial, num universo onde tem lugar desde a filantropia até a cooperação, passando pela ajuda mútua e pela reciprocidade.

A economia solidária supõe que não é apenas mudando o modo de produção e comercialização que poderá ser uma alternativa ao capitalismo. O modo de pensar e de ser do capitalismo está, ideologicamente, embutido no modo do conhecimento científico, dos quadros de vida, das formas de sociabilidades e dos universos simbólico, da relação com a natureza. (Santos, 1999, 2005). Uma nova concepção de trabalho exige uma mudança nesses quadros.

2.2 Origens da economia solidária no Brasil

A desarticulação do trabalho rural, no Brasil, se inicia no processo de colonização européia com a marginalização e subordinação dos trabalhadores das pequenas lavouras de subsistências e da pecuária extensiva e da exploração dos recursos naturais, marcando a formação econômica e a organização social brasileira com base no grande latifúndio e na monocultura de exportação, num contexto de frágil e escassa autonomia societária, devido ao trabalho servil e escravo de indígenas e negros africanos. É importante observar que o mercado, como nova racionalidade de criação de riquezas (para os colonizadores), chega antes do capitalismo, no Brasil. Apenas nas duas últimas décadas do século XIX, o trabalho inicia suas características capitalista, formado por trabalhadores livres sem posses de meios de produção, ou seja, os escravos recém libertos, os trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência e os imigrantes europeus (Oliveira, 2006, Maestri, 2003).

A expansão capitalista no país propiciou uma absorção da força de trabalho rural em diferentes classificações e categorias, em geral, em condições precárias. Em primeiro lugar constata-se trabalhadores não proprietários e trabalhadores proprietários. Entre os não proprietários existem as categorias: parceiros, arrendatários, assalariados. Os parceiros são trabalhadores que pagam pelo uso da terra uma parte da produção obtida. Os arrendatários têm acesso à terra mediante o pagamento de um aluguel, normalmente em dinheiro, ao proprietário. Os assalariados, que podem ser mensalistas, diaristas ou tarefeiros, com contratos permanentes ou temporários, caracterizam-se pela venda de sua força de trabalho em troca de uma remuneração em dinheiro e sua exclusão na participação da produção.

Os pequenos proprietários (compõem grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários, no Brasil), se caracterizam por trabalharem diretamente a terra com sua própria força de trabalho e a de seus familiares, não recebendo remuneração pela atividade (Oliveira, 2006), denominados atualmente de trabalhadores da agricultura familiar. Encontram-se nesse grupo, os “Assentados”, vindos de movimentos sociais de luta pelo reordenamento do uso da terra ou Reforma Agrária e os trabalhadores das Comunidades Tradicionais, cuja formação tem origens nas diversas formas de resistência ao trabalho escravo e subordinado ao capital. Os povos e comunidades tradicionais são definidos como grupos étnico-raciais culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social e utiliza recursos naturais como

condição do processo vital e para fins da própria reprodução da vida. Entre esses povos e comunidades estão os quilombolas, ciganos, matriz africana, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, comunidades de fundo de pasto, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, varjeiros, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varzanteiros, pantaneiros, caatingueiros, entre outros. (Santos e Camargo, 2007).

Considerando as cadeias produtivas não apenas como uma sequência de fases da produção, mas como um lugar social onde os diversos atores sociais dispõem de mecanismos diferenciados de poder, a inserção da agricultura familiar nessas cadeias, de modo geral, se dá de forma subordinada, em função da mediação dos setores que dispõem de grande poder econômico e de definição de políticas, inclusive nas de formas de produzir, preços, padrões de produtos e até mesmo quais produtos serão consumidos. Nesse sentido, cada elo da cadeia se apropria de quantidades desiguais das riquezas geradas e conta com poder diferente de decisão (Motta, 2007).

As associações e cooperativas dos trabalhadores da Agricultura familiar tem sido uma das formas de reduzir a dependência com relação aos setores dominantes do mercado e de permanência das famílias no campo. Um dos fatores dessa independência é o contato direto com o público consumidor obrigando-os a uma variedade maior de produtos, um controle social da qualidade do que chega aos consumidores finais e possibilitando uma apropriação maior da proporção dos resultados econômicos. Nessa aproximação com o consumidor, os próprios produtores adéquam à demanda por produtos orgânicos e são estimuladas práticas que visam ao respeito ao meio ambiente e à saúde de quem produz e de quem consome.

Uma das vertentes da economia solidária, em prática pelos trabalhadores da agricultura familiar, é a inserção no comércio de atividades não-agrícolas, como expressão da sua trajetória cultural, econômica e social, tais como: artesanatos, manufaturas, turismo rural, transformações agroindustriais, etc. São atividades que se combinam à agricultura e o aproveitamento de resíduos da própria produção agrícola e estimulam o aproveitamento de potencialidades de todos os membros da família.

É importante ressaltar que, no Brasil, a estrutura produtiva nunca foi suficiente para criar uma situação próxima de pleno emprego e possui fortes características de segmentação da mão-de-obra. A maioria dos trabalhadores sempre se manteve em

atividades de baixa produtividade, muitas vezes ao nível da subsistência apenas. Mesmo com o aumento do nível de empregos até a década de 1980, ainda que desiguais, as atividades ocupacionais mantiveram convivendo entre funções modernas e arcaicas e com um sistema de proteção social muito frágil. Grande parte da população que migrou da área rural para a cidade á procura de emprego, não conseguiu de inserir no mercado de trabalho, gerando os problemas sociais de falta de moradia, saúde, educação, trabalho, etc. A partir do final dos anos 1980, com trajetória neoliberal que ganhou envergadura política suficiente para impor um significativo programa de reformas no papel do Estado e liberação generalizada no comércio, produção, mercado de trabalho e nas finanças, não logrou de resultados econômicos, pela baixa produtividade e resultou em um enorme agravamento do desemprego que se fez acompanhado da queda na participação dos salários na renda nacional. O Brasil segue com parcela substancial de sua mão de obra ainda prisioneira de atividades meramente de subsistência. (Pochmann, 2001).

Além da fragilidade da estrutura produtiva, foram aprovadas leis, no Brasil, que permitiam a contratação por prazo determinado e de criação de cooperativas profissionais, processo que origina as popularmente conhecidas “Coopergatos” e possibilita que trabalhadores se organizem em cooperativas para prestarem serviços e executarem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício, significando na prática perdas de direitos trabalhistas. Outra medida foi à instituição do banco de horas, lei que favorece a flexibilização na determinação do tempo de trabalho. Num país em que as relações de trabalho já são extremamente precárias, tais tipos de iniciativa contribuem ainda mais para a precarização. E com isso novas categorias sociais surgiram: os desempregados, os inimpregáveis, os desqualificados e os excluídos (Langer, 2005).

A realidade social do país no ano 2000 apresentava uma proporção de 48% de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo e de 48% pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal, respectivamente, a partir de dados de 5.565 municípios brasileiros⁵. Nesse sentido, o desemprego não foi o único fator da emergência de grupos de autogestão, no Brasil.

As primeiras iniciativas, reconhecidas, no campo da economia solidária, foram identificadas a partir de algumas generalizações do caráter coletivo e voluntário dessas iniciativas, das formas de produção, trocas, consumo, das relações de trabalho não

⁵Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros - Brasília: IPEA, 2015.

assalariadas e o exercício do controle coletivo de suas informações, fluxos, rendimentos etc. Esse conjunto deu origem à ES e aos critérios, atualmente, utilizados para o reconhecimento de um EES. Por outro lado, admite-se que o destaque das consideradas “primeiras iniciativas”, no Brasil, está aliado à visibilidade das instituições religiosas, educacionais, sindicatos e movimentos sociais envolvidos com as mesmas.

Entre essas iniciativas, se encontram grupos comunitários, predominantemente rurais, em um contexto de luta contra a seca, na região nordeste do país e região norte do Estado de Minas Gerais, em que as políticas governamentais reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes, agravando a pobreza e a exclusão dessa população. A partir de 1980, através do vínculo comunitário, agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, etc., como alternativa de sobrevivência, iniciaram atividades coletivas de produção e comercialização de produtos agrícolas, criação de pequenos animais, captação de água, nessas regiões áridas e semi-áridas. Para isto, tiveram o apoio da Cáritas Brasileira⁶. Até o ano 2000, a instituição já havia apoiado 1004 projetos envolvendo 57 mil pessoas nesses projetos, através do PACs – Projetos Alternativos Comunitários, que tem como objetivo o fortalecimento de estruturas comunitárias, produtivas e organizativas de trabalhadores e formação sócio-política e cultural. Até o final da década de 80, os recursos eram repassados aos grupos sob a forma de fundo perdido, apenas com exigências quanto ao cumprimento de critérios organizativos. A partir da década de 90 passam a trabalhar como micro crédito e fundos rotativos e são articuladas com os movimentos urbanos e agrega-se à essas iniciativas, grupos de reciclagem, redes de produção, Agroecologia, artesanatos, etc. (Bertucci, 2003)

Em outro contexto, na década de 1990, circunscrito no problema da abertura do mercado para importações, com adoção do ideário neoliberal que levou a uma onda de falências de empresas nacionais, resultante da concorrência que se instalava com empresas transnacionais, os trabalhadores dessas empresas, em via de desemprego, se organizam e negociam o recebimento dos seus direitos trabalhistas com bens das empresas em processo falimentar, convertidos em capital de novas empresas, através da transferência da massa falida para os mesmos, que se organizam em cooperativas e associações. A primeira

6

experiência de empresa autogestionária, conhecida como a “fábrica do trabalhador”⁷, foi uma fábrica de sapatos chamada Markely, situada na cidade de Franca-SP, que empregava 482 trabalhadores. Nesse período, outras grandes e antigas empresas, em todas as regiões do Brasil, entraram em crise e acabaram sendo assumidas pelos trabalhadores e se tornando autogestionária. Em dezembro de 2001, registrava-se cerca de 160 empresas solidárias por todo o país. A maior de todas é a Usina Catende, situada no Estado de Pernambuco, região nordeste, com 3.200 famílias, espalhadas por cinco municípios. Em 1994, essas empresas se uniram e fundaram a Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que assume a articulação dessas empresas, prestando suporte técnico e político. (Santos, 2003, Carvalho, 2012)

O terceiro grupo se refere ao processo de lutas frente a uma política agrícola nacional em que as estruturas normais de comercialização são voltadas para a produção de larga escala, provocaram os trabalhadores rurais de assentamentos de Reforma Agrária, do sul do país, a se organizarem em Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs), através do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Em 1989 iniciam organizações de produção, através de “laboratórios organizacionais”⁸ e criam as primeiras CPAs, no Rio Grande do Sul, como garantia de sobrevivência e com o objetivo de ganhos de produtividade e de escala a fim de permitir a inserção da produção no mercado. Em 1992, é criado o sistema cooperativista dos assentados, estabelecendo cooperativas agropecuária, cooperativas de comercialização no âmbito regional, cooperativas centrais de reforma agrária, abrangendo o território estadual e em nível nacional criou a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). (Santos, 2003)

2.3 A organização e estrutura do movimento de economia solidária no Brasil

A iniciativa de tornar a economia solidária (ES) um movimento de mobilização nacional, de reconhecimento social e político, acontece no bojo dos debates e das críticas à globalização neoliberal, durante o primeiro Fórum Social Mundial- FSM⁹, realizado no

⁷ A experiência da Markely foi a base que permitiu desenvolver uma metodologia de transferência de empresa capitalista a seus empregados.

⁸ Metodologia inspirada nas experiências das Ligas Camponesas que visa à formação de cooperativas autogestionárias.

⁹ O primeiro Fórum Social Mundial teve como objetivo contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos que, desde 1971, defende as políticas neoliberais em todo mundo. Teve uma participação de

Brasil, em 2001, onde foi constituído um grupo de trabalho, chamado de GT-Brasileiro¹⁰, para articular esse novo movimento.

Em consonância com o espírito e a dinâmica interativa do FSM, que segundo Santos (2005) pressupõe o ressurgimento de uma utopia crítica e radical da realidade vigente, o movimento de economia solidária segue, aspirando uma sociedade melhor e que se apresenta como alternativa ao predomínio da utopia conservadora do neoliberalismo de que o mercado não regulado é a fonte do bem-estar socioeconômico.

Em um ambiente de diálogos entre os diversos atores, em processos de mobilização realizados pelo GT brasileiro, o movimento entende que a economia solidária, como instrumento de superação da exclusão e da pobreza, precisa de políticas adequadas ao setor, que responda a um projeto de desenvolvimento integral que vise a sustentabilidade, a justiça econômica, social, cultural e ambiental e a democracia participativa. Nessa perspectiva, reivindica do governo a criação de uma secretaria nacional que dialogue com a sociedade civil os termos desse projeto.

Inspirado na dinâmica do FSM, porém no nível nacional, movimento se organiza em fóruns de diálogo entre atores que compartilham dessa utopia. Estes fóruns estão organizados na instância nacional, representado por um Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES e mais sessenta fóruns espalhados por Municípios e Estados brasileiros. O FBES que se afirma como espaço nacional de articulação e diálogo do movimento.

“O FBES é um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento sócio econômico do país que queremos”.¹¹

aproximadamente 20.000 pessoas, das quais cerca de 4.700 eram delegadas de diversas entidades abrangendo 117 diferentes países. Disponível em <http://www.fsmpoa.com.br>

¹⁰ Composição do GT: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho - UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

¹¹ Relatório da IV Plenária nacional de Economia Solidária - 2008

Esses atores e movimentos sociais estão organizados em segmentos, através dos quais são definidas as representações nas plenárias, encontros, conferências, etc.

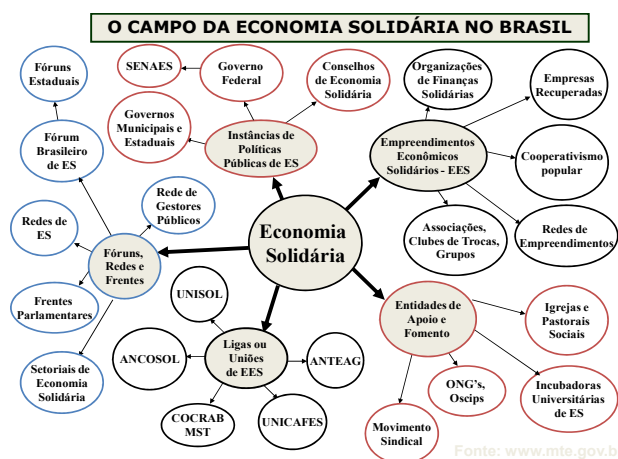
1) Empreendimentos e Econômicos Solidários (EES) – constituído pelas organizações coletivas, particulares ou em redes, que exercem a atividade econômica: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos produtivos informais, bancos comunitários, etc. com os critérios de autogestão, respeito aos recortes de gênero, raça, etnia, geração, orientação sexual; de abominação de toda a forma de violência contra mulheres, crianças, índios, negros e negras e que contemplem a dimensão ética em suas ações e atividades, valorizando o cuidado com as pessoas e respeitando os critérios ambientais nas suas atividades econômicas.

2) Entidades de Assessoria e fomento (EAF) constituído pelas organizações particulares ou em redes, que desenvolvem ações, nas várias modalidades, de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento, crédito, assistência técnica e organizativa que baseiam a sua metodologia de assessoria e apoio a empreendimentos solidários nas deliberações e acúmulos dos encontros, oficinas e seminários, promovidos e articulados pelos Fóruns.

3) Gestores Públicos (GP) – Constituídos em uma Rede nacional. São atores estão ligados diretamente com políticas públicas de economia solidária nos estados e municípios.

Dessa forma constitui um grande campo de ação, em processo de conexões com esses atores.

Figura 1



Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária

Na terceira plenária do FBES, realizada em 2003, após debates em 18 estados brasileiros, o movimento aprova uma Carta de Princípios¹² com o objetivo de demarcar a sua identidade no processo de reconhecimento social e político de suas atividades e define como princípios gerais: 1) A valorização social do trabalho humano; 2) A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; 3) reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; 4) a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade.

O movimento de ES vem se afirmando como um resgate das lutas históricas dos trabalhadores, conforme afirma em sua carta de princípios.

“A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza”.

Alguns estudos enxergam na economia solidária um potencial para ampliar a politização da sociedade civil e favorecer também a democratização do Estado. Nesse sentido, a ação política de apoio à economia solidária também deve ser pensada em termos do questionamento às formas representativas da democracia e aos debates sobre uma concepção mais participativa, tanto no âmbito municipal quanto estadual e federal.

Os espaços dos fóruns e do Conselho Nacional, segundo (Jacobi, 2003) tem se constituído em locais privilegiados de construção da cidadania e representado a possibilidade de cultivar as responsabilidades e obrigações mútuas. As práticas sociais inerentes à essa construção relaciona-se com a solidariedade e no encontro entre direitos e deveres. A ampliação da esfera pública tem colocado uma demanda à sociedade em termos de obter uma maior influência sobre o Estado, tanto como sua limitação, assumindo que a autonomia social supõe transcender as assimetrias na representação social, assim como modificar as relações sociais em favor de uma maior auto-organização social.

Em 2003, é criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES¹³ e o Conselho Nacional CNES¹⁴. A SENAES, nesse processo, tem um duplo papel, integrar o

¹² Carta de princípio – Documento da III Plenária Nacional de Economia Solidária – Brasil.

¹³ BRASIL, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE) - Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003.

governo federal e tomar parte na formulação e na execução de políticas de economia solidária, no âmbito de suas atribuições, de um lado, e tomar parte na formulação e na execução de programas e projetos em conjunto com as entidades representativas do movimento da economia solidária, de outro (Singer, 2004)

Segundo Baud (2008) a criação da SENAES, certamente, foi resultado da mobilização dos atores do movimento, mas, é também o resultado de participação ativa de determinados segmentos do Partido dos Trabalhadores no movimento, que acreditam que é possível a atualização do ideal de cooperação e de trabalho para recuperar o ideal socialista de uma organização democrática da economia em que o movimento preconiza um Estado. O que se coloca é que um ambiente político favorável não é garantia de políticas estruturais que possa gerar segurança com a mudança de governo. Para a autora, o sucesso desse projeto geral envolve uma dupla superação na esfera pública: O peso do legado assistencialista, clientelista e da estrutura elitista do poder público brasileiro e do outro lado, o peso do desenvolvimento histórico econômico do país.

Desde a criação da SENAES, em vários Estados e Municípios, a economia solidária passa por uma crescente institucionalização e incorporação como política pública de “inserção social de grupos excluídos”, acompanhados de mobilizações dos segmentos que compõem o movimento. No entanto, a efetividade da atuação do poder público dependerá da mobilização a organização comunitária para as novas práticas econômico-sociais e em criar um novo ambiente de relações mais democráticas entre o Estado e a sociedade. (Monteiro, 2009).

Em 2010 durante a realização da II Conferencia Nacional de Economia Solidária, o FBES apresenta um Projeto de Lei Nacional¹⁵, de iniciativa popular, que dispõe sobre um sistema nacional de economia solidária e o reconhecimento dos empreendimentos econômicos solidários-EES em suas formas organizativas, dentro de uma política pública específica para o setor. Esse projeto, de iniciativa popular, teve o respaldo de uma ampla mobilização nacional na coleta de assinaturas. (Fortes, 2014).

A proposta de uma Lei Nacional da Economia Solidária, conforme Kruppa (2012) é a representação de um contexto real de lutas e processos históricos de mobilização social e

¹⁴ O CNES é um “órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da economia solidária”.

¹⁵ Projeto de Lei nº. 4.685/2012, em tramitação no Congresso Nacional

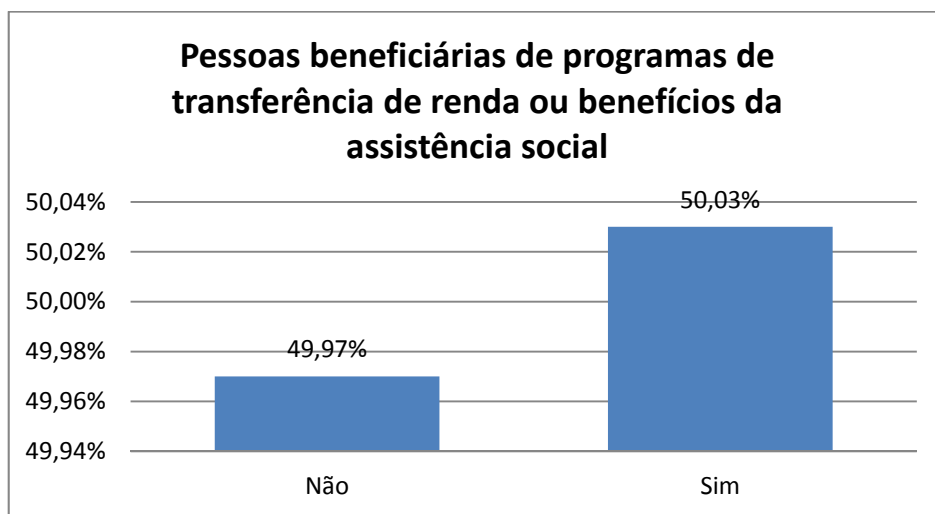
pretende ser a síntese das reivindicações que diferentes sujeitos sociais esperam da ação estatal, apresentando as diretrizes para que o Estado brasileiro atue no apoio à economia solidária. Por isso, a lei é um importante instrumento de luta para que a sociedade civil organizada possa reivindicar o reconhecimento de direitos perante a estrutura do Estado.

Entre os objetivos dessa lei, consta que os beneficiários de programas sociais, podem se beneficiar, desde que desejem se organizar em EES, portanto não se trata de uma política para atender pessoas, de modo individual.

“A política pública de economia solidária poderá também atender aos beneficiários de programas sociais desenvolvidos por órgãos governamentais, com prioridade para aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social, desde que desejem se organizar em empreendimentos econômicos solidários”. Projeto de Lei nº. 4.685/2012

Conforme gráfico 5, observamos que, 50% das pessoas que compõem os EES, são beneficiários de programas sociais do governo.

Gráfico 1



Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

O movimento afirma que a economia solidária não se confunde com o chamado Terceiro Setor que substitui o Estado nas suas obrigações sociais e inibe a emancipação dos trabalhadores enquanto sujeitos protagonistas de direitos e afirma a emergência de novo ator social de trabalhadores como sujeito histórico. Supõe-se que os beneficiários de programas assistenciais que estão nos EES, estão a um passo da cidadania que o movimento almeja.

O Sistema nacional de Comércio justo, no Brasil, amplia as possibilidades de um mercado alternativo, que contribua para o desenvolvimento sustentável, ofertando melhores condições de comércio e assegurando os direitos de produtores da economia solidária.

O Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) representa uma oportunidade de qualificação da própria economia solidária, empoderando seus atores não apenas de conteúdo, mas de capacidades de reflexão e sistematização de suas próprias experiências como sujeitos do processo.

A formação em economia solidária é definida como uma “construção social” inerente aos processos de trabalho autogestionários e reconhece a centralidade do trabalho na construção do conhecimento técnico e social, articulando o trabalho e a educação na perspectiva da promoção do desenvolvimento sustentável.

2.4 Sobre o caráter e a forma dos movimentos sociais

Quando a economia solidária se afirma como um movimento social, surge a questão sobre onde ela se encontra no contexto das novas teorias sobre o caráter e a forma dos movimentos sociais na contemporaneidade.

A primeira abordagem diz respeito às Redes, consideradas como forma de superação da fragmentação dos movimentos que, impulsionados pela atomização dos indivíduos e das lutas sociais, buscam a organização reticular para alcançar os objetivos das lutas de seus movimentos que, a partir da década de 1990, passam a se organizar local, nacional e internacionalmente. Trata-se também da busca de interconexões de sentido entre o local e o global. A rede será forte se incluir uma história que persuade e integra seus membros; se abranger estratégias e métodos colaborativos baseados em uma doutrina bem definida; se utilizar sistemas avançados de comunicação e apoiar-se em vínculos sociais e pessoais fortes. As redes relacionais facilitam o processo de envolvimento, tornando menos onerosa para os indivíduos sua participação. Na medida em que aproximam e criam espaços nas redes e entre as redes, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, contando com a mediação de agentes políticos articulatórios com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), há um processo de empoderação no interior dos movimentos sociais. Os processos estruturadores das redes sociais têm por origem as interações sociais estabelecidas pelos indivíduos, quer

dizer, a estrutura de sociabilidade presente em cada um dos atores de uma interação, e que surge com base em “certos impulsos ou em função de certos propósitos” e é organizada em campos. (Scherer-Warren, 2005,2008, Melucci,2001)

A economia solidária se articula em uma variedade de Redes e Movimentos, em uma dinâmica complexa, compreendendo diversas perspectivas, como religiosas, políticas e sociais, educacionais, etc. Composta por redes temáticas, rede por ramos de atividade econômica e redes por seguimento específico de representação política. Como por exemplo: Rede de formadores, de finanças, redes de alimentação, saúde, de gestores, etc,

Essa configuração nos remete à idéia das “relés sociais”¹⁶, definidas como “redes de redes”, funcionando como mecanismo de produção e divulgação da mobilização dos indivíduos para a constituição de novas redes. Cada “ator social” possui a tendência a se inscrever em diferentes tipos de troca, em um movimento permanente em que as redes mediadoras possibilitam a geração de novas redes ao mesmo tempo em que garantem a renovação e sustentação das redes antigas. Neste sentido, ela é constituída por similitudes e diversidade social e cultural dos seus atores que interagem em meio à harmonia e conflitos. (Fortes, 2014)

Quanto ao caráter dos movimentos, há um grupo (Evers, 1984, Castells ,1999, Melucci, 2001) que entende que os novos movimentos (mulheres, homossexuais, negros e minorias de todos os matizes) impuseram uma marcação que passou a situá-los para além da dicotomia alienação-identidade e forjaram rupturas entre eles e o seu conhecimento, originando uma verdadeira “contracultura micrológica”. Passaram a refletir um potencial que não diz somente respeito ao poder político como categoria central das ciências sociais, mas a uma contínua renovação de padrões socioculturais e sociopsíquicos. Isto representa que as mobilizações sociais não se esgotaram em demandas somente por inserção socioeconômica, mas pleitearam uma ampla reformulação dos padrões culturais e formular diferentes estratégias para o desenvolvimento de políticas da diferença, levantando uma nova ordem de demandas relativas aos modernos direitos sociais, que impuseram o tema da identidade como central nessas demandas.

¹⁶O termo relé é empregado como alternativa ao termo “broker”, que é definido por Boissevain como “aquele que recodifica e seleciona um novo canal, codificando e transmitindo para o seguinte, ligando o ator em uma trilha de novas sociabilidades” - Boissevain, Jeremy. Friends of friends. Networks, manipulators and coalition. Oxford: Blackwell, 1976,

As sociedades, não são apenas o resultado da transformação tecnológica e econômica, nem pode a mudança social ficar limitada a crises e adaptações institucionais. Apesar de, muitas vezes, adotarem expressões ideológicas marxistas em suas vanguardas militantes, eles tinham pouco a ver com o marxismo ou, a esse respeito, com a classe operária. Eram movimentos essencialmente culturais, querendo mudar a vida em vez de assumir o poder. Suas ambições abrigavam reação multidimensional à autoridade arbitrária, revolta contra a injustiça e busca por experimentação pessoal embora quase sempre postos em prática por estudante. Desses movimentos surgiram as idéias que se transformariam na fonte do ambientalismo, do feminismo e da contínua defesa dos direitos humanos, da liberdade sexual, da igualdade étnica e da democracia popular.

Esses fenômenos contemporâneos combinam componentes diversos e multifacetados e não possuem mais só base econômica, mas uma integração crescente das bases culturais, políticas e econômicas. Os espaços sociais dos movimentos se constituem como arena distinta do sistema e não coincide mais com as formas tradicionais da organização social da solidariedade e de representação política.

A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflito entre atores sociais. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo que deve ser ativado para tornar possível a ação dos indivíduos

A distinção tradicional entre Estado e sociedade civil seria substituída por relações sociais mais fragmentadas, heterogêneas, complexas e autônomas. A democracia pode significar somente a criação de espaços de reconhecimento, as liberdades de representação que permite os autores sociais reconhecerem-se e serem reconhecidos por aquilo que são e como querem ser.

Em outra perspectiva, (Sorj e Martuccelli, 2008) entende que as mudanças nas formas tradicionais de participação e identidades coletivas sofreram uma forte erosão e têm uma efetividade limitada, mas também porque boa parte das iniciativas se dá à margem (no campo da intimidade, do consumo individual ou eventos coletivos e consequentemente fora do sistema político), contra o espaço público (formas de delinquência) ou abandonando o país (a inscrição da emigração no imaginário coletivo de boa parte dos países da região é um fator que desmotiva a participação coletiva).

A debilidade dos atores coletivos precipita a busca de saídas individuais para problemas sociais. Paradoxalmente, a mesma individuação, que em princípio potencializa as expectativas e que poderia se transformar em demandas sobre o sistema político, também possibilita a multiplicação de caminhos pessoais de estratégias de sobrevivência e de criação de sentido, à margem do espaço público. Por conseguinte, estratégias de *exit* (retração do espaço público) refletem tanto a expansão da individuação e sua capacidade de gerar respostas pessoais quanto a crise dos marcos de expressão coletiva de demandas. Em outros casos *voice* (participação no espaço público) e *exit* parecem se condensar, como no grito contra os políticos: “fora todos!”. Aqui também é possível observar como o incremento das iniciativas individuais vem ao mesmo tempo cobrir certas insuficiências institucionais e abrir outras.

Os indivíduos, a partir de seus contextos e condições de vida específicas, inclusive de pobreza e de limitadas oportunidades de vida, são produtores de sentido e de estratégias e de formas de solidariedade inovadoras, que não estão inscritas a priori na história ou nas estruturas sociais, embora obviamente sejam influenciadas por elas. Estas dinâmicas não são todas recentes, mas sua importância foi minimizada pelas ciências sociais, Latino-Americana, em prol dos grandes aglutinadores sociais do século XX (o mundo do trabalho, os sindicatos, os partidos e ideologias). Com a perda do peso relativo destes fatores, o reconhecimento e a compreensão de outros espaços de sociabilidade e de sentido passa a ser uma questão fundamental para entender a coesão social na região.

As novas formas de organização da participação se transladaram para a sociedade civil, representada por organizações profissionais de ativistas sociais (as ONGs) cujas atividades são de intervenções sociais pontuais ou promoção pública (*advocacy*) com demandas ao Estado e agendas globalizadas em torno dos mais variados temas de direitos humanos e ambientais, que têm impactos fundamentalmente por suas ações midiáticas, mas com escassa capacidade de mobilização social e política. Junto à sociedade civil organizada, surgem de forma periódica explosões mais ou menos espontâneas (“panelaços” e manifestações de rua), que expressam uma insatisfação profunda com o sistema político e o funcionamento das instituições representativas.

Os processos de democratização não se expressam, em geral, salvo movimentos esporádicos de explosões coletivas ou de eleições, em uma maior pressão sobre o sistema

político, não apenas por causa da erosão das formas tradicionais de participação coletiva, mas porque boa parte das iniciativas se dá à margem e contra o espaço público.

O peso do espaço público e a função dos meios de comunicação na vida política na América Latina foram intensificados, o que por sua vez introduziu mudanças importantes nas formas da mobilização política. O ativismo cidadão se transformou, convertendo-se em uma atividade mais pontual, mais profissionalizada, em muitos casos, menos ideológica. Mas, sobretudo, a representação da sociedade se deslocou da trama institucional para as imagens e discursos da esfera midiática, o que modificou em profundidade a maneira como as sociedades latino-americanas tendem a processar seus conflitos de interesses. Aqui também, e no calor da individuação e da democratização em curso, a opinião pública adquire uma importância crescente.

Laranjeira (1990) contesta que, aceitar a idéia de que a dimensão econômica, o mundo do trabalho, tenha deixado de constituir-se no eixo condicionante das práticas político-sociais é questionável, porque a reprodução da existência ainda depende em grande parte da dimensão econômica, desde a infância até a velhice. Neste sentido, afirmar a importância da dimensão econômica não implica ceder a um determinismo unilateral em que as práticas político-ideológicas dos agentes coletivos sejam explicadas exclusivamente a partir do lugar ocupado nas relações de produção. Não significa, portanto supor uma necessária homogeneidade de conduta, uma vez que dentro de determinados limites existem distintas possibilidades de responder àqueles condicionamentos em razão da interferência de outros fatores ligados às dimensões cultural, religiosa, familiar, etc. As classes sociais estão aí, definindo a configuração do processo histórico-social. A centralidade desses atores reside justamente no fato de se ocuparem de questões que definem a condução do processo histórico mais geral, ou seja, aquelas questões que dizem respeito à participação dos indivíduos no processo de reprodução social da existência.

A sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organização em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo. Ela nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. Esse novo período, caracteriza-se pela consolidação dos movimentos em

redes nacionais onde tais movimentos ganharam mais visibilidade e relevância política na decisão e condução das políticas. Essas características apresentam-se com fortes conotações culturais, ao contrário dos movimentos classistas e isto os difere dos atores políticos ou das organizações formais. No entanto, a configuração das redes de articulação constitui um importante elemento para compreender os processos de mobilização, já que nessas estruturas os indivíduos interagem, se influenciam mutuamente e desenvolvem negociações visando a produzir os esquemas cognitivos e motivacionais para a ação coletiva. (Scherer-Warren, 2009)

Críticas às insuficiências da explicação marxista consideram os interesses na teoria de classes como manifestações egoístas e racionais (OLSON, 1999). A história tem mostrado que premissas individualistas e princípio de racionalidade andam juntos e não são prerrogativas dos trabalhadores, pois as condições econômicas podem afetar as atitudes sociais. O consenso não é condição para ocorrer a ação grupal, mesmo porque é incompleto e frequentemente inexistente. Pressões e incentivos sociais, mesmo contrapostos, movem para a ação. Mudanças sociais não são imediata e claramente percebidas, nem se restringem à tomada de consciência pela opinião pública manipulada pelos meios de comunicação. A ação coletiva, que pode se apresentar manifestada pela fragmentação das classes trabalhadoras e aparente descentralização dos interesses no quadro da sociedade contemporânea, desloca-se para as relações entre cidadãos e poder e, não, indivíduos e política.

Para Scherer-Warren (2008), devemos compreender os movimentos sociais, nesse contexto de mudanças, como demandas específicas e particulares em ideários politicamente mais amplos, mas suficientemente inclusivo sem relação às desigualdades e discriminações históricas diferenciadas. Não se trata de recorrer a um universalismo abstrato, sem referência concreta e substantiva ao cotidiano dos sujeitos submetido à exclusão ou à discriminação, nem a um relativismo da diferença que não considere os possíveis processos de opressão ao “diferente”. Há que se superarmos falsos debates sobre universalismo e relativismo cultural, “cujos conceitos polares são igualmente prejudiciais para uma concepção emancipatória de direitos humanos. Todas as culturas são relativas, mas o relativismo cultural, enquanto atitude filosófica é incorreta. Todas as culturas aspiram a preocupações e valores universais, mas o universalismo cultural, enquanto atitude filosófica é incorreta. Contra o universalismo, há que propor diálogos

interculturais sobre preocupações isomórficas, isto é, que possam convergir numa unidade valorativa. Contra o relativismo, há que desenvolver critérios políticos para distinguir política progressista de política conservadora, capacitação de desarme, emancipação de regulação”.

As formas de cidadania emergentes caracterizam-se por uma forte marca de reflexibilidade social. A metamorfose do sistema de desigualdade social em sistema de exclusão ocorre tanto em nível nacional como em nível global. Traduzida por uma situação em que os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais. Assim, o indivíduo torna-se vulnerável a uma injustiça social que condiciona a sua própria cidadania (Giddens, 1992).

Bauman (1999), utilizando o conceito de Estado de Castoriadis, como uma “forma específica de distribuir e condensar o poder social, precisamente tendo em mente a capacidade reforçada de “ordenar”, é uma entidade separada da coletividade e instituída de modo tal a garantir a permanência dessa separação’, o que implica uma 'burocracia' separada, civil, clerical ou militar, ainda que rudimentar, em outras palavras, uma organização hierárquica com área de competência delimitada.”

Essa “separação do poder social em relação à coletividade” não foi de forma alguma um acontecimento casual, um desses caprichos da história. A tarefa de produzir a ordem requer imensos e contínuos esforços para depurar, transferir e condensar o poder social, o que por sua vez exige recursos consideráveis que somente o Estado, na forma de um aparelho burocrático hierárquico, é capaz de reunir, concentrar e usar. Por necessidade, a soberania legislativa e executiva do Estado moderno apoiou-se no “tripé” das soberanias militar, econômica e cultural, em outras palavras, no domínio estatal dos recursos outrora utilizados pelos focos difusos de poder social, mas todos agora necessários para sustentar a instituição e a manutenção da ordem administrada pelo Estado. O processo de individualização, nas sociedades contemporâneas se assenta numa globalização rápida da rede de poder que parece conspirar e colaborar com uma política de vida privatizada, o público e o privado se estimula e se reforçam. Se a globalização esgota a capacidade de as instituições políticas estabelecidas atuarem de forma efetiva, a retirada em massa do "corpo político" para os conceitos estreitos da política de vida impede a cristalização de formas

alternativas de ação coletiva em igualdade de condições com a globalidade da rede de dependências.

Os avanços das ideologias neoliberais, em nível mundial, e a retração da capacidade reguladora dos Estados Nacionais repercutem sobre as estruturas e as ações dos movimentos sociais. As preocupações atuais que decorrem sobre a questão, perpassam, entre outras, pelas suas fortes conotações culturais dos movimentos, centradas nas identidades e pela proximidade do discurso entre os antagonistas.

Touraine (2007) afirma que a crise nos movimentos sociais é resultado de uma crise no ser social, ou seja, de uma nova representação da sociedade. A decomposição dos quadros sociais faz triunfar o indivíduo, dissocializado, mas capaz de combater tanto a ordem social dominante como as forças da morte. O sujeito se forma na vontade de escapar das forças, das regras, dos poderes que nos impedem de ser nós mesmos, que procuram nos reduzir ao estado de componentes de seu sistema.

O sujeito é definido na sua resistência ao mundo impessoal do consumo ou da violência e da guerra. É um chamado a si, uma vontade de retorno a si, à contracorrente da vida cotidiana. Essa idéia evoca uma luta social como aquela da consciência de classe ou a de nação nas sociedades anteriores, mas com um conteúdo diferente, privado de toda exteriorização, voltado inteiramente para si. Em segundo lugar, o sujeito nunca se identifica completamente consigo, e ele continua colocado na ordem dos direitos e dos deveres, na ordem da moralidade e não da experiência.

Nesse processo, ocorre a substituição de um tipo de instituições por outro: aquelas que impunham regras e normas são substituídas por aquelas cujo objetivo é proteger e reforçar os indivíduos como sujeitos. A defesa do cidadão contra o Estado é, acima de tudo, uma defesa do cidadão.

Mas, um novo modelo de modernização é possível mediante o princípio do individualismo que é capaz de impedir que nossas sociedades caiam numa extenuante concorrência generalizada. O movimento de libertação no qual os dominados, rejeitando sua submissão, se dão uma subjetividade, afirmando-se como seres de direitos rejeitando a injustiça, a desigualdade e a humilhação. Esta forma de resistência carrega em si uma afirmação de si, não somente como ator social, mas como sujeito pessoal. A destruição da idéia de sociedade só pode nos salvar de uma catástrofe se ela leva à construção da idéia de

sujeito, à busca de uma ação que não procura nem o lucro nem o poder nem a glória, mas que afirma a dignidade de cada ser humano e o respeito que ele merece.

Avança também a idéia de que o novo é criado e gerado por aquelas que tinham sido a principal figura da dependência e que empreendem agora ultrapassar a oposição homens/mulheres mais do que substituir a dominação masculina pela dominação feminina. A passagem de uma sociedade que se percebia e agia em termos sócio-econômico, do tipo Societal ou pós-social, a representação e a ação não são mais propriamente sociais, mas culturais. A razão é que a nossa experiência não é mais transformada pela sociedade de massa somente na ordem da produção, mas também na do consumo e da comunicação.

A luta pela liberdade de criar a si mesmo, passa a ser, centralmente, por direitos culturais e pelo direito de ser “outro”. Neste sentido, o movimento social passa a se caracterizar, nas ações onde “o ator de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um como outro, uma importância central”.

Essas novas lutas pelo direito de “ser outro” e as lutas pelo direito ao trabalho representam que, historicamente, o predomínio do capitalismo, não conseguiu diminuir a indignação e a resistência contra os valores e as práticas que constituem o seu núcleo central. A imaginação e a luta por uma sociedade onde a exploração, o racismo e toda forma de marginalização, seja eliminada, ou pelo menos drasticamente reduzida, mantém viva a moderna promessa de emancipação. (Santos, 2003).

A economia solidária, no contexto das análises em questão, sintetiza práticas e conteúdo de caráter de luta de classes do ponto de vista das suas aspirações socialistas, no campo do trabalho, carrega uma série de outras conotações políticas e culturais na medida em que acampa as questões ambientais, de gênero, e outras que dizem respeito às lutas das minorias.

2.5 . Pobreza e Exclusão

Entre seus princípios gerais, o movimento de ES se apresenta como uma alternativa de combate à exclusão e à desigualdade.

“A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana”.¹⁷

O conceito de pobreza e de exclusão não é equivalente, não são sinônimos, mas complementares e que se interpenetram. “É possível ser pobre e não excluído e, inversamente nem todos os excluídos são pobres, embora todos os estudos mostrem que existe um vasto círculo onde coincidem a pobreza e a exclusão” (Estivill, 2006)

A dimensionalidade e a complexidade da pobreza contêm vários sentidos na própria origem do termo. A origem latina da palavra, “*pauper-ris*” já expressa três tipos de carência, em sua estrutura, circunstância e em situações voluntárias: “ter pouco” ou ser pobre, “estar pobre” ou não ser rico “tornar-se pobre” ou fazer-se de pobre. Estudos documentais mostram que comumente a sociedade se refere à pobreza com sentimento de compaixão. (ESTIVILL, 2006)

Essa interpretação do pauperismo como insucesso das pessoas na luta pela sobrevivência trouxe em destaque duas consequências. A primeira é que a partir desse debate foram criados os critérios biológicos e fisiológicos para a instauração de um mínimo alimentar necessária a sobrevivência. E a segunda, colocou em evidência o modo desigual da produção e distribuição da riqueza e posteriormente surge o conceito de pobreza absoluta e pobreza relativa.

O que estava em destaque naquele momento, era a questão relacionada à privação e não a sobrevivência física das pessoas (Rocha, 2003). A partir do conceito de privação, estabeleceu-se uma lista de bens e serviços não só necessário, mas também adequado ao nível de vida da sociedade. (TOWNSEND, 1975 -1993 apud ESTIVIL 2006, p.107).

A questão da pobreza absoluta e pobreza relativa é alvo de incessantes discussões. Estudos mostram (Rocha, 2003) que a pobreza absoluta está relacionada ao não atendimento da sobrevivência física do ser humano, a pessoa não tem um mínimo necessário para manter a vida. Já a pobreza relativa define as necessidades a partir do modo vida predominantes na sociedade em questão. Nesta definição, aquelas pessoas que já conseguiram garantir um mínimo vital são reconhecidas como relativamente pobres.

¹⁷Carta de princípios do Movimento de economia solidária – 2003.

nos trás o entendimento desses dois tipos de pobreza. Para a autora Este conceito incorpora a redução das desigualdades dos meios entre os indivíduos.

Nesta abordagem utiliza-se um viés economicista, ou seja, a renda é usada como meio de identificação dos pobres e não-pobres em uma população. Com isso, surge a designação a respeito de quem está na linha da pobreza ou da indigência. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado de linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidade, trata-se da linha de pobreza.

O critério de definição da pobreza em termos de renda é controverso (Sen, 2000). A pobreza deve ser vista como privação das capacidades básicas do ser humano. Este critério não envolve nenhuma negação da idéia sensata que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa, ou seja, uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição predisponente de uma vida pobre. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos.

A relação entre renda e capacidade seria acentuadamente afetada por diversas variáveis, como: idade da pessoa, papéis sexuais e sociais, localização, condições epidemiológicas e por outras variações sobre as quais uma pessoa pode não ter controle ou ter um controle limitado. Pode haver certo “acoplamento” de desvantagens entre privação de renda e adversidade na conversão de renda em funcionamento. Exemplo: Idade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Isso implica que a “pobreza real”, no que se refere a privação de capacidade, pode ser, em sentido significativo, mais intensa do que pode aparecer no espaço da renda.

Nessa direção, (Yazbek, 2003) afirma que Pobres são aquelas pessoas excluídas em graus diferenciados da riqueza social por não terem acesso há um mínimo de bens. Não se trata apenas de carências materiais, junto a ela encontram-se fatores políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, “a pobreza muito mais que falta de comida e de habitação é carência de direitos, de possibilidades e de esperança”

A adoção da linha de pobreza relativa, nos países ricos, levou a aplicação indevida dessa abordagem em países em desenvolvimento, onde a noção de pobreza absoluta ainda é relevante, pois, a pobreza absoluta tem maior correspondência com a realidade desses

países. Desse modo, a pobreza diz respeito à destituição de meios de subsistência satisfatória e tem como parâmetro estruturador, intrínseco à sua lógica de formação, a privação absoluta (ABRANCHES, 1994, ROCHA, 2003, ESTIVILL, 2006).

Bajoit (2006) esclarece que, “definir o pobre em termos de renda é uma evidência e uma tautologia”. Isso não nos ensina nada sobre as razões pelas quais ele é pobre, nem sobre a maneira pela qual ele poderia sair desta situação. Esse critério não auxilia adequadamente a criação de políticas sociais de enfrentamento a pobreza. O pobre de hoje, em nossa sociedade de informação e de consumo, vive sua pobreza segundo o modo de negação Identitária: ele se sente negado.

A questão central nos países do Sul continua a ser a dificuldade de acesso a um grande número de bens materiais, aos serviços sociais, educativos, sanitário, à proteção social, assim como à participação activa nas decisões que influenciam suas vidas (Estivill, 2008). No Brasil, a pobreza se apresenta de forma heterogênea. Do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para a grande maioria dos trabalhadores com registro em carteira ou não, com contrato ou por conta própria, predomina os baixos rendimentos e a conseqüente privação material daí advinda. Do ponto de vista da exclusão e da subalternidade, a experiência da pobreza constrói referências e define “um lugar no mundo”, onde a ausência de poder de mando e decisão, as privações de bens materiais e do próprio conhecimento dos processos sociais que explicam essa condição ocorrem simultaneamente à prática de resistência e luta (Yazbek, 2003).

Esse fenômeno está relacionado a três fatores: à destituição, a marginalidade e a desproteção. São pobres aquelas pessoas que se encontram destituído dos meios necessários para a sobrevivência; marginalizados dos benefícios advindos do desenvolvimento e das oportunidades de se inserir no mercado de trabalho e nos meios de consumo. Sendo também, desprotegidas por parte do poder público que não garante plenamente os direitos sociais. Para sobreviver, consomem mais horas trabalhando ou em busca de qualquer trabalho, horas que são subtraídas à educação, à busca de melhores opções de trabalho e renda, aos cuidados com a saúde, ao exercício da criatividade, à ação política e ao lazer (ABRANCHES, 1994).

O capitalismo contemporâneo brasileiro não consegue inserir toda a população em seu sistema. Assim, ele cria o “necessitado” e a população sobrando. A pobreza neste contexto é entendida como o descarte da mão-de-obra barata. Isso significa dizer que a

experiência da pobreza é algo mais do que dificuldades objetivas, ou seja, manter a sobrevivência cotidiana. “É também a experiência de uma sociedade que é que os coloca na condição de párias sociais” (Yazbek, 2003). Nesse caso, a miséria é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer modo de desenvolvimento que a faz desaparecer.

Na crise do capitalismo nos anos 1970 e a introdução das políticas neoliberais, surge na Europa o conceito de marginalização. Este termo era utilizado para nomear aquelas pessoas que contestavam os valores e costumes preestabelecidos, buscando formas alternativas de vida nas comunidades e para denominar os jovens em busca de oportunidade no mercado de trabalho. Esse conceito se expandiu na América latina, entretanto, foi utilizado para denominar os habitantes das favelas, resultado do grande êxodo rural. Diferente da Europa, essas pessoas não escolheram tornar-se marginais, uma vez que tal situação foi imposta por uma nova ordem econômica (ESTIVILL, 2006).

No Brasil, o processo de urbanização, impulsionada pelo capitalismo, dinamizou a estrutura produtiva do país, mas, por outro lado, agravou ainda mais os problemas sociais da população brasileira. O espaço urbano foi construído de maneira desordenada, provocando graves desigualdades sócio-espaciais e fortes traços de exclusão social. Junto ao indisciplinado inchaço das cidades veio o aparecimento das favelas, da mendicância e da delinquência. Os benefícios urbanos não se estenderam a toda população. A exclusão aparece como não acesso aos benefícios da urbanização. Este desdobramento foi o resultado de um desenvolvimento ancorado pela modernização conservadora que deixa grande parte da população fora do setor moderno da economia, da sociedade e também do sistema político, ou seja, as lutas pelo mercado, renda, acesso a bens e serviços definidores desses contingentes “ainda não adaptados” à vida urbana (VÉRAS, 2001).

Tais transformações prejudicaram de forma drástica a maioria dos brasileiros, pois ao mesmo tempo em que confronta com os problemas causados pela modernização, também terá que lidar com o problema da inserção da população sem experiência e de pouca oportunidade educacional no mercado de trabalho moderno (SCHWARTZMAN, 2004).

O desenvolvimento capitalista, não foi capaz de reverter à base arcaica e excludente no Brasil. O desenvolvimento econômico aconteceu em descompasso com o desenvolvimento social, a riqueza dividiu o mesmo espaço com a pobreza e a maioria da população passou a conviver com amplos problemas sociais. Suas peculiaridades são

formadas pela herança escravista que perpassou e perpassa até os dias atuais nas mais variadas manifestações, ou seja, o novo surge pela mediação do passado, transformado e recriado em novas formas nos processos sociais do presente, unindo às mudanças advindas do processo de globalização e as variadas formas de pobreza e de exclusão social (IAMAMOTO, 2008, WANDERLEY, 2001).

Nos anos de 1980, segundo Estivill (2006), os que viviam a margem da sociedade foram esquecidos. O conceito de marginalidade deu lugar ao conceito de “nova pobreza”, que está relacionado ao processo de reestruturação produtiva e a crise econômica. Com essas mudanças houve o aparecimento de novas vítimas. As figuras mais representativas do que se viria a chamar a “nova pobreza” são, sem dúvida, os trabalhadores qualificados expulsos do seu trabalho devido às reconversões industriais e a evolução tecnológica, assim como certos dirigentes de pequenas empresas, comerciantes, artesão.

O conceito de “nova pobreza” foi alvo de muitas críticas, porque era uma forma de tentar desviar o olhar da pobreza estrutural, dessa maneira o conceito foi substituído pelo termo exclusão. O conceito de exclusão social é relativamente recente, existe um consenso que o marco de sua origem aconteceu no ano de 1974 com a publicação do livro “Les Exclús” escrito por René Lenoir. Através de sua obra, o autor ampliou a reflexão sobre o assunto. O termo passou a ser entendido como um fenômeno social em que a origem deveria ser apreendida nos princípios de funcionamento da sociedade contemporânea.

O termo “exclusão” ultrapassa a radiografia da pobreza e traz implícita a problemática da desigualdade e a não efetivação da cidadania. Embora as pessoas possuam garantia legal, esta não se traduz em usufruto efetivo de tais direitos. Essa abordagem é em sua essência “multidimensional”, incluindo uma idéia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça e à cidadania. A pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir.

Percebe-se que nos anos de 1990 o termo “excluído” fez referência ao contingente populacional que não conseguiu se inserir no mercado de trabalho. Devido a esse fator, a população empobrecida sofreu inúmeras consequências. Foram impostos limites econômicos que interferiram de forma negativa das condições de vida dessa população. Entre esses limites, encontram-se o desemprego, alimentação insuficiente, moradia precária, a resignação, a fadiga e o desconforto. Nesse sentido, o termo exclusão apresenta-se de maneira difusa, pois refere a uma noção multidimensional, por isso a delimitação do

termo se torna difícil. Isso porque, as transformações ocorridas afetaram diversos aspectos da vida social expandiu para os âmbitos sociais, políticos, econômicos e psicológicos, por isso aparece de maneiras multifacetadas e pluridimensionais (WANDERLEY, 2001).

Verifica-se que a lógica do modelo de produção capitalista vigente causou modificações socioeconômicas e também na esfera individual, na medida em que alterou valores e padrões. Estas modificações fizeram com um sentimento de insegurança invadissem a vida das pessoas. Sentimento este, derivado da exclusão social advinda das transformações ocorridas no mundo do trabalho. Assim, a exclusão social alcançou um caráter subjetivo que vai para além do fator econômico. Muitas vezes, está fora do mercado de trabalho, ultrapassa a falta de renda, está relacionada à ruptura na integração e formação da identidade do ser humano (DUPAS, 2001).

O Brasil apresenta uma preocupante desigualdade de renda, a maioria sobrevive com uma renda ínfima, enquanto a minoria é prestigiada pela maior parte da renda. Apesar de o país estar na ciranda da globalização, configura-se em diferentes causas de pobreza e de exclusão social. E essas formas são visualizadas no horizonte histórico da sociedade e explicadas na maneira como o cenário público tratou a questão social.

Para Santos (2005), a exclusão social é sempre produto de relações de poder desiguais. A globalização contra-hegemônica é animada por um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, o qual implica a redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Neste sentido, a redistribuição baseia-se, simultaneamente, no princípio da igualdade e no princípio do reconhecimento da diferença. A luta é por trocas iguais e iguais relações de autoridade e não de poder.

O enfrentamento da exclusão social remete ao confronto do tipo de desenvolvimento e da política econômica em curso. No entanto, essa política não se trata de um simples ato de governo ou uma receita técnica de grupos no poder. Pelo contrário, resulta do confronto entre opostos, isto é, entre capital e trabalho, Estado e sociedade, e princípios da liberdade e da igualdade (Mance, 2001). Seria tarefa das políticas públicas estabelecerem um conjunto de programas e ações geradoras de possibilidades para que os indivíduos possam exercer suas habilidades e capacidades, mediante maior ampliação de possibilidades geradoras de renda e trabalho (CASTRO, 2011).

2.6 Cidadania e Políticas Públicas

A pobreza pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas, por outro lado, o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos. (Sen,2000)

No Brasil, os direitos sociais como direito de cidadania¹⁸, a exemplo do trabalho, a educação, saúde, entre outros, são problemas sociais jamais resolvidos, como o da profunda desigualdade da distribuição da renda, o do analfabetismo e dos baixos índices de escolaridade e desemprego que atingem grande parte da população, tudo isso com implicações perversas para as condições de exercício da cidadania.

A presença de políticas sociais sem direitos sociais caracteriza-se como uma contradição sempre presente na história da sociedade brasileira. Para Covre (1995), o Brasil vem se defrontando com a constante intervenção estatal na sociedade, formulando políticas sociais cujo objetivo é também o de salvaguardar interesses dos detentores de capital, ainda que, em muitos momentos, sua presença tenha sido indesejada, em nome dos interesses do mercado.

Coube ao movimento sindical de tradição anarquista, a tarefa de tornar público os conflitos entre capital e trabalho, que, até os anos vinte, estavam restritos ao domínio privado das fábricas e das fazendas. Mais tarde, os comunistas deram prosseguimento à luta por um conjunto de direitos trabalhistas. A esta luta somava-se a luta pela socialização da política, aspecto central para a ampliação da esfera pública do Estado (Carvalho, 1993).

Conhecida como o marco da modernização brasileira, a “Revolução de 1930” constitui-se num movimento elitista ligado às oligarquias agrárias e regionais, insatisfeitas com o domínio das oligarquias exportadoras. Aquela revolução, segundo Carvalho, se caracterizou muito mais como uma fratura no interior da classe dominante do que propriamente como um conflito entre o arcaico e o moderno. Ao não deslocar as oligarquias agrárias do poder, a Revolução de 30 selava o seu compromisso com um

¹⁸De acordo com Schurensky (*apud* Ferreira, 1993), nas múltiplas definições de cidadania que tem existido até o presente, pode se observar diferentes maneiras de abordar dinâmicas de inclusão e exclusão, por um lado, e de direitos e responsabilidades, por outro. a tradição liberal, a noção de cidadania tem girado ao redor da contribuição pioneira do britânico T . H. Marshall, que distinguiu entre direitos civis, políticos e sociais. Segundo o autor, a teoria de Marshall é objeto de várias críticas, dentre elas a de que a cidadania não deve ser entendida pura e exclusivamente como *status* (direitos), mas também como a participação ativa e criativa em processos substantivos de deliberação e de tomada de decisões, lembrando a concepção de cidadania grega.

padrão de modernização caracterizado por um lento e gradual processo de mudanças em que o passado não foi completamente substituído; ao contrário, assinala o autor, a sua permanência aparecia como condição para a expansão do capitalismo no Brasil (*Ibidem*).

O enquadramento do movimento sindical, através das práticas de cooptação e da implementação da Legislação Social, foi, segundo Santos, fundamental à recuperação da “paz social” necessária aos interesses da expansão capitalista. Transformados em órgãos de colaboração do governo, os sindicatos perderam a sua autonomia para realizar as críticas necessárias ao padrão de cidadania que excluía da proteção social pública a maioria dos trabalhadores brasileiros (Santos, 1994)¹⁹.

Os anos que se seguiram à Revolução de 30 foram essenciais não só para a criação dos pilares necessários à implantação da política de substituição de importações, mas, sobretudo, para a afirmação de uma cultura política autoritária e elitista, em que as classes subalternas não são reconhecidas como o sujeito da sua própria história. A manutenção da estrutura corporativa do Estado Novo, da “cidadania regulada”, de partidos criados de “cima para baixo” e os obstáculos à autonomia das classes trabalhadoras no campo e na cidade limitaram o projeto de “redemocratização” estruturado no período após 1945. Este projeto foi, antes de tudo, uma reorganização das forças políticas, um novo arranjo entre as frações de classe dominante, uma nova combinação de interesses, na qual as políticas sociais ficam vulneráveis. (Paoli, 1994).

Frigotto (1999) afirma que é no contexto de tendências autoritárias, presentes nos anos trinta e quarenta, que emergem políticas de intervenção estatal como forma de regulação social, algo que, para o autor, era impensável no capitalismo até os anos trinta. Constitui-se, então, o nosso Estado de bem-estar social, continua o autor, através de um enorme esforço de construção de políticas de pleno emprego e de direitos sociais, na perspectiva de uma sociedade capitalista integradora. Mas foi somente após a Segunda Guerra Mundial que o Estado instituiu mecanismos de regulação do mercado.

É a partir da segunda metade dos anos quarenta que vinga a idéia do Estado de bem estar-social, materializando-se pela constituição de uma esfera pública burguesa, com um

¹⁹ Estamos entendendo por “cidadania regulada” uma forma parcial e incompleta de cidadania que privilegia alguns segmentos ocupacionais em detrimento do conjunto das classes subalternas, na medida em que exclui do padrão de proteção social as demais categorias de trabalhadores urbanos (não regulamentadas pelo Estado Novo), os trabalhadores informais, os autônomos, os trabalhadores domésticos e os desempregados e indigentes (Santos, 1994).

fundo público ampliado, mediante o progressivo controle do monopólio por parte dos Estados nacionais e dos setores estratégicos da economia. Ao incorporar o processo e ampliação de direitos sociais – um conjunto de medidas para a reprodução da força de trabalho –, o Estado visava, na opinião de Frigotto, conquistar a adesão e o consentimento de segmentos importantes da classe trabalhadora, minimizando os conflitos de classe e, sobretudo, desarticulando as oposições à ordem vigente.

A rápida industrialização da economia brasileira, após a Segunda Guerra Mundial e intervenção marcante do Estado na economia, através de políticas desenvolvimentistas, não foi suficiente para criar uma situação próxima do pleno emprego e nem experimentar historicamente o modelo de Estado de bem-estar social (Ferreira, 1997).

A Carta Política de 1988 garantiu ao cidadão trabalhador uma série de direitos de cidadania. No entanto, durante os anos noventa, verificou-se um desmonte da estrutura de proteção social no Brasil, contrariando esses ganhos. Esse desmonte da já precária estrutura de proteção social ocorre concomitantemente aos efeitos dos programas de ajuste macroeconômico da receita neoliberal, implicando em programas sociais de emergência. A sociedade brasileira atual é herdeira de um patrimônio elitista²⁰, escravocrata, autoritário e excludente. No quadro atual de desemprego crescente e de privatizações dos direitos sociais ilimitadas, a intervenção do Estado tem sido condição essencial para garantir os direitos sociais contidos na Carta Constitucional de 1988, de modo a construir a segurança social dos cidadãos no Brasil e não o Estado do bem-estar social (JACOBI, 1996).

Segundo Telles (1996), as conquistas sociais, alcançadas pela Constituição de 1988, estão sendo devastadas pela avalanche neoliberal. Para a autora, a destituição dos direitos também significa a erosão das mediações políticas entre mundo do trabalho e as esferas públicas e estas, por isso mesmo, se descaracterizam como esferas de explicitação de conflitos e dissensos, de representação e negociação. É por via dessa destituição e dessa erosão de direitos e das esferas de representação, assinala a autora, que o governo procura construir o consenso de que o mercado é o único e exclusivo princípio estruturador da sociedade e da política, que diante de seus imperativos nada há a fazer a não ser administrar tecnicamente suas exigências.

²⁰Tanto a Emancipação Política (1822) quanto a República (1889) foram movimentos elitistas que se caracterizaram pela ausência do movimento popular. Para o autor, suas sequelas mais importantes foram a privatização do Estado pelos interesses das oligarquias cafeeiras e a manutenção de um Estado, centralizador, autoritário e coercitivo, sobretudo no que se refere à “questão social”, tratada como caso de polícia e não de política. Schurensky (*apud* Ferreira, 1993)

Atualmente, os direitos sociais e a conquista da cidadania têm sido “desmontados”. O “desmonte” diz respeito à demolição de direitos que, se foram incorporados à Constituição de 1988 como um horizonte a ser alcançado, historicamente nunca chegaram a se consolidar como referência de uma “norma civilizada” nas relações sociais.

Luís Fiori (1995) afirma que o discurso liberal ataca e defende um Estado igualmente abstrato, propondo alternativas insustentáveis do ponto de vista histórico. A proposta neoliberal, conforme o autor associa de forma equivocada os desequilíbrios macroeconômicos e as determinações estruturais; atribui ao Estado, de forma abstrata, uma responsabilidade que, na opinião do autor, tem mais a ver com seus limites políticos do que com sua incompetência econômica. Além disso, depois de uma década de aprofundamento dos desequilíbrios, torna-se difícil pensar em qualquer solução que implique o afastamento do Estado das questões econômicas e sociais.

Neste quadro, os cidadãos se tornam reféns dos seus direitos. O próprio direito social se particulariza e se individualiza e, para ser assistido, é necessário reconhecer e manifestar os sinais de incapacidade, uma deficiência em relação ao mundo contemporâneo, comprometendo sua dimensão cidadã. Com o aumento do individualismo de massa, a cobrança individual dos cidadãos é exercício de “anticidadania”. (Castel, 1998).

Ocorre que o Estado é um composto de relações de forças entre classes e frações de classe que concorrem umas com as outras (Poulantzas, 2000). Para o autor, Estado, sociedade e mercado, política e economia não são princípios e lógicas excludentes ou separados, mas dentro de um mesmo modo de produção, apresentam uma correlação histórica, cujo fundamento está nas relações de produção e na divisão social do trabalho. O processo econômico está constitutivamente ligado às relações políticas e ideológicas que consagram e legitimam as relações de produção e as relações econômicas. O Estado atua no campo do equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e as classes dominadas. Neste sentido, ele não se constitui um bloco monolítico, mas um campo estratégico de batalha, onde o conflito não se dá apenas pelo poder do Estado, mas entre os aparelhos do Estado e no interior de cada um deles. Dessa forma, “o estabelecimento da política do Estado deve ser considerado como um resultado concreto das contradições de classe inseridas na própria estrutura do Estado”.

Bauman (1999) assinala que essa “separação do poder social em relação à coletividade” não foi de forma alguma um acontecimento casual, um desses caprichos da história. A tarefa de produzir a ordem requer imensos e contínuos esforços para depurar, transferir e condensar o poder social, o que por sua vez exige recursos consideráveis que somente o Estado, na forma de um aparelho burocrático hierárquico, é capaz de reunir, concentrar e usar. Por necessidade, a soberania legislativa e executiva do Estado moderno apoiou-se no “tripé” da soberania militar, econômica e cultural, em outras palavras, no domínio estatal dos recursos outrora utilizados pelos focos difusos de poder social, mas todos agora necessários para sustentar a instituição e a manutenção da ordem administrada pelo Estado. O processo de individualização, nas sociedades contemporâneas se assenta numa globalização rápida da rede de poder que parece conspirar e colaborar com uma política de vida privatizada, o público e o privado se estimula e se reforçam. Se a globalização esgota a capacidade de as instituições políticas estabelecidas atuarem de forma efetiva, a retirada em massa do "corpo político" para os conceitos estreitos da política de vida impede a cristalização de formas alternativas de ação coletiva em igualdade de condições com a globalidade da rede de dependências.

Segundo Giddens (1999), o Estado de Bem Estar Social ou *Welfare State*²¹, surge da idéia que o Estado tem obrigação de fornecer bens públicos que os mercados não podem suprir ou só podem fazer de maneira fragmentada. O socialismo real defendia uma forte presença do governo na economia e em outros setores da sociedade, uma vez que, numa sociedade democrática, o poder público representa a vontade coletiva. A tomada de decisão coletiva, envolvendo governo, empresariado e sindicatos, substitui, em parte, os mecanismo de mercado. Keynes, o inspirador do consenso *welfare states*, embora não fosse socialista, acreditava que podia salvar o capitalismo de suas irracionalidades, através de uma administração da demanda e de economia mista, ou seja, estatização de algumas de algumas empresas. Marshall previa que sistemas de *welfare* iriam acabar progressivamente, combinado o desenvolvimento econômico com implementação dos direitos sociais. Para Marshall, as virtudes da sociedade civil “tem uma ressonância de encanto antigo” e o *welfare states* é destrutivo para a ordem civil, mas os mercados não o são porque prosperam a partir da iniciativa individual. Neste sentido, a tese do Estado

²¹ Para Giddens, os sistema de *Welfare State*, europeus pode ser dividido em 4 grupos institucionais, mais tem origens, objetivos e estruturas comuns: serviços sociais, saúde, dependentes de renda, previdência social, etc.

mínimo está estreitamente ligada à visão peculiar da sociedade civil como um mecanismo autogerador de solidariedade social.

Esquerda e direita vêem o problema do individualismo com consequências destrutivas para a solidariedade social, mas ambos a atribuem em diferentes causas. Os autores sociais democratas vêem suas origens em forças do mercado e na idéia neoliberal de que os indivíduos devem se defender por si mesmo em vez de depender do Estado. Já para os neoliberais, significa uma decadência moral. Contradizendo essa tese neoliberal baseada na decadência moral, pesquisas mostram que as gerações mais jovens, hoje, estão sensibilizadas para uma gama mais ampla de inquietações morais do que as gerações anteriores. No entanto, eles não relacionam esses valores com a tradição e nem aceitam a legislação como questão de estilo de vida. Alguns desses valores são claramente pós-materialistas, dizendo respeito á questões ecológicas, direitos humanos ou liberdade sexual. Se o individualismo institucional não é sinônimo de interesse pessoal, implica que podemos procurar novos meios para produzir solidariedade social, fora da ação de cima para baixo do Estado ou pelo apelo á tradição. O conflito entre esquerda e direita, mostra em primeiro lugar, que as discordâncias quanto à forma concreta e à adequação de uma ação pública de redistribuição não se devem necessariamente a princípios antagônicos de justiça social, mas, sobretudo a análises antagônicas dos mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade. Com efeito, há certo consenso a respeito de diversos princípios básicos de justiça social. Por exemplo, se a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, como a desigualdade das dotações iniciais transmitidas pela família ou pela sorte, sobre as quais os indivíduos envolvidos não podem ser considerados responsáveis, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, isto é, daquelas que precisaram enfrentar os fatores não controláveis mais adversos.(Giddens, 1999)

Para (Piket, 1997), a posição liberal de direita afirma que só as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhora efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos. Nessa lógica, a ação pública de redistribuição deve não apenas ser moderada, mas se limitar a instrumentos que interfiram o mínimo possível nesse mecanismo virtuoso. De outro lado, a posição tradicional de esquerda, herdada dos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical, afirma que somente as lutas sociais e políticas são capazes de

atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista. Assim, a ação pública de redistribuição deve, ao contrário, permear o âmago do processo de produção, contestando assim a maneira como as forças de mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital, bem como a desigualdade entre os assalariados.

Giddens ressalta que os temas do fim da política e da submersão do Estado pelo mercado global, nos leva a reiterar qual o seu papel nas sociedades contemporâneas. Entre eles, existe o papel de prover meios para a representação dos diversos interesses, oferecer um fórum para a conciliação das reivindicações concorrentes desses interesses. Ter um papel diretamente econômico como um empregador por excelência na intervenção macro e microeconômica, além da provisão de infra-estrutura.

Na proposta de Giddens, o objetivo geral de uma política da terceira via deveria ser ajudar os cidadãos a abrir caminhos através das mais importantes revoluções do nosso tempo: globalização, transformações na vida pessoal, e nosso relacionamento com a natureza, no sentido de buscar um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade. Uma redefinição de direitos e obrigações. Nessa proposta, o governo pode agir em parceria com instituições da sociedade civil para fomentar a renovação e o desenvolvimento da comunidade. Para isto é necessário reconstruir o Estado.

O apelo da democracia vem das forças mais profundas que estão remodelando a sociedade global, inclusive a demanda por autonomia individual e a emergência de uma cidadania mais reflexiva. A governação deve se ajustar às novas circunstâncias da era global. Para recuperar ou conservar sua legitimidade, Estados sem inimigos devem elevar sua eficiência administrativa. É tão errado reduzir o declínio cívico à economia como negar a influência da pobreza e da falta de oportunidade. Não podemos lançar a culpa da erosão da civilidade ao *Welfare state* ou supondo que é possível revertê-la deixando a sociedade civil por sua própria conta.

Estado e sociedade civil deveriam agir em parceria, cada um para facilitar a ação do outro, mas também para controlá-la. O tema da comunidade é fundamental, mas não como slogan abstrato. Comunidade não significa recapturar formas perdidas de solidariedade local, mas diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material. Uma sociedade cada vez mais reflexiva é também marcada por elevados níveis de auto-organização. Um estudo sobre o desenvolvimento de pequenos grupos, nos Estados Unidos, que se reúnem regularmente para desenvolver seus interesses comuns, mostram

que não somos uma sociedade de individualistas, mesmo em meio às tendências de desarticulação das nossas sociedades, somos capazes de nos associarmos em vínculos de apoio mútuo. Neste sentido, são indícios de uma vida cívica rica.

Em uma crítica ao terceiro setor, Violin (2006), afirma que a guerra de posição não será efetivada pelas entidades dóceis "parceiras do Estado"²², dependentes do Estado e do mercado, mas pela sociedade civil realmente organizada, pelos movimentos sociais, pelas organizações não governamentais combativas e representativas, em busca de uma hegemonia, de uma sociedade justa, igualitária e materialmente democrática e não apenas formalmente democrática, como é a sociedade brasileira na atualidade. Uma luta que ignore a correlação de forças e que esteja em autonomia das lutas nas demais esferas da sociedade é claramente funcional ao projeto das classes hegemônicas. Nesse sentido, opera uma despolitização e retira as contradições de classe e flexibiliza ou esvazia os direitos os direitos sociais. O conceito de sociedade civil, onde opera essa relação, acabou sendo absorvido pelo mercado e não pelo Estado, e ainda passou a aspirar a ser um lugar do não conflito, no qual os interesses contraditórios não.

Neste sentido, Bauman (1993), analisa que a emancipação moderna tomou como ideal o homem socializado, guiado por normas racionalmente processadas. que substituiria a dependência das forças rebeldes e incontroladas, não codificadas e, em consequência cegas dos instintos e emoções humanos. Os Estados cada vez mais reconhecem os direitos de categorias menores do que a nação (étnicas, territoriais, religiosas, sexuais,) de especificidade moral e autodeterminação. Preenche-se agora o vazio com pressões mutuamente competitivas, cada uma exigindo o direito de interpretar as normas que derivam do estar situado desses "eus" visto como "direitos humanos", que, de um lado, sai o efeito da abdicação do estado. De certa prerrogativa de seus poderes legislativos e de sua passada ambição de difundida e meticulosa a regulação da vida individual, do Estado que se reconcilia com a permanência da diversidade dentro do seu seio, torna-se, de outro lado, grito de guerra e arma de chantagem nas mãos de indivíduos aspirantes a "líderes da comunidade" que desejam apossar-se dos poderes que o estado deixou cair. De um lado, temos a expressão da individualização da diferença, da nova autonomia moral, de outro, temos as tentativas disfarçadas, ainda que resolutas, de coletivizar de novo a diferença e maquinar uma nova heteronomia. Se estamos unidos, "nós" precisamos nos "colar" uns aos

²²Violin se refere ao "Terceiro Setor" - O termo "terceiro setor" tem sido empregado para denominar as organizações formais sem fins lucrativos e não-governamentais, com interesse público.

outros, cuidar uns dos outros e socorrer-nos mutuamente, ajudar uns aos outros na hora de necessidade, comportar-nos como irmãos se comportam ou devem se comportar, para termos mais oportunidade de sobreviver do que "eles", nossos inimigos ou competidores. Ajudar-se mutuamente pode requerer sacrifício, e fazer sacrifício é assunto de moralidade. Não importa se me benefico de meu sacrifício agora ou no futuro, na vida ou no pós-vida. O que importa é que dei minha contribuição para a continuação daquele grupo por cujo sucesso se mede o bem e o certo. O cálculo de utilidade, nesse caso, foi feito para mim por alguém de autoridade.

A renovação das comunidades locais carentes presume o incentivo aos empreendimentos econômicos, como meio de recuperar uma ação cívica mais ampla. Estudos recentes indicam que com apoio público apropriado a iniciativa local é capaz de reverter processo de declínio fortemente arraigado. As políticas de renovação comunitária não devem ignorar a esfera pública. Uma esfera pública aberta é tão importante em nível local, quanto em nível nacional e essa é uma das maneiras pelas quais a democratização se liga diretamente ao desenvolvimento comunitário. Mas, o Estado não deveria transferir todos os seus poderes à sociedade civil. “Se o Estado está em toda parte, não está em parte alguma”. (Giddens, 1999)

As formas de cidadania emergentes caracterizam-se por uma forte marca de reflexibilidade social. A metamorfose do sistema de desigualdade social em sistema de exclusão ocorre tanto em nível nacional como em nível global. Traduzida por uma situação em que os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais. Assim, o indivíduo torna-se vulnerável a uma injustiça social que condiciona a sua própria cidadania (Giddens, 1992).

Para Polanyi, aquilo que é ineficaz para parar uma linha de desenvolvimento não é por isto mesmo, totalmente ineficaz. O ritmo da mudança muitas vezes não é menos importante do que a direção da própria mudança; mas enquanto essa última frequentemente não depende da nossa vontade, é justamente o ritmo no qual permitimos que a mudança ocorra que pode depender de nós.

Nota-se que as formas de mobilizações coletivas e sua relação com o Estado, não podem ser olhados como dinâmicas estáticas e universais. Não há modelo ou tipo ideal. Compreender as dinâmicas concretas da economia solidária no fluxo destas análises exige

uma atenção para contexto espacial, temporal e político dessas ações. A dimensão política da ação do movimento de economia solidária se intensifica diante da emergência de políticas específicas para o setor. O Estado, em termos de regulação nacional, ainda não responde. No entanto algumas políticas transversais têm ocorrido.

Verifica-se também, a crescente organização da economia solidária enquanto um movimento, ultrapassando a dimensão de iniciativas isoladas e articulações localizadas, orientando-se para a articulação nacional, configurando-se em redes e o estabelecimento de plataformas políticas.

Singer (1998), afirma que os treinamentos profissionais e a disponibilização de financiamentos para aqueles que se propuserem a desenvolver algum negócio por conta própria, são soluções limitadas para o enfrentamento do desemprego. Isto porque, a qualificação não aumenta a demanda por mão-de-obra, pois depende do crescimento do mercado para a circulação dos produtos. Além disso, a qualificação pode levar a concorrência entre os trabalhadores e conseqüentemente a queda dos salários. Outro fato é que a qualificação beneficia o trabalhador individual na luta por um emprego, sendo assim aqueles que não conseguirem obter uma qualificação sairá prejudicado.

As alternativas do Estado em relação à geração de trabalho e renda têm sido relativamente tímidas, na maioria das vezes centradas em programas de qualificação, numa reedição contemporânea do mito meritocrático onde o acesso à educação e ao conhecimento necessariamente implicaria a ocupação de postos de trabalho e alteração de estatus social (SILVA, 2002).

O autor esclarece que a solução para tal fato está na possibilidade de inserir a massa socialmente excluída na divisão social do trabalho, dando a estes oportunidades reais. E coloca ainda que “uma maneira de criar o novo setor de reinserção produtiva é fundar cooperativas de produção e de consumo, associando a massa dos sem-trabalho e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto”. Como isso, para que essas iniciativas tenham uma grande adesão de trabalhadores é importante o apoio de órgãos públicos, sindicatos de trabalhadores, movimentos populares e movimentos sociais (SINGER, 1998).

Uma política pública de economia solidária só será efetiva, segundo Laville (2006) sob a emergência de uma nova regulação que leve em conta a possível complementaridade entre os aspectos redistributivos e de reciprocidade, promovendo um fortalecimento da sociedade civil, o que não significa, contudo, uma substituição do Estado pela sociedade

civil. Antes, seria um retorno do Estado baseado numa mudança de interação entre o Estado e a sociedade. Portanto, não se trata de escolher entre sociedade civil e Estado, mas de encarar uma democratização recíproca da sociedade civil e dos poderes públicos. As Políticas públicas de economia solidária podem ser analisadas dentro de um contexto mais amplo de experiências governamentais de fomento ao associativismo, não só de base econômica.

Para Coraggio, (2007) A economia solidária entendida de forma inadequada torna-se programa de integração social, ou seja, com a finalidade de reduzir a falta de coesão social. Por este lado, poderá funcionar como via de manobra do sistema capitalista, desempenhando o papel de integrar os excluídos na mesma sociedade que os excluiu.

Por voltar-se para um público historicamente excluído ou que progressivamente vem tendo ampliadas sua pobreza e exclusão social, a economia solidária demanda não só ações setoriais específicas, mas também ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas do governo e do Estado (educação, saúde, meio ambiente, trabalho, habitação, desenvolvimento econômico, saúde, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras), para criar um contexto efetivamente propulsor da emancipação e da sustentabilidade (Praxedes, 2009).

As questões abordadas nesse capítulo apontam que a economia solidária, historicamente, apesar de estar dentro de uma sociedade e um Estado, movidos pela lógica capitalista e de mercado, as ações desenvolvidas por ela é uma crítica a este sistema. Nesse sentido, não pode ser entendida apenas como uma alternativa ao desemprego, mas como um modelo alternativo ao sistema.

CAPÍTULO III – UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Utiliza-se como informações para essa análise, o Banco de dados do Sistema de Informações de Economia Solidária - SIES, no Brasil. Esses dados foram produzidos através de mapeamentos. A iniciativa desses mapeamentos teve início em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de ES (SENAES) e do Fórum Brasileiro de ES (FBES). O seu objetivo é constituir uma base nacional de informações que contribua para a visibilidade, fortalecimento e integração dos empreendimentos de economia solidária e oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas e para a elaboração de um marco jurídico.

Participam desse mapeamento, diversas entidades com experiências acumuladas no levantamento de informações e no desenvolvimento de bancos de dados, com base nos acúmulos já existentes nos debates teóricos e práticos sobre a compreensão da economia solidária no Brasil. Não se trata somente de um desafio conceitual, mas também político, pois, se faz necessário reconhecer uma identidade na diversidade que incorporem dimensões comuns dessas iniciativas: a ação empreendedora coletiva (empreendimento), a atividade econômica (econômico), e os vínculos e valores sociais (solidariedade).

A economia solidária é definida no âmbito do SIES como o “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizados e realizados solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária”. Esse conceito geral explicita os valores e princípios fundamentais da Economia Solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e dimensão econômica. O conceito de Empreendimento procurou sintetizar as principais características da economia solidária, afirmando uma nova identidade que não é subsumida nas formas de cooperativas legalmente constituídas, mas que pode se expressar como parte dessas formas organizativas.

Os conceitos de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária (EAF), no âmbito do SIES, são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos econômicos solidários.

As Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES) são definidas como aquelas ações, projetos ou programas que são desenvolvidos ou realizados por órgãos da administração direta e indireta das esferas municipal, estadual ou federal com o objetivo de fortalecimento da economia solidária. É a partir das PPES, que se cria o segmento de Gestores Públicos (GP), dentro do movimento.

As diretrizes e estratégias metodológicas do SIES partem do pressuposto que o Sistema deva ser um instrumento de fortalecimento organizativo da economia solidária. Nesse sentido, a gestão participativa do SIES é composta por vinte e sete Equipes Gestoras Estaduais (EGE), envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio das Delegacias Regionais do Trabalho, as representações dos fóruns estaduais, universidades e outros órgãos governamentais e movimentos sociais que atuam com economia solidária. As EGEs têm atribuições de coordenação política do processo. O primeiro mapeamento foi realizado no período de 2005 e 2007 (CULTI, 2010).

3.1. O conceito de Empreendimentos Econômico Solidário – EES

No conceito de EES, utilizado pelo mapeamento nacional de economia solidária no Brasil -2010/2012, no qual gerou o Banco de Dados utilizados neste trabalho, traz alguns elementos do que seja um EES: organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.) que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário.

Nesse mapeamento, foram identificados 19.708 EES, conforme tabela a baixo, distribuídos entre 2.713 municípios brasileiros, envolvendo 1.423.631 pessoas associadas.

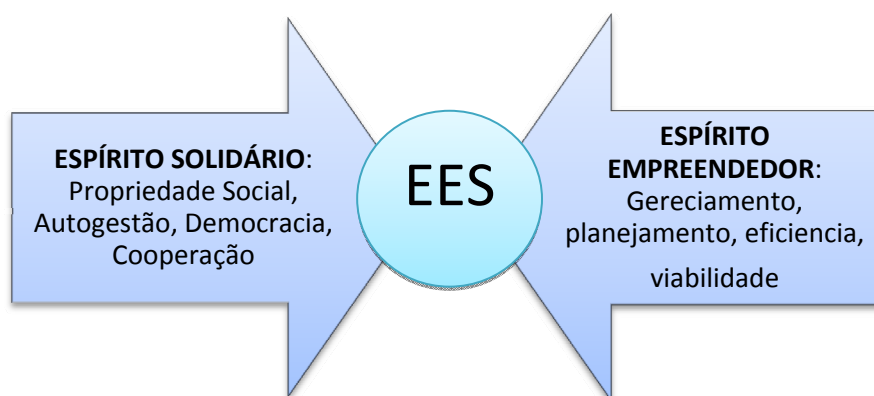
Tabela- 01 – Número de Empreendimentos por região no Brasil

Região	Frequência	Percentual
Norte	3127	15,9%
Nordeste	8040	40,8%
Sudeste	3228	16,4%
Sul	3292	16,7%
Centro Oeste	2021	10,3%
Total	19708	100,0%

Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

O termo “empreendimento” sofreu algumas resistências, inicialmente, dado ao seu emprego, culturalmente, estar associado à empresa capitalista, portanto, carregado de uma ideologia que poderia fazer com que o termo fosse confundido. O significado de termo, na economia solidária, se associa à elementos comunitários, de ação e gestão conjunta, em processos de cooperação, com finalidade econômica, e indissociável da dimensão solidária, podendo ser representada pela figura abaixo

Figura 2 – Empreendedorismo Solidário



A eficiência dos EES é vista como conotação social e significa a busca pela reprodução das melhores condições possíveis, tanto materiais como simbólicas da vida em sociedade e da realização efetiva do potencial das pessoas, entrelaçadas por relações de solidariedade, com equidade, pautada pela qualidade de vida, processos democráticos e tendo por critérios não apenas o retorno financeiro, mas o aumento de participação nos debates e decisões, com conhecimento de causa de todos os envolvidos. Neste contexto passa a compreender a materialização de benefícios sociais e não meramente monetários ou econômicos.

Diferentes e divergentes significados são dados aos EES - como à superação do capitalismo, na medida reproduzem as experiências do socialismo utópico do século XIX. Como também, o contrário, dependentes dos mercados capitalistas tradicionais, não constituindo uma possibilidade efetiva de transformação social. Pode também, representar uma política de controle social da pobreza e um empecilho para uma verdadeira revolução social. Apenas como um resultado histórico do desenvolvimento desigual do capitalismo e de suas repercussões no mercado de trabalho e não necessariamente um projeto ligado a uma estratégia de transformação social.

A nossa análise é que, considerando o contexto histórico das primeiras iniciativas de ES, no Brasil, já havia um projeto social de transformação, mesmo que distintos. A década de 1980 e 90 foi marcada por um entrelaçamento de lutas que envolvia a perspectiva da teologia da libertação e foi através dessa mobilização que surgiram diversos movimentos, inclusive o movimento sindical e o movimento dos trabalhadores sem terra. Como vimos, as primeiras iniciativas estavam vinculadas com essas instituições. Contudo, o motivo imediato era resolver a questão de sobrevivência, mas, nessa ação já estava embutida uma crítica ao sistema capitalista que empobrecia cada vez mais as populações urbanas e rurais. Na medida em que esses grupos foram compartilhando as experiências, em contextos de formação e ou avaliação dessas práticas, em seminários, encontros, fóruns, etc. os significados políticos e sociais, já existentes foi se constituindo o projeto mais amplo que conseguiu até certo ponto juntar as expectativas dos setores envolvidos.

Pelo que se percebe a região Nordeste se apresenta com maior índice (40,8%) de EES, no país. Essa região, até final da década de 1990, também se apresenta com o pior índice de vulnerabilidade social, nas dimensões de infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho, até o final da década de 1990²³. Isto nos permite inferir que a economia solidária é fundamentalmente um fenômeno social, não apenas ligado ao problema do desemprego estrutural, mas ao problema da pobreza e da exclusão social.

3.1.1. A expansão dos EES

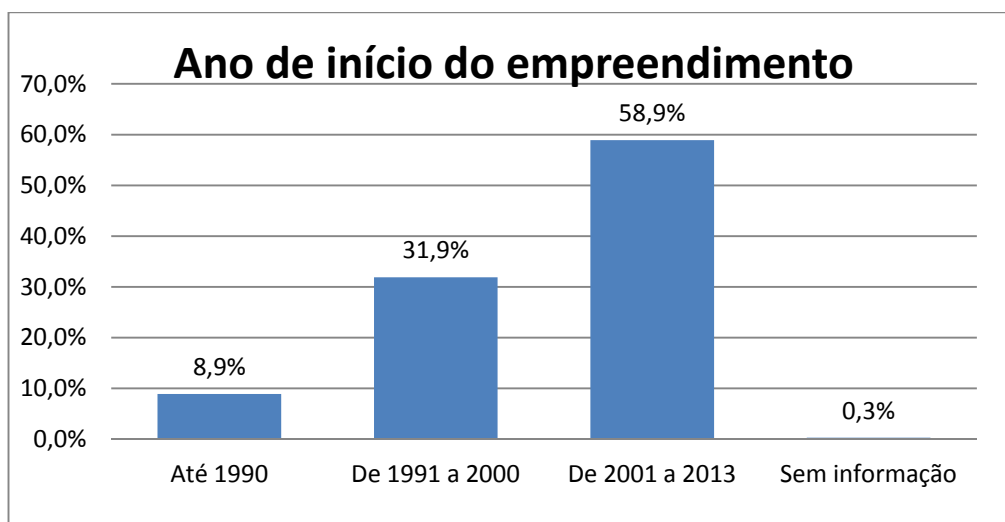
A economia solidária (ES) emerge das experiências concretas de EES, anteriores à sua constituição como movimento nacional. Além do contexto de crise geral do capitalismo, que atinge o Brasil no final da década de 1980, em regiões diversas do país, em contextos diferenciados de lutas, históricas. Como já vimos, as lutas contra a seca, na região nordeste e região norte do Estado de Minas Gerais, em que as políticas governamentais reiteravam velhas práticas clientelistas, favorecendo os grupos políticos dominantes, o PACs/Cáritas. As lutas frente a uma política agrícola nacional em que as estruturas normais de comercialização são voltadas para a produção de larga escala, o caso do MST, e das novas lutas provocadas pelo projeto neoliberal na problemática da abertura do mercado para importações, com adoção do ideário neoliberal que levou a uma onda de

²³Atlas da Vulnerabilidade Social nos municípios brasileiros – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. 2015. p 12 e 50.

falências de empresas nacionais, resultante da concorrência que se instalava com empresas transnacionais, os trabalhadores dessas empresas, em via de desemprego, ANTEAG.

A década de 1990 foi marcada pelo aumento da pobreza e da exclusão no país e foi o período em verificamos a expansão dos EES, conforme tabela 2.

Gráfico 2



Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

3.1.2. Localização dos EES

Constata-se na tabela 3 que, grande parte dos EES, no Brasil, se encontra na área rural, mas ao mesmo tempo percebe-se o contraste nas outras regiões pesquisadas.

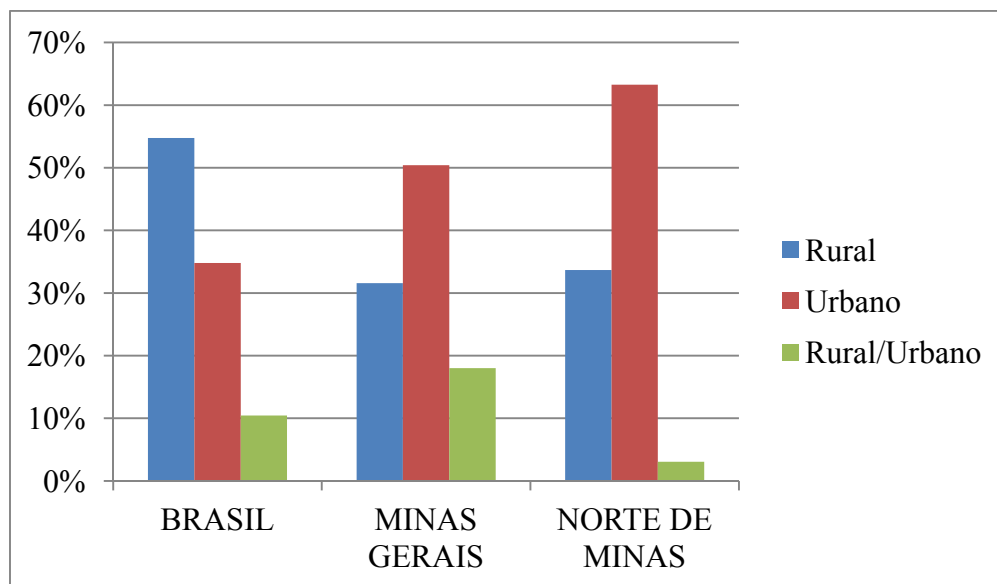
Até 1970, predominava a visão que explicava a pobreza urbana como algo residual ou transitório a ser superado pelo desenvolvimento industrial, entretanto, tende a se cristalizar nos espaços urbanos uma situação onde uma reduzida elite dispõe dos benefícios prometidos por uma sociedade global, mas parcelas crescentes da população, antes denominadas de marginalizadas e que não têm como ser globalizadas, vão sendo implacavelmente excluídas.

A região Norte de Minas, na década de 1960, sofreu intenso processo de modernização, ou seja, o mercado capitalista, que em nome do progresso, introduz o agronegócio e a mineração. No mesmo período, houve grande intervenção do Estado na implementação de projetos: irrigação de produção de frutas para a exportação, projetos agropecuários e

implantação de florestas homogêneas com a monocultura do eucalipto para o abastecimento de pólos siderúrgicos do Estado. Em decorrência, aumenta o trabalho assalariado, em condições precárias, rompe com as bases de subsistências, desarticula o comércio local e a expulsa as famílias de suas terras. Essa mudança tem como consequência um grande êxodo rural.

Entre as atividades econômicas²⁴ praticadas pelos EES pesquisados, predomina a atividade de produção e comercialização, sendo 58%, 69%, 69%, respectivamente.

Gráfico 3 – Área de atuação



Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

3.1.3. Forma de organização dos EES

O Gráfico 3 mostra que entre as formas de organização dos EES, predomina as associações (60%), e as cooperativas representam apenas 8%. Isto reflete o período de

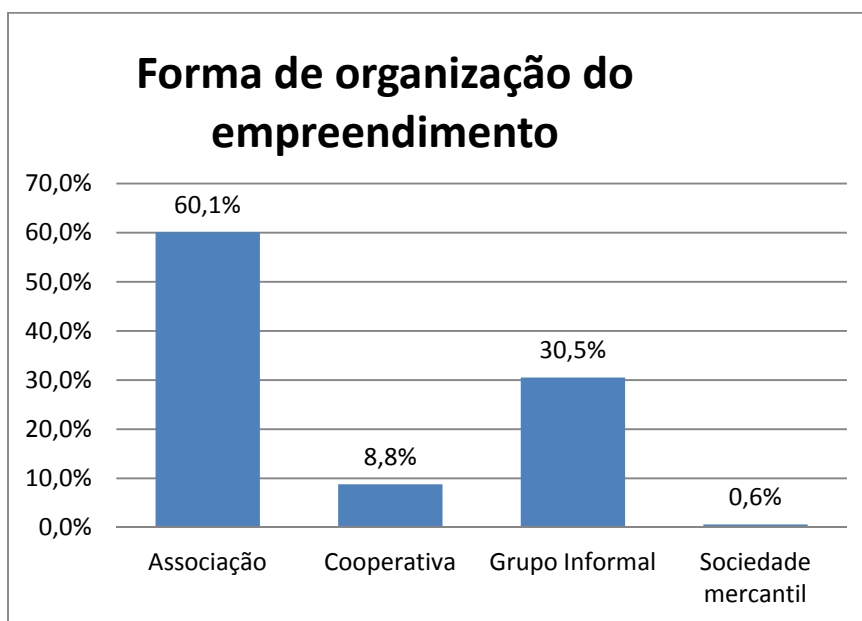
²⁴ Atividades econômicas: a) Comercialização ou organização da comercialização; b) Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios; c) Poupança, crédito ou finanças solidária; d) Prestação do serviço ou trabalho a terceiros; e) Produção ou produção e comercialização; f) Troca de produtos ou serviços

expansão da economia. Foi nesse período que teve uma onda de criação de novas associações e movimentos sociais, no país que desencadeando diferentes mobilizações e reivindicações, como as questões urbanas, de gênero, de sexualidade, ambientais, etc. trazendo traz uma nova face para o associativismo brasileiro, encampando, inclusive a economia solidária.

Por outro lado, apesar do termo cooperativismo ser o mais adequado para as finalidades econômicas dos EES, e daí tornou-se uma referencia até para a sua identificação na sociedade, que, na sua maioria desmonetarizado, optam por formar associações devido ao custo alto de imposto que tem uma cooperativa.

Outra alternativa é se manter-se na informalidade (30%), como apresenta o gráfico, o que traz muitos prejuízos também nas relações de comercialização.

Gráfico 4 – Formas de organização dos EES



Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

3.2. Motivação para criar o EES

Entre os resultados apresentados no gráfico 3, observa-se que de 45% a 70% das pessoas, são motivadas por uma alternativa ao desemprego e ou complementação de renda, sendo que no Norte de Minas o índice é maior representando 70% .

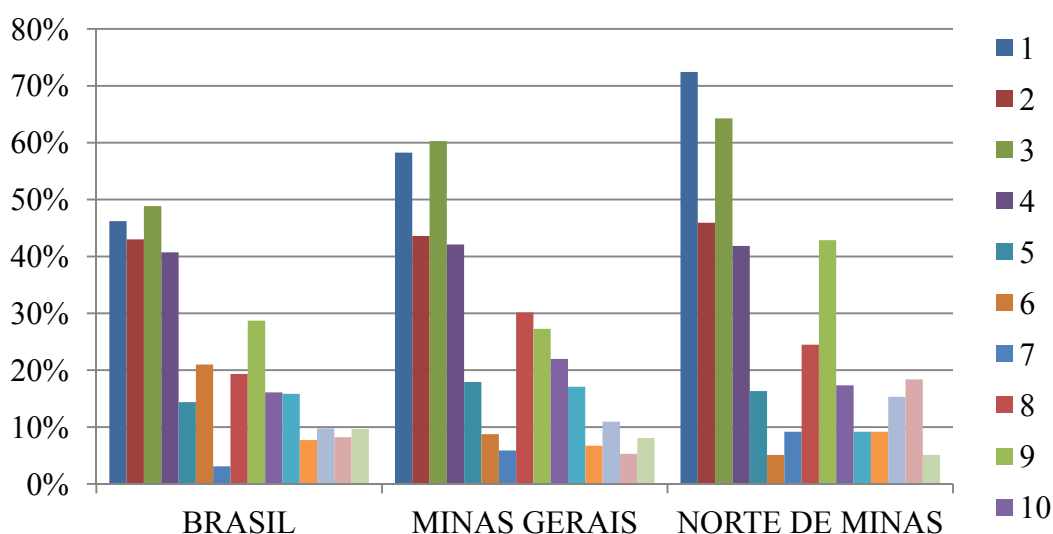
Em segundo lugar, no Brasil e Norte de Minas as pessoas são motivadas por obtenção de maiores ganhos, representado por um percentual de 40% e 45%, respectivamente.

Em terceiro lugar, No Brasil, as pessoas são motivadas por desenvolvimento comunitário (30%), as pessoas, em MG, são motivadas por atividade filantrópica e religiosa (30%) e Norte de Minas, por uma atividade onde todos são donos (50%).

Em quarto lugar, no Brasil (29%)e Minas Gerais (27%), as pessoas são motivadas por condição exigida para financiamento e no Norte de Minas, motivação social (22%)

Em quinto lugar, no Brasil (20%), as pessoas são motivadas por motivos sociais, em Minas Gerais (20%) por alternativa organizativa e no Norte de Minas por motivo de recuperação de empresa privada. (18%)

Gráfico 5 - Motivação



Fonte: SIES/2010-2012. Cálculos feitos pela autora

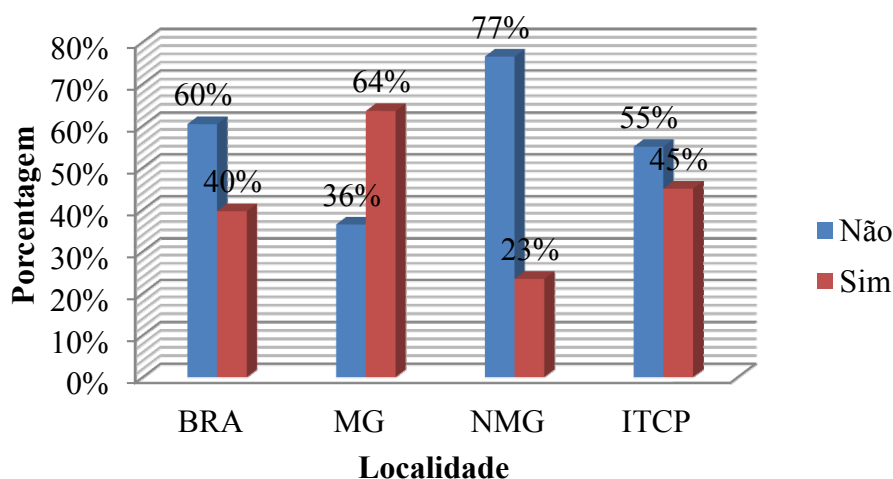
Legenda Motivação:

- 01) Uma alternativa ao desemprego; 02) Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; 03) Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as); 04) Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as); 05) Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica; 06) Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios; 07) Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar; 08) Motivação social, filantrópica ou religiosa; 09) Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; 10) Alternativa organizativa e de qualificação; 11) Incentivo de política pública (governo); 12) Organização econômica de beneficiários de políticas públicas; 13) Fortalecimento de grupo étnico; 14) Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos; 15) Outro.

3.3. Participação em Redes ou Fóruns, movimentos sociais e ações comunitárias.

Os resultados mostram, quando tratado a participação dos EES acompanhados pela ITCP/UNIMONTES, com redes ou fóruns de articulação, temos um número negativo de 55% de EES que não participa de nenhuma rede ou fórum de articulação, porém quando tratamos destes dados com a realidade nacional (60% que não participa) e regional (77%), podemos observar e apontar a importância da incubação universitária no envolvimento dos empreendimentos. Em relação aos números estaduais, 64% dos EES estão envolvidos em redes e fóruns.

Gráfico 6 - Participação em Rede ou Fórum de articulação



No âmbito da participação em movimentos sociais, populares ou sindicais, os incubados pela ITCP têm em sua maioria, 55% dos EES, envolvimento, o que iguala dados estaduais e dentro dos padrões nacionais de 58% dos EES envolvidos com movimentos sociais, populares ou sindicais. Realidade oposta no Norte de Minas, onde 61% dos EES não tem envolvimento com nenhum tipo de movimento. O que também aponta que 72% dos EES não participam ou desenvolvem ações sociais ou comunitária, novamente opostos dos EES acompanhados pela Incubadora, onde 55% estão envolvidos e ações sociais ou comunitárias, dado superior as porcentagens estaduais (51%) e nacionais (46%), onde podemos destacar o envolvimento e a parceria destes empreendimentos com um projeto de extensão universitária

Em relação á participação dos EES em alguma ação comunitária, os dados nacionais mostram que (53%) não participam. Assim como nas Redes de produção, comercialização e consumo os dados mostram onde apenas (17%) participam. No entanto, (69%) tiveram acesso a programas de formação e assessoria dos movimentos de economia solidária.

3.4. A autosustentabilidade dos EES

Quadro 1 - Variáveis exploradas na AFCP

Variável	Descrição
V1	Tipo de atividade desenvolvida pelo EES
V 2	Situação atual do empreendimento
V 3	Número total de sócios
V 4	Número de sócios com coordenação e/ou direção
V 5	Número de tipo de itens produzidos
V 6	Número de tipos de serviço prestados
V 7	Faturamento do empreendimento
V 8	Gasto mensal com insumos
V 9	Gasto com não sócios
V10	Remuneração

Na tabela 2, a componente 1 agrega as variáveis faturamento e gasto com insumos. A componente 2 associa o número total de sócios com o número de sócios com coordenação e ou direção no empreendimento. A componente 3 mostra que a remuneração ou retirada de valores pelos sócios é um fator isolado dos demais, assim como, na componente 4 o número de tipos de itens diferentes produzidos pelo empreendimento apresenta singularidade. Já a componente 5 é aquela em que as variáveis designadas por tipos de serviços prestados e gastos com não sócios estão correlacionadas.

Tabela 2 – Pesos (loadings) da matriz rotacionada dos componentes extraídos na AFCP

Variável	Componente				
	1	2	3	4	5
Tipo de atividade desenvolvida	0,031	-0,213	-0,810	0,199	-0,008
Situação atual do empreendimento	-0,840	0,022	-0,003	-0,014	0,026
Número total de sócios	0,024	0,663	-0,066	0,267	0,124
Número de sócios com coordenação e/ou direção	0,055	0,745	0,070	-0,189	-0,091
Número de tipo de itens produzidos	-0,002	0,010	-0,010	0,831	-0,043
Número de tipos de serviço prestados	0,010	-0,116	-0,084	-0,185	0,856
Logaritmo Natural do faturamento	0,678	0,066	0,043	0,002	0,055
Logaritmo Natural do gasto mensal com insumos	0,923	0,026	0,017	0,000	-0,014
Logaritmo Natural do gasto com não sócios	0,019	0,246	0,158	0,323	0,525
Logaritmo Natural da remuneração/retirada	0,121	-0,286	0,696	0,304	0,006

Fonte: Sistema de Informações de Empreendimentos Solidários – SIES. Cálculos feitos pela autora

As duas primeiras variáveis (Tipo de atividade desenvolvida e Situação atual do empreendimento) não apresentam pesos (loadings) significativos na extração dos fatores. Por esse motivo, a seção seguinte propõe uma nova técnica estatística, conhecida como Análise de Variância (ANOVA), que utilizará tais variáveis como fatores para a descrição de diferenças significativas no faturamento dos empreendimentos.

Tabela 3 – Extração dos fatores por meio do método Varimax

Componente	Autovalores iniciais antes da rotação			Extração dos factores após rotação		
	Total	% da variância	% acumulada	Total	% da variância	% acumulada
1	2,062	20,624	20,624	2,037	20,369	20,369
2	1,236	12,363	32,987	1,201	12,014	32,383
3	1,177	11,772	44,759	1,184	11,839	44,222
4	1,045	10,449	55,208	1,069	10,690	54,911
5	1,008	10,078	65,286	1,037	10,375	65,286
6	0,935	9,346	74,632			
7	0,846	8,462	83,094			
8	0,737	7,366	90,460			
9	0,722	7,218	97,678			
10	0,232	2,322	100,000			

Fonte: Sistema de Informações de Empreendimentos Solidários – SIES. Cálculos feitos pela autora

Nota: N = 19.454 casos válidos

A tabela 4 apresenta os faturamentos mensais médios em cada categoria da variável independente, bem como a quantidade de empreendimentos (N) e o erro padrão da média.

Nota-se que, em média, o faturamento dos empreendimentos cuja atividade se relaciona à agricultura é superior à indústria ($p = 0,045$). De igual modo, o faturamento médio auferido pelos empreendimentos com atividades inerentes ao comércio são superiores aos da indústria ($p = 0,000$) e também às atividades de serviço ($p = 0,000$).

Portanto, os dados sinalizam no sentido de que os empreendimentos de economia solidária no Brasil tendem a ser mais rentosos quando desenvolvem suas atividades voltadas para a agricultura e comércio.

Tabela 4 – Faturamento mensal de acordo o tipo de atividade

Tipo de atividade	N	Média	Erro Padrão
Agricultura	5321	17.373,89	2.372,01
Administração	547	10.066,58	260,37
Educação	367	10.382,73	315,21
Comércio	3403	23.020,93	2.750,36
Indústria	6043	11.153,44	518,57
Serviços	3902	10.672,60	175,17

Fonte: Sistema de Informações de Empreendimentos Solidários – SIES. Cálculos feitos pela autora

O quadro 2 (saída original do SPSS) mostra, como era de se esperar, que os empreendimentos em funcionamento apresentam, em média, faturamento estatisticamente significativo quando comparado com aqueles em implantação ($p = 0,013$). No entanto, a diferença observada entre essa categoria e aquela em que o empreendimento se encontra em reestruturação não apresentou significância.

Quadro 2 – Comparação múltipla de médias entre faturamento e situação do empreendimento – teste de Tukey (saída original do SPSS)

(I) Situação atual do empreendimento	(J) Situação atual do empreendimento	Mean Difference (I-J)	Sig. (Valor de p)
Em funcionamento	Em implantação	11715,68302*	0,013
	Em reestruturação	4618,36993	0,385
Em implantação	Em funcionamento	-11715,68302*	0,013
	Em reestruturação	-7097,31309	0,372
Em reestruturação	Em funcionamento	-4618,36993	0,385
	Em implantação	7097,31309	0,372

3.5. O sentido social e político da economia solidária no Brasil – Uma análise

Diante das hipóteses de que a economia solidária representa o resgate dos laços rompidos entre o social e o econômico nas sociedades modernas; Se articula entre o econômico, o social e político, como requisitos de transformação social e humanização do trabalho e orienta-se pela participação não apenas nas práticas produtivas, mas também na participação sociopolítica. Pode-se aferir que os resultados demonstrados pela baixa participação sociopolítica dos sujeitos da economia solidária nas suas motivações, predominantemente voltadas para benefícios materiais, nos remetem, primeiramente, à idéia de estoque de capital social (Putnan, 2000), quando afirma que a cooperação voluntária é mais fácil numa sociedade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica.

Neste sentido, por mais que o imaginário da sociedade brasileira seja constituído por cordialidade ou por tipos de solidariedade mecânica, a produção social não é atributo apenas de uma cultura. (Godbout, 1992). O mercado não é constituído de laços sociais, pelo contrário, é um sistema que isola o fato de dar e do fato de receber e depois os coloca numa relação de tensão, à procura de uma equivalência. A própria expressão “confiança”, significa que ter confiança é conceder a sua confiança a alguém, dá-la, portanto, e não tê-la. Na modernidade, quaisquer manifestações grupais, são precedidas de cálculos racionalmente elaborados com intuito de vislumbrar os possíveis ganhos e benefícios que o ato pode proporcionar. É um imenso desafio trocar o valor de uso e de troca pelo valor do laço que escapa ao cálculo, mesmo que ele exista (Olson, 1999). É nesse contexto que constitui o desafio das redes como superação da racionalidade econômica e social dominantes.

Em sua dimensão comunitária, a economia solidária supõe romper formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pelo mercado capitalista, baseadas no individualismo. Foram expostos, no primeiro capítulo deste trabalho, que as primeiras iniciativas de economia solidária se deram em um contexto comunitário onde agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, etc., através dos vínculos comunitários desenvolveram alternativas de sobrevivência. Também, no item sobre autogestão, afirma-se que um dos seus pressupostos é sua extensão nas comunidades (aldeias, bairros, cidades, etc.), que vão para além do econômico.

Percebe-se, que 53,9% dos EES não desenvolvem ou participam de alguma atividade comunitária. A idéia de uma comunidade imaginária e uma comunidade real pode ser verdadeira?. A comunidade imaginária é o lugar do aconchego, onde as pessoas cuidam umas das outras, lugar da segurança e da liberdade. A comunidade real seria o contrário disso o (Bauman, 2008). Se levarmos em conta que no Brasil, mais de 50% dos EES são rurais, não seria esse lugar a comunidade imaginária? Não seria parte dos 46% que desenvolve essa atividade?

Uma das questões sobre o problema é que o EES em si já conota um processo de reconstrução do espírito comunitário, pois os mesmos são mobilizados no interior das comunidades. Portanto podem ser esse instrumento de resgate da comunidade imaginária. Por outro lado, Marx (...) se refere às barreiras físicas e sociais das longas jornadas de trabalho, no capitalismo, que “além do limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em limites morais e que o trabalhador precisa de tempo para satisfazer a necessidades espirituais e sociais, cuja extensão e número são determinados pelo nível geral de cultura”. Por essa via, poderíamos supor que a ênfase na atividade econômica, por excesso de necessidades materiais ou de resposta às demandas, impede aspectos de ordem pessoal e de interação com a comunidade para além da atividade econômica. Mas, não podemos parar no percentual negativo, pois 46% dos EES se envolvem com outras atividades da comunidade e isto pode ser considerado um grande diferencial da economia solidária, mesmo considerando que pode ter pessoas que nos EES, oriundas dessas práticas. Nesse sentido, a economia solidária, pode ser apenas uma das variáveis da vida comunitária, como Mauss nos apresenta na economia da dádiva onde o dar, receber e retribuir vai para além de coisas úteis economicamente, envolvendo, antes de tudo, aconchego e luta pela qualidade de vida, saúde, educação, transporte, saneamento, segurança alimentar, etc. exprimindo não só o econômico, mas também as relações sociais e políticas.

Os espaços dos Fóruns e dos Conselhos de economia solidária, como a dimensão da cidadania no movimento de ES, como foi visto no capítulo 2, são considerados locais privilegiados de construção da cidadania. Nesses espaços são estabelecidos debates e diálogos entre as instituições e organizações da sociedade civil e do Estado, de onde há possibilidade de construção de compromissos mútuos, e proposições de políticas públicas e

regulações que garantam a continuidade das políticas nas trocas de governos. Ocorre que os estudos mostraram que apenas em Minas Gerais o sim é maior que o não.

Verifica-se que 57% dos EES participam de movimentos sociais e ou sindicais. No entanto, apenas 39,6% participam de Fóruns ou Redes de articulação. Parece uma contradição em se tratando de desempregados, como principal composição da economia solidária. Ocorre que os dados utilizados não separam sindicatos e movimentos sociais, daí fica a dúvida. Nossa análise sobre a questão é que um dos fatores para esse resultado pode ser o distanciamento da sociedade civil de debates políticos mais amplos que pode ter influencia do caráter dos novos movimentos sociais com enfoque mais cultural, embora os dados não mostrem os tipos de movimentos que as pessoas dos EES, participam. Por outro lado, levando em consideração que a grande maioria dessas pessoas sempre esteve excluída dos processos de tomadas de decisões políticas, não se dispõe a estar face a face, nos espaços, com aqueles que sempre os subordinaram e junto a isto, o critério de representatividade, nesses espaços, pode influir sobre o resultado.

Entre as opções de motivações para a criação do EES, no material que produziu o banco de dados, trata da questão de ser proprietário dos meios de produção e controle como retomada do controle sobre o trabalho. Essa dimensão é atribuída pela ES como necessidade de recuperação e ou aquisição por parte dos (as) trabalhadores (as) dos EES, da sua capacidade de tomar decisões, do desenvolvimento da autonomia e da superação, com a autogestão e cooperação, em oposição as desigualdades de recursos e de poder, e separação entre capital e trabalho. Este processo significaria uma progressiva retomada de poder do homem por ele mesmo, superando a dependência e a insegurança, se tornando novamente capaz de empreender, de criar, de trabalhar de maneira autônoma e de controlar as condições de sua própria existência. Essa seria afirmação da possibilidade de emancipação do trabalho e do ser humano.

No entanto, verifica-se, que a motivação de estar no EES pelo significado de controle e propriedade, ainda não tem relevância para mais da metade dos (as) trabalhadores (as) dos EES. Nos dados analisados, aparece em terceiro lugar e apenas na região do norte de Minas. A nossa análise sobre esse resultado, relaciona á história de subordinação que sempre predominou no Brasil, desde á origem de sua formação. Como disse Vianna (*apud* Jacobi, 1996), “a sociedade brasileira atual, é herdeira de um patrimônio elitista, escravocrata, autoritário e excludente”. Essa herança reflete na cultura

do trabalho, no modo de ser e viver das pessoas. As pessoas foram educadas na e para a subordinação e em muitos casos nunca tiveram a experiência de serem proprietários dos meios que garantissem a sua própria sobrevivência. Podemos também considerar que expressão “ser dono” pode estar carregada de um sentido dado, usualmente, ao egoísmo como concepção moral e religiosa. Neste caso, a resposta poderá ter sido carregada de uma atitude defensiva, somando o caráter subjetivo da exclusão social que agrava mais ainda a autoestima e a segurança das pessoas. Por outro lado, a emancipação não depende apenas de atributos individuais adquiridos nesses processos de controle dos meios de sobrevivência, mas de uma transformação da sociedade em todos os seus aspectos, ou seja, das condições objetivas externas ao EES.

Emprego e renda, complementação de renda e obtenção de maiores ganhos, apresentadas nos resultados, de forma unânime, como as principais motivações das pessoas na criação do EES, estariam confirmando as teorias da ruptura entre o econômico e o social, deliberado pelo sistema de mercado e na ideologia que as pessoas são movidas por interesses materiais e individuais? Ou é a oposição entre reino das necessidades e o reino das liberdades? Certamente essas coisas se misturam na complexa dinâmica da produção e da reprodução da vida. Não podemos legitimar essa idéia de que as pessoas são inteiramente egoístas, individualistas, interesseiras, como algo natural, mas entender esse processo como uma construção social. Não nos é possível compreender tudo isto sem buscarmos recursos na própria ciência. Weber (1999) admitiu que os camponeses da antiga Europa, ao resistirem aos processos de modernização capitalista, que ele chama de velha ordem e de nova ordem, o fizeram por outros motivos, que não do interesse racional. Mesmo a crítica da razão utilitária (Caillé) ao tentar decifrar o enigma da dádiva, reconhece que mesmo por trás do de interesse há um interesse escondido (ou fingido).

O termo “Economia Solidária” traz consigo esse esforço de mostrar que a vida em sociedade deveria ser uma via de mão dupla, ou seja, que as relações sejam construídas entre iguais e não entre desiguais. Ela é um modo de contestação dessa desigualdade e não de legitimação da divisão entre uma economia dos ricos e uma economia dos pobres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao naturalizar a vocação humana de barganha, o liberalismo clássico difunde que o que motiva a produção e a troca de bens é o interesse material, com base no egoísmo, desconsiderando a possibilidade de outras formas econômicas, com base na solidariedade, e que implica outros tipos de reciprocidades. Nesse processo, o trabalho se torna mercadoria e subordinado aos interesses da produção de riquezas, sem limites, para o capital. Negar o excedente significa ser “arcaico”, isto significa que a produção de bens, não mais se articula com componentes sociais, culturais, afetivos. Ao separar o econômico do social, tudo vira mercadoria em um o mercado autoregulado, que define as regras não só econômicas: o que produzir? Como produzir? Para quem produzir? Mas, também o Direito legal, a cultura, o político.

Nessa concepção e no contexto das sucessivas crises do capitalismo concorrencial, conforme as conveniências, o trabalhador é excluído das estruturas produtivas desse sistema. Cabendo ao proletariado, aos empobrecidos e excluídos, criar iniciativas como alternativa de sobrevivência, organizados em cooperativas, associações, sindicatos, movimentos sociais, etc. .

Observou-se que o Brasil, desde o seu período colonial, séc. XVI, já se caracterizava por uma base de trabalhadores de frágil e escassa autonomia societária, devido ao trabalho servil e escravo. Apenas nas últimas décadas do século XIX, o trabalho adquire suas características capitalistas, formado por escravos recém libertos, pelos trabalhadores livres nacionais da economia de subsistência e os imigrantes europeus. A estrutura produtiva nunca foi suficiente para criar uma situação próxima de pleno emprego com forte segmentação da mão-de-obra e em atividades de baixa produtividade, muitas vezes ao nível da subsistência e com um sistema de proteção muito frágil.

Considerando que a economia solidária, no seu formato no Brasil, sendo uma realidade recente, não poderia dar conta de mudar uma realidade de séculos de uma racionalidade construída com bases na dominação, subordinação, fetiche da mercadoria e dos comportamentos á eles ligados. No entanto, ao descrever (perceber) o nível de participação social e política e das motivações que levam as pessoas a criarem empreendimentos econômicos solidários, descobrimos que entre os “sim” e os “não”, por

se tratar de uma pesquisa objetiva, os “sim”, mesmo sendo percentuais menores, em termos de participação sociopolítica, já trazem novos significados para a economia, pois essa realidade é extraída de dentro de práticas econômicas.

Percebe-se, que a existência real de uma economia solidária supõe uma desconstrução, nas subjetividades, dessa racionalidade. Considerando a adesão de um número significativo de pessoas e de grupos envolvidos em atividades econômicas não capitalistas, em que todos são proprietários, sem hierarquia sem relações assalariadas, já é uma possibilidade dessa desconstrução. Entretanto não é algo imediato.

Os EES de economia solidária estão mais concentrados nas atividades de agricultura, inclusive apresentado melhor rendimento quanto ao faturamento. As atividades menos rentosas estão nas atividades de produção industrial. Isto nos leva a considerar que a economia solidária vem conseguindo diminuir a exclusão e a pobreza das comunidades rurais que historicamente foram descartadas do modelo de desenvolvimento da revolução industrial, por outro lado os EES urbanos não conseguem competir com as grandes indústrias não em termos quantitativos, mas da qualidade dos produtos.

No geral, percebe-se que a economia solidária ainda não tem capacidade suficiente para desconstruir na mentalidade e nas estruturas sociais e políticas, do país, da lógica capitalista dominante. No entanto, já representam uma grande possibilidade. Um “Novo” em nossa história. Mas, as experiências em curso necessitam de medidas jurídicas e de implantação de novas políticas sociais alcançadas pela mobilização do próprio movimento.

A racionalidade social e econômica da modernidade, centrada no individualismo e utilitarismo, cujos processos sociais e econômicos definem a ordem de prioridade entre o ser humano e a acumulação de riquezas, podem ser desconstruídos por uma nova economia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDALLA, Maurício (2002). O princípio da Cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Editora Paulus, 2002.
- ABRANCHES, Sergio Henrique (1994) Política Social e Combate à Pobreza: a teoria da prática. In: Política Social e Combate à Pobreza. 3º Edição – Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, p. 9-30.
- ANTUNES, Ricardo (2005) O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (1997) Adeus ao trabalho? : Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. - 4. Ed Cortez/Unicamp, São Paulo
- ANTUNES, Ricardo (2000) Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Boitempo Editorial, São Paulo.
- ARANHA, Antônia V. S.(2000). Trabalho, subjetividade, educação. In: Revista Outras Falas. Revista de Formação da Escola Sindical 7 de Outubro/ CUT. Belo Horizonte. n.3. p.55-63.
- ARENDT Hannah (2007). A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARENDT, Hannah (1991) O Labor do Nosso Corpo e o Trabalho de Nossas Mãos. In: A condição Humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BAJOIT, Guy (2006). Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: Balsa, Casimiro (org.) et al. Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ed. Unijuí, coleção método e teorias, p.91-133.
- BAUD, Céline (2008) L'économie solidaire au Brésil: de l'émergence à la reconnaissance d'un mouvement. Revue du Mauss Permanente, mars.
- BAUMAM, Z. (1999). Globalização: As consequências humanas. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor
- BAUMAM, Z (1997). Ética pós-moderna. Tradução João Rezende Costa. - São Paulo: Paulus.

BAUMAN, Z. (2008). *A Sociedade Individualizada, vidas contadas e histórias vividas*. tradução José Gradei. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

BAUMAN, Z. (2008). *Vida para o consumo. A transformação das pessoas em Mercadorias*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar

BENDASSOLLI, P., & GUEDES, S. (2014). Significados, sentidos e função psicológica do trabalho: Discutindo essa tríade conceitual e seus desafios metodológicos. *Avances em Psicologia Latino americana*, vol. 32(1), pp. 131-147. doi: [dx.doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09](https://doi.org/10.12804/apl32.1.2014.09)

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. 1978 “A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento”, trad. Floriano Fernandes, Rio de Janeiro, editora Vozes, 4ª edição, 247 pp. (1ª edição em Inglês, New York, 1966).

BERTUCCI, Jonas de Oliveira (2010). *A produção de sentido e a construção social da economia solidária*. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília.

BOLTANSK, Luc, CHIAPELLO, Éve (2009). *O novo espírito do capitalismo*. Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins fontes.

CAILLÉ, Alain(1990). O princípio da razão, o utilitarismo e o Antiutilitarismo. Comunicação apresentada em 24 de novembro de 1990, durante o Colóquio Benthian, em Genebra. P. 33-35.

CAILLÉ, Alain (2003) *Economia Solidária – com ou sem Mercado?* in : MEDEIROS, Alzira et MARTINS P. Henrique. *Economia Popular e Solidária. Desafios teóricos e práticos*. Recife, Edições Bagaço.

CÁRITAS BRASILEIRA (2003) *20 Anos de Economia Popular Solidária: trajetória da Cáritas brasileira, do PACs á EPS*. Copyright c 2003 by Cáritas Brasileira. www.caritasbrasileira.org.

CASTELL, Manuel. (1998). *A Sociedade em rede (a era da informação: economia, sociedade e cultura)*; v.1, São Paulo: Paz e Terra.

- CASTEL, Robert (2008) As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis – RJ: Editora Vozes. P. 235-246-247
- CLASTRES, Pierre (2004). A sociedade contra o Estado (artigo). Disponível em: www.sabotagem.revolt.org
- COELHO, Franklin Dias, 2003. Finanças solidárias. In: A Outra Economia. Antônio David Cattani (org.) Porto Alegre: Veraz Editores.
- CORAGGIO, Luiz (2012). Qué es lo económico y que es otra política? In: Lianza, Sidney e Henriques, Chedid (orgs). A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão UFRJ.
- CORAGGIO, J. Luiz (2003). Economía del trabajo. In: CATTANI, Antonio David (org.). La otra economía. Porto Alegre: Veraz Editores/Unitrabalho, p.88-95.
- CORAGGIO, J. Luís (2007). Sustentabilidade e luta contra-hegemonia no campo da economia solidária. Kraychete, Gabriel (org.) In: Economia dos Setores Populares: sustentabilidade e estratégias de formação. São Leopoldo: Oikos.
- COVRE, Lourdes (1995). O que é cidadania? São Paulo: Brasiliense.
- CRUZ, Antonio (2002). As condições históricas da emergência da “economia solidária” no Brasil: as tendências estruturais do mercado de trabalho. Campinas: arquivo eletrônico, 2002. 21 pp. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/nesic>>.
- CULTI, Inezilda (2010). Economia solidária no Brasil – Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários – São Paulo: Todos os Bichos.
- DAGNINO, Evelina (2004) Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In Mato, Daniel (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES-Universidad Central de Venezuela,.
- DEDECA (1997). Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP.
- DELGADO (2001). Introdução ao direito do trabalho. 3 ed. São Paulo: LTr.
- DE MASI, Domênico (2001). O futuro do trabalho: Fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio.

DUPAS, Gilberto (1999) As várias dimensões da exclusão social e da pobreza. In: Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo. São Paulo: Paz e Terra.

DURKHEIM, Emile (1999). Da divisão do trabalho social. Tradução Eduardo Brandão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes (coleção tópicos)

EID, Farid (2004). Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In. Educação e Socioeconomia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades. 1ed. Cáceres: UNEMAT Editora.

ESTIVILL, Jordi (2009). Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la economía solidaria. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84. CES-CoimbraPortugal

ESTIVILL, Jordi (2008). Organizações que lutam contra a pobreza: critérios de identificação e intervenção. Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa,

FERNANDES. Florestan(1949).A Economia Tupinambá: Ensaio de interpretação sociológica do sistema econômico de uma sociedade tribal. leituras& legados. São Paulo: Global

FRANÇA FILHO (2007). Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. CIVITAS- Revista de Ciências Sociais. V. 7, N. 1.jan.-jun.

FRANÇA FILHO, G. (2012) A política pública da economia solidária no Brasil. In: Lianza, Sidney e Henriques, Chedid (orgs). A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró-Reitoria de Extensão UFRJ.

FRIGOTTO (1999) Educação e crise do capitalismo real. 3 ed. São Paulo: Cortez.

FRITSCH, Winston (1996) Adam Smith.A riqueza das nações investigação sobre Sua natureza e suas causas. São Paulo - SP Editora Nova Cultural Ltda.

GAIGER, L I. (2000) Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: Kraychete, G. (Org.). Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSAL.

GAIGER, L, I. (2009) Eficiência sistêmica. In: In: CATTANI, A.D.(org.). Dicionário internacional da outra economia, p.169-175.

- GAIGER, L. I. (2003). A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Revista de Ciências Sociais - CRH/ UFBA*. Vol. 16 – N. 3
- GARFINKEL, H. 1967. *Studies in ethnomethodology*. New Jersey: Prentice Hall.
- GENTILI, Pablo (1998). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GIDDENS, Antony. (1999) *A terceira Via. Reflexões sobre o impasse atual e o futuro da social democracia*. Rio de Janeiro: Record.
- GODELIER, Maurice (1996) *L'Énigme du Don*. Librairie Arthème Fayard. Lisboa, Portugal: Edições 70 Lda.
- GODBOUT, Jacques (1992) *L'Esprit du Don*. Éditions La Découverte, Paris.
- GORZ, André (1989). *Critique de La Division du Travail*. Éditions du Seuil, Paris
- GORZ, André (1987). *Adeus ao Proletariado: Para Além do Socialismo* (Tradução de Ângela R. Vianna e Sérgio G. de Paula) Rio de Janeiro. Forense.
- HINKELAMMERT, Franz J. (2013) *A crítica da razão utópica*. Tradução de Silvio Salej Higgins. – ed. ampl. e rev. Chapecó : Argos, 2013.
- HINKELAMMERT, Franz J. e JIMÉNEZ, Henry M. (2009) *Economía, sociedad y vida humana: Preludio a una segunda crítica de la economía política*. Buenos Aires: Altamira
- HIRATA, Helena (1998) *Reorganização da produção e transformações do trabalho: uma perspectiva Norte/Sul*. In Neto, Moreira de Carvalho e Carvalho, Ricardo Augusto Alves (orgs). *Sindicalismo e negociação Coletiva nos anos 90*. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1
- HOBBSBAWM (1995) *A Era dos Extremos. O Breve Século XX. 1914 –1991*. São Paulo, Companhia das Letras
- JACOBI, Pedro R. (1982) *Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia*. *Revista Espaço e Debates*, n. 7 São Paulo: NERU.
- JACOBI, Pedro (2003) *Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil*. *Soc. estado*. vol.18 n.1-2 Brasília Jan./Dec.
- LANGER, André (2005) *Nova cultura do trabalho*. Coleção cadernos da Pastoral Operária do Brasil.. São Paulo. Colegiado Nacional da Pastoral Operária.

LANGER, André (2004) Pelo êxodo da sociedade salarial: A evolução do Conceito de Trabalho em André Gorz. Cadernos IHU, Ano 2, Nº 5.

LARANJEIRA, Sônia M. G. (1990) Classes e Movimentos Sociais na América Latina: questões para debate. São Paulo: Hucitec.

LAVILLE, Jean L. (2004) Com Mauss e Polanyi, rumo a uma teoria da economia plural. In: MARTINS, Paulo Henrique, NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). A nova ordem social: Perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15.

LAVILLE, Jean. L. (2009) A economia solidária: Um movimento internacional. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 84. CES – Coimbra – Portugal.

LAVILLE, Jean L. e GAIGER, L. I (2009) Economia Solidária. In. Dicionário Internacional da Outra Economia. Pedro Hespanha (Coord.), et al. Coimbra: Edições Almedina. P. 162-167

LAVILLE, Jean L. GAIGER, L; HESPANHA, P. (orgs.) (2004) A outra economia. Coimbra: Almedina, p.135-143.

LECHAT E BARCELOS (2008) Autogestão: Desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. Revista Katálisis - UFSC, vol. 11, n. 1.

LECHAT, Noëlle (2006). A economia Solidária no Brasil Formação de um Novo Protagonista Sociopolítico, o Trabalhador Associado. In: Balsa, Casimiro (org.) et al. Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional. Ed. Unijuí, coleção método e teorias, 2006.

LISBOA, Armando (2005) Economia Solidária e Autogestão: Imprecisões e Limites. Revista de Administração de Empresas, vol. 45, n. 3, jul.-set.

MANCIE, Euclides (1999) A Revolução das Redes: A colaboração solidária como uma alternativa à globalização atual. Vozes, Petrópolis/ RJ.

MARX, Karl (1996) Crítica da Economia Política. São Paulo: Editora Nova Cultural

Brasil. MAPA, 2006. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Brasília.

- MAUSS (2003). Ensaio sobre a Dádiva. In. Sociologia e Antropologia, 2003. 187-190
- MELUCCI (2001) A invenção do presente. Rio de Janeiro. Vozes.
- MÈSZÁROS (2002). Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Editora UNICAMP. Boitempo Editorial.
- MONTEIRO, P. C. (2009) A economia solidária como política pública : desafios de uma construção – reflexões a partir da experiência baiana.
- NASCIMENTO, Claudio (2003) A Autogestão e o “novo Cooperativismo” Seminário Nacional de Autogestão. Jonville-SC, 13 e 14 de Dezembro.
- NASCIMENTO, Claudio (2008) Autogestão e Economia Solidária. In: Outra Economia. CECA-CEDAC- Volumen II - Nº 3 - 2º semestre. www.riless.org/outraeconomia
- OLSON (1999) A Lógica da ação coletiva – Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo-SP: editora. Edusp.
- PICOLOTTO, E. (2008) Novos movimentos sociais: economia solidária e comércio justo. Revista Outra Economia, no.3, vol.2.
- PIKET, Thomas (2014) A Economia da Desigualdade. (Título original: L'ÉconomiedesInégalités. Éditions La Découverte, Paris, França, 1997, 2008, 2014). Rio de Janeiro-RJ: Editora Intrínseca Ltda.
- POLANYI, Karl (2000) A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed. Rio de Janeiro: Compus.
- PUTNAM (2000) O Colapso e ressurgimento da comunidade americana. New York: Simom and Schuster.
- POCHMANN, M. (2004) Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise, n. 24. IPEA, Brasília, agosto.
- POCHMANN, M. (2001) O Emprego na Globalização: A Nova Divisão do Trabalho e os Caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial.
- POCHMANN, M. (1999) O Trabalho sob Fogo Cruzado: Inclusão, Desemprego e Precarização no Final do Século. São Paulo: Contexto
- RAZETTO, Luiz (1997) O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. Proposta, 75: 91-99, dezembro/fevereiro.

RAZETTO, Luiz (1993) Economia de Solidariedade e Organização Popular, in Gadotti, M. e Gutierrez, F. Educação Comunitária e Economia Popular, Cortez, São Paulo.

ROCHA, S. (2003). Pobreza no Brasil: afinal, do que se trata? Rio de Janeiro: Ed. FGV 2003.

SACHS, Ignacy (1993) As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo

SACHS, Ignacy (2009) Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond.

SANTOS, Boaventura (1999). Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. Porto-PT: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura (org.). (2003) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura (org.). (2004) Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto-PT: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura (2005). A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, Outubro. 7-44.

SEN Amartya Kumar (2000) Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras.

SCHERER-WARREN, Ilse (2008) Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? Cad. CRH vol.21 n. 54 Salvador Sept./Dec.

SCHERER-WARREN, Ilse (2006) Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr.

SCHUTZ, A. 1959. Le problème de l'intersubjectivité transcendante selon Husserl. In: M. de GANDILLAC, Husserl: Colloque de Royaumont. Paris, Minuit.

SINGER, Paul (1998) Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998. 182p. (Coleção Zero a esquerda).

SINGER, Paul (1999) Globalização e Desemprego. 3ª edição. São Paulo: Contexto.

- SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo (org) (2000) A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SINGER, Paul (2000). Economia dos Setores Populares: Propostas e desafios, In: Kraychete, Gabriel. et al. Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a utopia. Petrópolis. Vozes.
- SINGER, Paul (2001) A Economia Solidária. Revista Teoria e Debate, n.47, fev/mar/abr,
- SINGER, Paul (2002) Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul (2002) Novo modelo econômico social. Revista Teoria e Debate, n.50, fev/mar/abr,
- SINGER, Paul (2002) A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p.81-129.
- SINGER, Paul (2003) As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária. Proposta, n 97, p.12-16, jun/ago.
- SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo de (Orgs.) (2003) A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto.
- SORJ E MARTUCELLI (2008)O Desafio Latino-americano - Coesão Social e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- TEIXEIRA, R. J. D. (2011) Ação Coletiva em Alberto Melucci. Disponível em www.didinho.org/ArtigoMelucci.pdf
- TELLES, Vera S. (1990), A pobreza como condição de vida: família, trabalho e direitos entre as classes trabalhadoras urbanas. São Paulo em Perspectiva. Revista da Fundação Sistema Estadual de Analise de Dados- SEADE, vol.4, nº2, abr./jun.
- TOURAINÉ, Alan (2008)A. Production de lasociété, Paris, Le Seuil, 1973. In. In. LALLEMENT, Michel. História das Idéias Sociológicas: de Parsons aos contemporâneos. Tradução de Ephraim F. Alves. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- TOURAINÉ. A (1996) O que é a democracia?2 ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes.

TOURAINÉ, Alan. (1997) A. Movimentos sociais e ideologias nas sociedades dependentes. In: Albuquerque, J. A. G. (org.). Classes médias e política o Brasil. Rio de Janeiro: Terra e Paz.

TOURAINÉ, Alan (2007), A. Pensar de Outro Modo. Instituto Piaget, Lisboa.

TOURAINÉ, Alan (2007) Um Novo Paradigma. Editora Vozes: Petrópolis-RJ.

THOMPSON, (1998). Costumes em comum. São Paulo: companhia das Letras.

TOLFO & PICCININI (2007) Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. Psicologia & Sociedade; 19 Edição Especial

WEBER, Max (1999) A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Pioneira.

YAZBEK, M. C. (2003) Classes Subalternas e assistência social -4º edição – São Paulo: Cortez.

Lista de Figuras

Figura 1 – O campo da Economia Solidária no Brasil	47
Figura 2 – Empreendedorismo Solidário	79

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Pessoas beneficiárias de programas de Transferência de renda	50
Gráfico 2 – Ano de início de Empreendimento	81
Gráfico 3 – Área de Atuação	82
Gráfico 4 – Forma de Organização dos EES	83
Gráfico 5 – Motivação	84
Gráfico 6 – Participação em Rede ou Fórum de articulação	85

Lista de Quadros

Quadro 1 – Variáveis exploradas na AFCP	86
Quadro 2 – Comparação múltipla de médias entre faturamento e situação do empreendimento – teste de <i>Tukey</i> (saída original do SPSS)	88

Lista de Tabelas

Tabela 01 – Número de Empreendimentos por região no Brasil	78
Tabela 02 – Pessoas (codings) da matriz relacionada dos componentes extraídos da AFCP	87
Tabela 03 – Extração dos fatores por meio do método Varimax	87
Tabela 04 – Faturamento mensal de acordo com o tipo de atividade	88